

# ANAIS 2021

MOSTRA DE MONOGRAFIAS 2020



  
**FAPAM**

# **MOSTRA DE MONOGRAFIAS 2020**

**DA FACULDADE DE PARÁ DE MINAS - FAPAM**

**29 DE JUNHO A 02 DE JULHO DE 2020**

**10 A 13 DE AGOSTO DE 2020**

**03 A 10 DE DEZEMBRO DE 2020**

---

# **ANAIS 2021**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Professor Mello Cançado

---

M916

Mostra de Monografias da Faculdade de Pará de Minas (2020: Pará de Minas).

Anais da Mostra de Monografias da Faculdade de Pará de Minas, 29 de junho a 02 de julho de 2020; 10 a 13 de agosto de 2020; 03 a 10 de dezembro de 2020 / Faculdade de Pará de Minas. -- Pará de Minas: FAPAM, 2021.

140 p.

ISSN:

1. Monografias. 2. Trabalho de Conclusão de Curso. I. Título.

CDD: 001.42

CDU: 003.6

---

Bibliotecário: Jordeilson de Lana Silva – CRB/3518

FICHA TÉCNICA – Mostra de Monografias

Elaboração das informações, dados institucionais e organização dos resumos:  
Profa. MSc. Luciana Mara Freitas Diniz

Secretária:  
Srta. Maria Eduarda de Oliveira

Editoração:  
Profa. MSc. Luciana Mara Freitas Diniz (Coordenadora)

---

**CONFRARIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE PARÁ DE MINAS**

---

**DIRETORIA DA CONFRARIA  
- MANTENEDORA  
(2020 - ATUAL)**

Rua Ricardo Marinho, 110  
Bairro São Geraldo  
35660-398  
Pará de Minas – MG  
(37) 3237-2000

**DIRETOR ESPIRITUAL**  
Revmo. Pe. Lúcio Flávio Galvão Camargos  
**PRESIDENTE**  
Jose Heliomar Camargos  
**VICE-PRESIDENTE**  
Maria José de Jesus  
**PRIMEIRA SECRETÁRIA**  
Ana Maria da Silveira  
**SEGUNDO SECRETÁRIO**  
Padre Edmar Antônio de Souza  
**PRIMEIRO TESOUREIRO**  
Flávio Salgueiro Moreira  
**SEGUNDO TESOUREIRO**  
Alexandre Moraes de Paiva

---

**FACULDADE DE PARÁ DE MINAS - MANTIDA  
(2021)**

Rua Ricardo Marinho, 110  
Bairro São Geraldo  
35660-398  
Pará de Minas – MG  
(37) 3237-2000

**DIRETOR GERAL**  
Prof. Esp. Marcus Vinícius Barbosa de Araújo  
**VICE-DIRETOR**  
Profa. Esp. Karine Dória de Aguiar  
**CONSELHO SUPERIOR (CONSUPE)**  
Prof. Esp. Marcus Vinícius Barbosa de Araújo  
**CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)**  
Profa Esp. Karine Dória de Aguiar  
**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)**  
Prof. Dr. Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa  
Moraes – Coordenador  
**CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE)**  
Prof. MSc. Reinaldo Rícharði de Oliveira Galvão –  
Coordenador

## **CURSOS PARTICIPANTES DA MOSTRA**

### **BACHARELADO EM DIREITO**

Prof. Me. Francisco José Vilas Boas Neto –  
Coordenador

### **BACHARELADO EM ENFERMAGEM**

Prof. Me. Wesley Souza Castro –  
Coordenador

### **BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

Profa. Dra. Natália Nunes Scoralick Lempke –  
Coordenadora

<b>PREFÁCIO</b> .....	<b>12</b>
<b>BACHARELADO EM DIREITO</b> .....	<b>13</b>
1. A (in)aplicabilidade das convenções jurídicas processuais ao processo do trabalho .....	13
2. A APLICAÇÃO DA MEDIAÇÃO COMO MEIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL .....	14
3. A CLAREZA NAS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS NAS EMBALAGENS DOS PRODUTOS .....	16
4. A CONSTRUÇÃO PARTICIPADA DO PROVIMENTO JURÍDICO: análise crítica da (im)possibilidade de superação horizontalizada dos precedentes .....	17
5. A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL À LUZ DA REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E O FUTURO DOS SINDICATOS.....	19
6. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO DIREITO DO TRABALHO: a responsabilização dos sócios pelos débitos trabalhistas .....	20
7. A ÉTICA PROFISSIONAL DOS ADVOGADOS: Análise comparativa entre o código de ética e disciplina da ordem dos advogados do Brasil e seus efeitos na realidade fática.....	21
8. A EXECUÇÃO DA PENA NO BRASIL: um estudo à luz do princípio da dignidade da pessoa humana e da ADPF nº 347.....	22
9. A INCONSTITUCIONALIDADE DA VEDAÇÃO, POR PARTE DO CNJ, DO RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL DE CASAIS POLIAFETIVOS, POR MEIO DE ESCRITURA PÚBLICA DECLARATÓRIA .....	23
10. A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO ACUSADO: uma análise da influência da mídia nos julgamentos dos crimes contra à vida.....	24
12. A INFLUÊNCIA DA REALIDADE SOCIAL DO INDIVÍDUO NA CRIMINALIDADE.....	25
13. A jurisprudência de inversão do ônus da prova nos delitos patrimoniais prosseguidos de flagrante com apreensão de produto de crime em posse do imputado.....	26
14. A LEGITIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA INSTAURAR INQUÉRITO POLICIAL: Uma análise à luz do sistema acusatório .....	27
15. A OBRIGATORIEDADE DO SEGURO GARANTIA NAS OBRAS PÚBLICAS E A ADOÇÃO DO PERFORMANCE BOND COMO MEDIDA DE ANTICORRUPÇÃO .....	28

16. A PENHORABILIDADE DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS NO ÂMBITO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO FACE À NATUREZA JURÍDICA DESSES COMO SUJEITOS DOTADOS DE DIREITOS .....	30
17. A POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DO TRANSTORNO DE PERSONALIDADE BORDERLINE COMO CAUSA DE INIMPUTABILIDADE E EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE .....	32
18. A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DA LEGALIZAÇÃO DA MACONHA NO DIREITO BRASILEIRO .....	33
19. A Problemática Jurídica das Medidas de Segurança no Brasil .....	34
20. A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DO DEBATE DA LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE DE SACRIFÍCIOS DE ANIMAIS EM RITUAIS RELIGIOSOS .....	35
21. A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DO RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA POST MORTEM .....	36
22. A PSICOPATIA À LUZ DO DIREITO PENAL BRASILEIRO: A IMPUTABILIDADE, SEMI-IMPUTABILIDADE E INIMPUTABILIDADE EM CRIMES COMETIDOS POR PSICOPATAS.....	37
23. A TEORIA DO ERRO E OS SEUS REFLEXOS SOBRE OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO TIPO PENAL.....	38
24. A UTILIZAÇÃO DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA PARA CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS .....	39
25. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA ÀS MULHERES TRANSEXUAIS .....	40
26. ACORDO DE NÃO-PERSECUÇÃO PENAL: Uma análise constitucional sobre a proposta de Justiça Penal Consensual.....	41
27. ADOÇÃO DE CRIANÇAS POR FAMÍLIAS POLIAFETIVAS NO BRASIL.....	42
28. ADVERSIDADES DO ACESSO À JUSTIÇA TRABALHISTA: Análise das barreiras jurídicas e metajurídicas enfrentadas pelo polo ativo da ação .....	43
29. ALIENAÇÃO PARENTAL: Os desafios enfrentados pelas varas cíveis da comarca de Pará de Minas.....	44
30. ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 10 DA LEI 9.263 DE 1996: estudo sobre a autonomia da mulher em decidir de forma livre pela laqueadura .....	45
31. ANÁLISE DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DOS CAMINHONEIROS A PARTIR DA REFORMA TRABALHISTA: um estudo à luz da Lei nº 13.467/17.....	46
32. Aplicação do Princípio da Insignificância no Crime de Descaminho .....	48

33. APONTAMENTOS JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS DA VALIDADE E POSSIBILIDADE JURÍDICA DO CASAMENTO POLIAFETIVO .....	49
34. AS HORAS IN ITINERE NUMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA DO DIREITO DO TRABALHO APÓS A REFORMA TRABALHISTA .....	50
35. ASSÉDIO MORAL NAS INSTITUIÇÕES MILITARES: UMA ANÁLISE À LUZ DA DISCIPLINA E HIERARQUIA.....	51
36. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC): Análise sobre a (in)constitucionalidade do critério de miserabilidade como requisito para ingresso e permanência no programa social .....	52
37. COMPETÊNCIA TRABALHISTA EM DEMANDAS DE TRABALHADORES INDÍGENAS: divergências doutrinárias e jurisprudenciais.....	53
38. CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS CÍVEIS NA DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO .....	55
39. CONVENÇÕES PROCESSUAIS E A (IN)DISPENSABILIDADE DO ADVOGADO: estudos sob a perspectiva de uma processualidade democrática .....	56
40. CRÉDITO CONSIGNADO E O SUPERENDIVIDAMENTO DO IDOSO .....	58
41. CRIMES CIBERNÉTICOS: reflexões sobre a eficácia e os problemas inerentes as normas.....	59
42. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL: a indispensabilidade da audiência pública na produção legislativa .....	61
43. DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, EDUCAÇÃO CÍVICA E FORMAÇÃO CIDADÃ: Análise sobre a Participação Popular no âmbito do Processo Legislativo no município de Pará De Minas/MG .....	63
44. DESASTRE DE BRUMADINHO: análise sobre a responsabilidade civil do estado de Minas Gerais.....	64
45. DIREITO À SAÚDE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: uma visão crítica acerca da medicação e liberação gratuita .....	65
46. DISSÍDIO COLETIVO ECONÔMICO: a problemática da exigência do comum acordo diante do acesso a justiça.....	66
47. ESTUPRO DE VULNERÁVEL SEM O CONTATO FÍSICO .....	67
48. EUTANÁSIA: limite entre a intervenção estatal e a autodeterminação do indivíduo no estado democrático de direito .....	68
49. FAKE NEWS E O DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO.....	69

50. FAMÍLIA MULTIESPÉCIE E A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DA GUARDA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS NOS PROCESSOS DE DIVÓRCIO.....	70
51. FEMINICÍDIO E TRANSEXUALIDADE: é possível que mulheres transexuais sejam vítimas do crime de feminicídio? .....	71
52. (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA PORTARIA 770 DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA: estudo sob a ótica do processo constitucional democrático .....	72
53. INSTITUTOS COMPOSITIVOS E A (IN)DISPENSABILIDADE DO ADVOGADO: uma análise da democraticidade dos acordos realizados nos serviços notariais e de registro .....	73
54. INTERNET DAS COISAS: a privacidade e a segurança dos dados dos consumidores .....	74
55. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO CRIMINAL .....	75
56. MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS .....	76
57. NATUREZA JURÍDICA DO CADÁVER E PROBLEMÁTICA JURÍDICO-LEGAL QUANTO A SUA UTILIZAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: um estudo sob a ótica dos direitos da personalidade .....	77
58. O “DEVER SER” DO ESTADO NA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GARANTIA DA CIDADANIA DOS TRANSEXUAIS E DAS TRAVESTIS NO BRASIL.....	78
59. O DEBATE DA LEGALIZAÇÃO DO PORTE E DA POSSE DE ARMAS NO BRASIL: um estudo do risco da problemática proposta .....	79
60. O DIREITO À MORTE EM PACIENTES COM DOENÇAS DEGENERATIVAS: análise da Esclerose Lateral Amiotrófica e os seus reflexos no âmbito do Princípio da Dignidade Humana .....	80
61. O DIREITO DO TRABALHO DIANTE DAS FLEXIBILIZAÇÕES E DESREGULAMENTAÇÕES: análise sobre a prática da pejetização .....	82
62. O EMPREGADO HIPERSUFICIENTE E OS PRINCÍPIOS DA INDISPONIBILIDADE E DA PROTEÇÃO .....	83
63. O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL APLICADO AO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E O PRINCÍPIO DO NUMERUS CLAUSUS .....	84
64. O JUIZ DAS GARANTIAS NO PROCESSO PENAL: Uma análise crítica e jurisprudencial acerca da constitucionalidade do artigo 3º-B do Código de Processo Penal.....	85
65. O MÉTODO APAC FRENTE AOS EXCESSOS DO ESTADO NA EXECUÇÃO PENAL.....	86
66. O PAPEL DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS DA FAPAM NA COMARCA DE PARÁ DE MINAS: análise dos impactos do exercício do NPJ nos anos de 2007 a 2019 .....	87

67. O PLEA BARGAINING NO DIREITO PENAL BRASILEIRO: métodos e fundamentos da justiça criminal consensual.....	89
68. O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES CARCERÁRIAS BRASILEIRAS: seus reflexos na ressocialização do condenado.....	90
69. O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E A DISCRIMINAÇÃO POSITIVA .....	91
70. O RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO: Análise crítica da proposta interpretativa do STJ sobre o rol taxativo do artigo 1015 do CPC .....	92
71. O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO TÉCNICA DE SUMARIZAÇÃO DA COGNIÇÃO: uma análise crítica de seus limites à luz do processo democrático .....	93
72. OS POSSÍVEIS LAPSOS NA APLICABILIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA E O ÍNDICE DE AUMENTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL NO PERÍODO DE 2019.....	94
73. PENSÃO POR MORTE: análise sobre a nova reforma Previdenciária.....	95
74. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE POST-MORTEM NO DIREITO BRASILEIRO .....	96
75. PRISÃO PREVENTIVA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA: desafios de sua aplicabilidade no Ordenamento Jurídico Brasileiro .....	98
76. Responsabilidade Civil do empregador pela prática de preconceito racial no ambiente do trabalho.....	99
77. RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR PELO ADOECIMENTO MENTAL DO EMPREGADO: A problemática jurídica da comprovação do nexos causal na Síndrome de Burnout.....	100
78. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ERRO MÉDICO.....	102
RESSARCIMENTO AO SUS PELAS OPERADORAS DE PLANO DE SAÚDE: uma análise quantitativa à luz da constitucionalidade tabela de ressarcimento, a partir do Tema 345 do STF e os impactos na cidade de Pará de Minas-MG .....	103
79. SEGREGAÇÃO CARCERÁRIA - O FENÔMENO JURÍDICO-SOCIAL DO ENCARCERAMENTO SELETIVO BRASILEIRO .....	105
80. VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A prática do feminicídio contra mulheres Trans .....	106
<b>BACHARELADO EM ENFERMAGEM .....</b>	<b>107</b>

1. A PERCEPÇÃO DAS PARTURIENTES SOBRE A ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DURANTE O TRABALHO DE PARTO NORMAL.....	107
2. ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DO PERFIL DE PACIENTES ACOMETIDOS POR INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO NO BRASIL.....	108
3. ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DA MULHER PRIVADA DE LIBERDADE .....	110
4. ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE AO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL.....	112
5. CUIDADO PALIATIVO NO SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR: OS DESAFIOS DE UMA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL.....	113
6. OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR ENFERMEIROS ATUANTES EM HOSPITAIS FRENTE AO PACIENTE COM DIAGNÓSTICO DE CÂNCER.....	114
7. PERFIL CLÍNICO E SOCIODEMOGRÁFICO DOS PACIENTES EM USO DE HIPODERMÓCLISE ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR DE PARÁ DE MINAS.....	115
8. PREVALÊNCIA DE SOBREPESO E OBESIDADE EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FLORESTAL-MG .....	117
9. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O USO DA MUSICOTERAPIA NO CUIDADO PRESTADO AO IDOSO .....	119
10. SÍFILIS NA GESTAÇÃO: riscos maternos e perinatais.....	120
11. SÍLICA DE ARDÓSIA, O PERIGO DA SILICOSE.....	121
<b>BACHARELADO EM PSICOLOGIA .....</b>	<b>122</b>
1. A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO DE FALA E DE ESCUTA NA EDUCAÇÃO FORMAL PARA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DOS ADOLESCENTES.....	122
2. A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NA ADOLESCÊNCIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO NA VIDA ADULTA .....	123
3. A PERCEPÇÃO DOS IDOSOS SOBRE O ENVELHECIMENTO: impactos de uma intervenção embasada pela Psicologia Positiva.....	124
4. ACIDENTES DE TRABALHO: o fazer da psicologia frente a esse problema.....	125
5. AGRESSIVIDADE INFANTIL À LUZ DA LUDOTERAPIA CENTRADA NA PESSOA, PSICOTERAPIA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL E GESTALT-TERAPIA.....	126
6. As implicações da transmissão no ato de educar: um estudo psicanalítico .....	127
7. AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO ENSINO SUPERIOR: possíveis impactos no rendimento acadêmico .....	128

8. ASPECTOS DA ATUALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA DEPRESSÃO E PARA O USO DESENFREADO DE ANTIDEPRESSIVOS .....	129
9. ASPECTOS FAVORÁVEIS DA MODERNIDADE PARA O AUMENTO DO TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA .....	130
10. CONDIÇÕES INADEQUADAS DE EXISTÊNCIA E VAZIO EXISTENCIAL: REFLEXÕES ACERCA DO SUICÍDIO.....	131
11. FRAGILIDADES DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO DE PORTE E POSSE DE ARMAS .....	132
12. (INTER)SUBJETIVIDADE NA SOCIEDADE HIPERMODERNA: contribuições de Viktor Frankl e Maurice Merleau-Ponty.....	133
13. OS BENEFÍCIOS DA CINOTERAPIA NO ÂMBITO DA SAÚDE MENTAL.....	134
14. OS IMPACTOS DA CONTEMPORANEIDADE NA VIDA HUMANA: contribuições da Psicologia .....	135
15. SAÚDE MENTAL DE CUIDADORES DE IDOSOS: UM ENSAIO TEÓRICO COM BASE NO EXISTENCIALISMO.....	136
16. SAÚDE MENTAL DOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM QUE ATUAM EM INSTITUIÇÕES HOSPITALARES.....	137
17. SENTIDO DA VIDA E O PACIENTE TERMINAL EM CUIDADOS PALIATIVOS .....	138
18. SENTIDO DA VIDA NA VELHICE: relato de uma intervenção com foco na Psicologia Positiva.....	139
19. TERAPIA PSICODÉLICA NO TRATAMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS RESISTENTES ...	140

# PREFÁCIO

*É uma honra prefaciá os trabalhos acadêmicos desenvolvidos pelos estudantes da Faculdade de Pará de Minas – FAPAM, instituição na qual atuo há uma década.*

*A pesquisa, como um dos pilares dos processos de ensino e aprendizagem, se estabelece na materialização do saber a partir da produção de novos conhecimentos advindos dos problemas dos vários setores sociais. A pesquisa sendo considerada um pilar fomentador e motivador para o desenvolvimento de habilidades de aprender a pensar, a questionar, e de estudar as temáticas vinculadas às ciências, articuladas às demandas das práticas sociais, faz com que o estudante experiencie todas as técnicas e métodos para a construção de novos saberes.*

*A FAPAM, em sua base pedagógica, propõe enfatizar a importância do desenvolvimento de tais habilidades em sua organização curricular, seja em trabalhos de conclusão de curso ou em outros diversos fomentos à pesquisa., como apresentados por meio dos projetos integradores.*

*A coletânea dos trabalhos publicados no ano de 2020 teve uma experiência diferente, aprendizados diferentes. Ano que ficará para a história das nossas futuras gerações, ano em que tudo parou: pandemia do Coronavírus. Não foi diferente em nosso contexto educacional. Aulas, estudos, orientações online; projetos e ideias inviabilizados pelo momento e reconstruídos. O aprender a aprender como fundamento da educação sendo ativado de forma inédita.*

*E assim foi o ano de 2020, muito desafiador, mas não paramos... pois acreditamos que a educação transforma pessoas e tais pessoas transformarão o mundo! (Paulo Freire)*

*Assim se apresenta a coletânea dos Anais da Mostra de Monografias da Faculdade de Pará de Minas, com mais de 70 trabalhos dos bacharéis em Direito, mais de 10 trabalhos dos bacharéis em Enfermagem e mais 15 trabalhos de estudantes do Curso de Psicologia. Trabalhos que podem ser considerados grãos de areia no universo do conhecimento, mas que de “grão em grão” a teia do conhecimento vai sendo desbravada!*

*Parabenizo a todos os professores, orientadores e estudantes autores pelos nobres trabalhos e com temas tão importantes para a sociedade do conhecimento!*

**Prof. Miriam Marmol**  
Mestre em Educação – FAE/UFMG  
Coordenadora Pedagógica da FAPAM

## A (IN)APLICABILIDADE DAS CONVENÇÕES JURÍDICAS PROCESSUAIS AO PROCESSO DO TRABALHO

Rafaela Maria Soares Ramos<sup>1</sup>  
Aparecido José dos Santos Ferreira<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[rafa.rmsr@hotmail.com](mailto:rafa.rmsr@hotmail.com), [aparecido.jose@fapam.edu.br](mailto:aparecido.jose@fapam.edu.br)

### RESUMO

O advento do Novo Código de Processo Civil trouxe a promessa de simplificação das demandas judiciais, com processos mais ágeis e satisfatórios utilizando a participação das partes, a resolução extrajudicial de conflitos a partir da mediação, conciliação e arbitragem. Também possibilitou a negociação consensual antes ou durante o processo, através da flexibilização do procedimento. O presente trabalho aborda o tema negócios jurídicos processuais que surgiu com o Novo Código de Processo Civil, em sua modalidade Convenções Processuais, e a possibilidade de sua aplicação no direito processual do trabalho. A escolha do tema tem por base a inovação legislativa em matéria processual civil e a utilização subsidiária do CPC - 2015 no processo do trabalho. Enquanto alguns doutrinadores do Processo Civil defendem a possibilidade da aplicação de tal instituto em matéria trabalhista, a Instrução Normativa 39 do Tribunal Superior do Trabalho versa sobre a não aplicação das Convenções Processuais. Alguns juristas utilizam a hipossuficiência do empregado como o fator que impossibilita a aplicabilidade, porém, outros doutrinadores defendem que a partir do início da demanda judiciária, o empregado deixa de ser hipossuficiente por ser representado por advogado e não possuir mais subordinação ao empregador. A análise é feita com base em posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais acerca do tema.

**Palavras-chave:** Negócios Jurídicos Processuais. Convenções Processuais. Direito processual do trabalho. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito Empresarial pela FADIR. Especialista em Direito de Empresa pela UGF. Graduado em Direito pela FAFI.

# A APLICAÇÃO DA MEDIAÇÃO COMO MEIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Julieta Peixoto Aguera<sup>1</sup>  
Sônia Cristina Fagundes Malta<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[jpaguera@hotmail.com](mailto:jpaguera@hotmail.com), [sonia.malta@fapam.edu.br](mailto:sonia.malta@fapam.edu.br)

## RESUMO

A elaboração do presente trabalho está centrada na discussão relativa à importância do deferimento da recuperação judicial da empresa, considerada verdadeira instituição social, por ser fonte de riqueza econômica e geradora de empregos e renda. Paralelamente, discute-se a respeito da importância da aplicação da mediação na recuperação judicial, como meio alternativo de solução de conflitos. O quadro recessivo mundial, especialmente, a crise econômica, o aumento da informalidade e a concorrência agressiva, notadamente dos importadores, prejudicaram o comércio e as indústrias do Brasil. A recuperação judicial tem sido um meio eficaz para que seja evitada a falência de uma empresa devedora, visto que tenta viabilizar a superação de uma crise econômico-financeira passageira, pelo qual se encontra a empresa deficitária. Uma vez interrompidas as atividades empresariais, extingue-se a relação de emprego e a contratação de novas forças de trabalho. Interrompe, também, a circulação de capital, atingindo o interesse dos credores. Dessa forma, a empresa deficitária não consegue cumprir sua função social. Recentemente, o Superior Tribunal de Justiça autorizou a utilização da mediação no processo de recuperação judicial, como método alternativo ao judicial, visto que permite aos envolvidos, em conjunto, encontrar um resultado satisfatório na resolução de conflitos. A mediação, como solução de conflitos de interesses, é tema de repercussão mundial, indicando que o direito não representa, apenas, litígio, mas, principalmente, pacificação. Na perspectiva dos direitos humanos prevalece o sentimento de igualdade, se pratica negociação de cooperação, baseado nos interesses comuns e ganhos mútuos. O presente trabalho tem por objetivo fazer uma pesquisa, um estudo da realidade, sem a ambição de interferir no mundo real, nem desenvolver conhecimento de aplicação prática. Trata-se de uma análise qualitativa, com o objetivo de produzir informações e reflexões. Consiste numa pesquisa motivada pela curiosidade, e suas descobertas deverão ser divulgadas, de forma a possibilitar o debate do conhecimento. Para tanto, utilizar-se-á o método dedutivo, fazendo-se uma análise das informações obtidas, enumerando os fatos e argumentos, a fim de obter uma conclusão a respeito do tema. Será feita uma pesquisa bibliográfica, descritiva, a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas em livros de autores renomados e trabalhos acadêmicos. A Lei 11.101/05 veio para disciplinar uma legislação que visasse uma melhor forma para solucionar os problemas financeiros de uma empresa, assim como

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela PUC Minas. Especialista em Mediação de Conflitos e Arbitragem pela Unyleya. Graduada em Direito pela UIT.

preservar os direitos dos trabalhadores, essenciais à atividade empresarial, e dos credores. Com o intuito de evitar uma futura falência, a recuperação judicial surgiu como um método adequado para amenizar os prejuízos sofridos e, a aplicação da mediação tem contribuído para um resultado mais eficaz. Diante do exposto, percebeu-se a relevância do tema proposto.

**Palavras-chave:** Recuperação Judicial. Mediação. Solução de conflitos. Recuperação empresarial

# A CLAREZA NAS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS NAS EMBALAGENS DOS PRODUTOS

Wellington Reginaldo da Silva<sup>1</sup>  
Júlio Moraes Oliveira<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[welington.reginaldo.silvaa@gmail.com](mailto:welington.reginaldo.silvaa@gmail.com), [julio.oliveira@fapam.edu.br](mailto:julio.oliveira@fapam.edu.br)

## RESUMO

A presente pesquisa abordará sobre a clareza nas informações disponíveis nas embalagens dos produtos, e a questão do direito à informação ao consumidor garantido constitucionalmente. O C D C, o art.6º, III, da Lei 8.078/1990, garante ao adquirente o direito “[...] a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.” O direito à informação tem por escopo para proteger a figura do consumidor em razão da sua hipossuficiência. Para que a informação atinja sua finalidade ela precisa ser verdadeira e prestada no momento oportuno. Os objetivos da pesquisa têm por uma abordagem acerca do direito à informação; um estudo da rotulagem dos alimentos; analisar a legislação brasileira pertinente a rotulagem dos alimentos. A presente pesquisa apresenta a seguinte problemática: quais são os aspectos legais que envolvem a informação a ser apresentada nos rótulos para o comprador? A metodologia empregada para realizada na presente pesquisa, apoiou-se em um levantamento bibliográfico em doutrina, revistas, artigos e na legislação brasileira pertinente ao tema.

**Palavras-chaves:** Rótulos. Alimentos. Direito à informação.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Instituições Sociais, Direito e Democracia pela FUMEC. Especialista em Advocacia Civil pela FGV-SP. Graduado em Direito pela Faculdade Milton Campos.

# A CONSTRUÇÃO PARTICIPADA DO PROVIMENTO JURÍDICO: ANÁLISE CRÍTICA DA (IM)POSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO HORIZONTALIZADA DOS PRECEDENTES

Leticia Aparecida Henriques Campos<sup>1</sup>  
Daniele Aparecida Gonçalves Diniz Mares<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

[leticiahenriquescampos2015@gmail.com](mailto:leticiahenriquescampos2015@gmail.com), [daniele.mares@fapam.edu.br](mailto:daniele.mares@fapam.edu.br)

## RESUMO

Com o advento do Código de Processo Civil de 2015, a aplicação dos precedentes vinculantes recebeu especial regulação na Lei nº 13.105/2015. A necessidade de unir em um processo a celeridade e efetividade consubstancia o grande objetivo dos precedentes, os quais são fonte do direito uma vez que são aplicados para solucionar uma mesma questão jurídica anteriormente analisada, cujos fundamentos jurídicos decisórios sejam os mesmos. Surge, assim, o questionamento acerca do posicionamento a ser adotado para superar um precedente vinculante quanto as partes não participam de forma igualitária do provimento final. É possível a superação horizontalizada de precedente vinculante, na hipótese em que é negado seguimento ao recurso especial ou recurso extraordinário? Como? A presente pesquisa tomou como marco teórico a Teoria neoinstitucionalista do Processo do autor Rosemiro Pereira Leal. Busca-se analisar os precedentes, a partir de uma percepção democrática do processo, visando solucionar cada caso, com a discursividade indispensável à formação do ato provimental final de forma legítima. Nesta perspectiva, pode-se dizer que aplicar os precedentes como vem acontecendo no Brasil, fere os princípios institutivos do processo, quais sejam, isonomia, contraditório e ampla defesa. A superação de um precedente, a luz da teoria neoinstitucionalista do processo, só é possível através da discursividade que consiste em possibilitar as partes acesso às cortes superiores a fim de que estas revejam seus posicionamentos a partir dos argumentos e fundamentos jurídicos inéditos levados pelas partes a debates que devem ser promovidos de forma igualitária. Não é viável, portanto, optar por pala funcionalidade em detrimento da aplicação da constitucionalidade e da legalidade do processo, havendo ainda de ser priorizado a fundamentação individual para cada decisão, e não um automatismo de aplicação do direito. Desenvolveu-se, portanto, a pesquisa nas linhas do processo democrático de direito e adotou-se a análise bibliográfica e documental. Utilizou-se o raciocínio dedutivo para delimitar o objeto da pesquisa, que se valerá do procedimento técnico comparativo e interpretativo.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito Processual Coletivo e Efetividade dos Direitos Fundamentais pela UIT. Especialista em Português Jurídico pela UNIBF. Especialista em Mediação e Arbitragem pela FACEL. Graduada em Direito pela FUIT.

**Palavras-chaves:** Código de Processo Civil de 2015. Teoria Neoinstitucionalista. Processo Democrático. Precedentes.

# A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL À LUZ DA REFORMA TRABALHISTA DE 2017 E O FUTURO DOS SINDICATOS

Angelica Aparecida de Oliveira<sup>1</sup>  
Giovane Lopes Cançado Mendonça<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

[angelica\\_oliveiras2@hotmail.com](mailto:angelica_oliveiras2@hotmail.com), [giovane.mendonca@fapam.edu.br](mailto:giovane.mendonca@fapam.edu.br)

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso trata da análise da contribuição sindical à luz da Reforma Trabalhista promovida por meio da Lei n.º 13.367/2017. Indagou-se em que profundidade a falta de arrecadação sindical afetou as relações trabalhistas e quais foram os caminhos encontrados pelos sindicatos para evitar o encerramento das suas atividades. O objetivo principal deste trabalho foi analisar se houve benefícios da desobrigação da contribuição sindical para os trabalhadores, considerando a finalidade e os objetivos dos sindicatos. Objetivou-se ainda, averiguar as consequências da Reforma Trabalhista e seus impactos nos fundos sindicais. Para tanto, buscou-se analisar o histórico e fundamento do Direito do Trabalho, assim como o conceito, princípios e regras que regem a Organização Sindical, para então adentrar nas mudanças ocorridas por meio da Reforma Trabalhista. Não há dúvidas que a desobrigação do recolhimento da contribuição sindical forçará os sindicatos a cumprirem verdadeiramente e com mais empenho seu papel institucional, como forma de motivar os trabalhadores a manterem suas contribuições e o funcionamento do próprio sindicato.

**Palavras-chaves:** Direito do Trabalho. Contribuição sindical. Reforma trabalhista.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito Empresarial pela UIT. Graduado em Direito pela UIT.

# A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO DIREITO DO TRABALHO: A RESPONSABILIZAÇÃO DOS SÓCIOS PELOS DÉBITOS TRABALHISTAS

Luana Duarte de Castro<sup>1</sup>  
Giovane Lopes Cançado Mendonça<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

[luanaduartecastro18@gmail.com](mailto:luanaduartecastro18@gmail.com), [giovane.mendonca@fapam.edu.br](mailto:giovane.mendonca@fapam.edu.br)

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a responsabilidade dos sócios nos débitos trabalhistas. Será realizada pesquisa sobre o entendimento doutrinário, jurisprudencial e ainda sobre as inovações sobre o tema na legislação com a reforma trabalhista, de 13 de julho do 2017. A Consolidação das Leis do Trabalho era omissa em relação à possibilidade de se desconsiderar a personalidade jurídica do sócio, para que fosse possível o pagamento das verbas rescisórias devidas ao empregado. Apesar da omissão da CLT, o juiz não pode se esquivar de julgar, sendo necessário buscar outras normas, e valer-se da analogia para resolução do mérito. A CLT passou, após a reformar trabalhista, a prever expressamente a possibilidade de afastamento do princípio da separação entre os sócios e sociedade, ampliando a garantia de cumprimento das obrigações trabalhistas e atingindo o patrimônio particular dos sócios, valendo-se da desconsideração da personalidade jurídica, cumprindo, assim, o seu objetivo de amparar o trabalhador, que é a parte hipossuficiente na relação de emprego. A metodologia aplicada na pesquisa, compreende em uma Monografia de Compilação, no qual, corresponde à uma pesquisa aprofundada e na reunião de pensamentos de vários autores. Diante da pesquisa realizada, chega-se à conclusão de que a hipótese científica apresentada foi confirmada, sendo possível a responsabilização dos sócios, nos pagamentos dos débitos trabalhistas.

**Palavras-chave:** Desconsideração da personalidade jurídica. Reforma trabalhista. Responsabilidade dos sócios.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito Empresarial pela UIT. Graduado em Direito pela UIT.

# A ÉTICA PROFISSIONAL DOS ADVOGADOS: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL E SEUS EFEITOS NA REALIDADE FÁTICA.

Marcus Antonio Lemos<sup>1</sup>  
Júlia Alves Almeida Machado<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[marcuslemosantonio@gmail.com](mailto:marcuslemosantonio@gmail.com), [julia.machado@fapam.edu.br](mailto:julia.machado@fapam.edu.br)

## RESUMO

A presente pesquisa realizará um estudo acerca da ética profissional dos advogados, traçando uma análise comparativa entre o código de ética e disciplina da ordem dos advogados do Brasil e seus efeitos na realidade fática. A ética é um assunto atualmente em evidência e de fundamental importância para a formação das novas gerações, capaz de formarem pensamentos críticos e conscientes de seus direitos, e deveres, aptos a viverem em um Estado Democrático de Direito. Possui importância na construção do caráter de todo cidadão, tornando-o capaz de viver em sociedade. O presente estudo tem por objetivo uma abordagem da moral e da ética no campo da filosofia; da ética nos dias atuais, bem como, da ética na advocacia à luz do Código de Ética e disciplina da ordem dos advogados do Brasil. A problemática apresentada na presente pesquisa, pauta-se na seguinte questão: o agir ético do profissional da advocacia, no contexto atual, é condizente ao comando do Estatuto de Ética e Disciplina da OAB e a pela visão da sociedade sobre o que é ser ético? Parte da hipótese de que a justiça social requer operadores do direito que atuem em respeito aos direitos humanos e fundamentais, à igualdade entre todos, a solidariedade e o direito à liberdade civis e política, concretizando valores propagados pela ética. Utiliza-se o método dedutivo para abordagem do tema, e como técnica de pesquisa, a análise bibliográfica, partindo de um apanhado em doutrínaria, livros e artigos acerca do tema.

**Palavras-chave:** Ética. Estatuto da OAB. Sociedade.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela FUIT. Especialização em Direito Processual Constitucional pela FAPAM. Graduação em Direito pela FAPAM.

# A EXECUÇÃO DA PENA NO BRASIL: UM ESTUDO À LUZ DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA ADPF Nº 347

Hudson Pinheiro Nunes<sup>1</sup>  
Júlia Alves Almeida Machado<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[hununes17@gmail.com](mailto:hununes17@gmail.com), [julia.machado@fapam.edu.br](mailto:julia.machado@fapam.edu.br)

## RESUMO

O presente trabalho tem o propósito de analisar a condição humana da população carcerária frente à realidade prisional brasileira, abordando a ideia de ressocialização, a ampliação na interpretação do princípio da dignidade da pessoa humana trazida pela Convenção Interamericana de Direitos Humanos, e apontando ainda a generalização da ideia de prisão como instrumento de vingança social à sombra da prerrogativa estatal. As condutas altamente reprováveis podem gerar todo tipo de revolta social, seja por sua gravidade ou pelo bem jurídico lesionado. Por outro lado, se a ferramenta estatal da prisão for utilizada para efetuar punições extremamente severas e desumanas, não repudiar-se-ia condutas reprováveis e sim as institucionalizaria para determinados comportamentos. Se ressocializar é tornar o indivíduo apto a ser colocado de volta em convívio social, institucionalizar a violência é devolver a este convívio um indivíduo que ainda não conhece outras formas de lidar com suas revoltas. Sendo assim, deve-se expor um pensamento preferível à realidade atual, analisando as ferramentas e determinações legais do mundo jurídico, além de apresentar organizações que são alternativas no cumprimento humanizado da pena, a partir de ideias que conseguem atingir a finalidade de ressocialização, e que contrapõem-se a inércia e dificuldade do Estado em executar medidas legalmente existentes. Neste sentido, o objetivo específico deste trabalho é analisar criticamente o atual contexto do sistema carcerário brasileiro, realizando uma alusão ao estado de coisa inconstitucional reconhecido por meio de decisão em arguição de descumprimento preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal. A metodologia utilizada foi a pesquisa teórico-bibliográfica e documental, mediante a análise de doutrinas, jurisprudências e na própria lei, que permitirá a construção de apontamentos históricos, teóricos e críticos, no que tange a forma de execução de pena convencional atualmente vigente no Brasil.

**Palavras-chave:** Sistema carcerário. Estado de Coisa Inconstitucional. Direitos Humanos. Dignidade humana. Sociedade.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela FUIT. Especialização em Direito Processual Constitucional pela FAPAM. Graduação em Direito pela FAPAM.

# A INCONSTITUCIONALIDADE DA VEDAÇÃO, POR PARTE DO CNJ, DO RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL DE CASAIS POLIAFETIVOS, POR MEIO DE ESCRITURA PÚBLICA DECLARATÓRIA

Marcos Gabriel Soares Ferreira<sup>1</sup>  
Sônia Cristina Fagundes Malta<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[marcosgabriel6252@gmail.com](mailto:marcosgabriel6252@gmail.com), [sonia.malta@fapam.edu.br](mailto:sonia.malta@fapam.edu.br)

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por finalidade abordar a inconstitucionalidade da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça, no pedido de providência de nº 001459-08.2016.2.00.0000. Dessa decisão foi expedida uma recomendação aos cartórios, para que esses se abstenham de expedir escritura pública declaratória de união estável de casais poliafetivos. É de conhecimento público que, com a evolução da sociedade, novos tipos de entidades familiares surgiram. Não se considera família apenas aquela composta por um homem e uma mulher, patriarcal, comum no início do século XX. De mesmo modo, sabe-se que as entidades familiares devem ser protegidas pelo Estado. Nesse diapasão, a Constituição Federal de 1988 abarcou em seu texto o conceito aberto de entidade familiar, reconhecendo a pluralidade de famílias existentes na sociedade brasileira, promovendo-se, assim, a igualdade e não hierarquização das famílias. Contudo, a decisão do CNJ estabeleceu um conceito de família que excluiu as famílias poliafetivas e deixou os indivíduos que as integram à margem de proteção estatal. O Conselho Nacional de Justiça tem por finalidade aperfeiçoar o trabalho prestado pelo Poder Judiciário, principalmente no que diz respeito à efetividade da tutela jurisdicional. Contudo, o que se tem observado é a criação, por parte desse órgão, de uma limitação ao reconhecimento das relações poliafetivas, exercendo uma competência exclusiva da União, qual seja, legislar em matéria de direito civil. Este trabalho procura promover reflexão, analisando os fundamentos utilizados pelo julgador do Pedido de Providências de nº 0001459-08.2016.2.00.0000, de 26 de junho de 2018 pelo CNJ, observando se o referido julgamento tem amparo constitucional, bem como a competência do CNJ para proferir tal julgamento.

**Palavras-chave:** Casais poliafetivos. Poliamor. CNJ. União Estável.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela PUC Minas. Especialista em Mediação de Conflitos e Arbitragem pela Unyleya. Graduada em Direito pela UIT.

# A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DO ACUSADO: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA MÍDIA NOS JULGAMENTOS DOS CRIMES CONTRA À VIDA

Tales Henrique Melo Melgaço<sup>1</sup>  
André Moreira dos Santos Almeida<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[taleshmm@hotmail.com](mailto:taleshmm@hotmail.com), [andre.moreira80@gmail.com](mailto:andre.moreira80@gmail.com)

## RESUMO

A presente pesquisa abordará sobre a influência da mídia no processo penal brasileiro e os direitos fundamentais do acusado, com uma abordagem da influência da mídia nos julgamentos dos crimes contra à vida. Apresentar-se-á no contexto das discussões acerca da influência da mídia no processo penal, bem como a ponderação dos princípios como forma de garantir os direitos fundamentais do acusado. Muitas foram as atribulações sofridas para chegar ao status social atual, sendo que ainda resta alcançar e superar muitos desafios para que sejam consolidadas as bases de um Estado Democrático de Direito, que não seria possível sem seu pilar maior, a Constituição. O livre exercício da democracia é legitimado e ratificado pelo povo. O direito de imprensa, que tem seu funcionamento garantido pela Constituição, quando contraposto ao direito de personalidade e de proteção da própria imagem, também constitucionalmente assegurado, hodiernamente, atua de forma a influenciar o meio jurídico, no caso específico o processo penal brasileiro, que sofre com os reflexos da opinião transmitida pelos meios de comunicação no julgamento do acusado. O objetivo da presente pesquisa está em analisar a atuação da mídia em torno do processo penal brasileiro, em se pese ao acusado, os limites de sua interferência em seu julgamento e sua violação aos direitos fundamentais. A problemática da presente pesquisa instala-se na seguinte indagação: a influência que a mídia está alcançando no processo penal brasileiro, fere seus princípios e, também atingi os direitos fundamentais garantidos ao acusado no seu julgamento? A metodologia para a realização da pesquisa, tem por embasamento um estudo descritivo-analítico acerca do tema, realizado por meio de estudos bibliográficos de doutrinas, artigos, legislação e jurisprudência acerca do tema.

**Palavras-chave:** Mídia. Direito fundamentais. Acusado. Julgamento.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Especialista em Direito Público pela UCAM. Graduado em Direito pela FUIT.

## A INFLUÊNCIA DA REALIDADE SOCIAL DO INDIVÍDUO NA CRIMINALIDADE

Joyce Maria Costa Castro<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[joycecastro29@gmail.com](mailto:joycecastro29@gmail.com), [francisco.neto@fapam.edu.br](mailto:francisco.neto@fapam.edu.br)

### RESUMO

O presente trabalho trata-se de verificar como o indivíduo se comporta no meio social, ou seja, como a vida em sociedade pode influenciar nas atitudes futuras e na inserção a criminalidade. Como se pode perceber diante da realidade brasileira, o indivíduo se vê em uma situação em que é influenciado pelo seu seio social. Assim, faz e toma atitudes que algumas vezes fogem da sua “vontade”, visto que o indivíduo em situações precárias, busca a sua sobrevivência sobrepondo valores éticos e morais de conduta e até mesmo às leis, dando início a inserção no mundo da criminalidade, sendo para a maioria das pessoas um caminho sem volta. Por exemplo, em uma família onde o pai é traficante, e o mesmo tem certo “poder” diante dos outros, a chance de o seu filho querer para si o mesmo futuro é grande, visto que ele conviveu e aprendeu que é algo normal em sua vida. Contudo, há algum tempo atrás a criminologia era tratada apenas por associar o delito cometido ao criminoso, porém, com o passar do tempo e a inserção dos direitos humanos e até mesmo a necessidade de entender mais sobre o ser humano, este viés somente de caráter objetivo da criminologia passou a ser estudado mais a fundo, ganhando caráter subjetivo de buscar entender o que levou o indivíduo a cometer certos crimes e como o ambiente em que este vive pode influenciar para a sua inserção no mundo do crime. Com efeito, é possível questionar até onde o indivíduo consegue se manter no caminho certo, dentro das leis, em um ambiente que o leva a cometer crimes, muitas vezes para a sua própria sobrevivência. Neste enfoque, submete-se apresentar algumas teorias que enfocam na tendência da criminalidade, levando o indivíduo a praticar atos ilícitos. Este trabalho utilizará o método dedutivo e como procedimentos a pesquisa bibliográfica, contendo suporte na doutrina existente e nas jurisprudências pátrias, além do uso de artigos científicos para melhor inteiração do problema proposto. Justifica o tema ora analisado em razão de ser um assunto atual e de cunho social, que gera discussões interessantes com opiniões diversas.

**Palavras-chave:** Criminologia. Criminoso. Delito. Direito Penal.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE. Especialista em Direito pela UCAM. Graduado em Direito pela PUC Minas.

# A JURISPRUDÊNCIA DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NOS DELITOS PATRIMONIAIS PROSEGUIDOS DE FLAGRANTE COM APREENSÃO DE PRODUTO DE CRIME EM POSSE DO IMPUTADO

Hamilton Lemos de Abreu Torres<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[hamiltonlemos5@gmail.com](mailto:hamiltonlemos5@gmail.com), [francisco.neto@fapam.edu.br](mailto:francisco.neto@fapam.edu.br)

## RESUMO

O presente trabalho objetiva compreender a inadequação da jurisprudência de inversão do ônus da prova no âmbito do sistema acusatório. Para tanto, fez-se necessário delimitar o espectro da produção na prova no processo penal por meio do ônus conferido às partes e investigar o sub-objeto da pesquisa (o flagrante com a apreensão de produto do crime em posse do réu) como carga de prova e circunstância fático-processual a serem compreendidas no âmbito dos standards – níveis de prova – necessários à condenação penal. Ao término, conclui-se pela possibilidade de valoração do flagrante com apreensão à título de prova do exercício de posse do réu, mesmo que temporário, contudo, não podendo se extrair disso, em regra, o elemento subjetivo do crime de receptação nem a prova da autoria dos delitos de subtração e extorsão. Conclui-se também que a apreensão de produto do crime em posse do imputado pode, se amparada em outros indícios correlacionados, constituir-se em prova indireta de alguns verbos núcleo do crime.

**Palavras-chave:** Ônus da prova. Flagrante. Produtos em posse do réu. Sistema acusatório. Delitos patrimoniais.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE. Especialista em Direito pela UCAM. Graduado em Direito pela PUC Minas.

# A LEGITIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA INSTAURAR INQUÉRITO POLICIAL: UMA ANÁLISE À LUZ DO SISTEMA ACUSATÓRIO

Geraldo Junior Reis Xavier<sup>1</sup>  
Júlia Alves Almeida Machado<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[geraldinxavier@gmail.com](mailto:geraldinxavier@gmail.com), [julia.machado@fapam.edu.br](mailto:julia.machado@fapam.edu.br)

## RESUMO

Objetiva-se com o presente estudo analisar a temática dos poderes investigatórios do Ministério Público, especificamente no campo criminal. Em um primeiro momento, discorre-se acerca dos aspectos iniciais do Ministério Público e suas funções institucionais constitucionalmente consagradas. Em seguida, verifica-se a investigação criminal no âmbito do inquérito policial, reportando as principais críticas sobre o tema. Após, são abordados e analisados criticamente os principais argumentos contrários à investigação conduzida pelo Ministério Público, bem como apresentadas as suas vantagens. Ao final, é realizada uma exposição da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema. Após a análise da matéria, conclui-se pela possibilidade do Ministério Público conduzir, por autoridade própria, a investigação criminal, ressaltando-se, no entanto, a necessidade de aprofundamento do debate a respeito do tema, de modo a firmar em definitivo o seu papel na persecução penal. Para o alcance do fim pretendido neste trabalho foi realizada pesquisa doutrinária e documental, conferindo-se, ainda, enfoque à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema.

**Palavras-chave:** Inquerito Policial. Legitimidade. Ministério Público. Investigação Criminal.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela FUIT. Especialização em Direito Processual Constitucional pela FAPAM. Graduação em Direito pela FAPAM.

# A OBRIGATORIEDADE DO SEGURO GARANTIA NAS OBRAS PÚBLICAS E A ADOÇÃO DO PERFORMANCE BOND COMO MEDIDA DE ANTICORRUPÇÃO

Pedro Antonio Morato Dirino<sup>1</sup>  
Renato Corradi Bechelaine<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[pedroantonioratoadv@gmail.com](mailto:pedroantonioratoadv@gmail.com), [renatocorradi@hotmail.com](mailto:renatocorradi@hotmail.com)

## RESUMO

Com o grande crescimento da demanda social por serviços essenciais que são disponibilizados pelo Estado, como educação e saúde, a Administração Pública vê-se na necessidade de construir e manter infraestrutura mínima para que possa atender às necessidades da população e o faz, principalmente, através de contratação de empresas particulares para executar obras das mais variadas, seja para reforma ou construção de prédios públicos. Na maioria dos casos, o Estado seleciona a empresa para proceder a obra pública por meio do procedimento administrativo da licitação, moldado pela Lei nº. 8.666/93. No entanto, em que pese haver leis que regulamentam o processo licitatório, esse ainda apresenta brechas que aumentam a possibilidade de ocorrer prejuízos ao erário, principalmente no tocante a obras inacabadas por falta de verba, projetos mal feitos e indefinidos, contratos mal formulados e, principalmente, o superfaturamento de empresas e políticos, mostrando-se a licitação e a posterior contratação um meio para se praticar a corrupção. O tema do presente trabalho, intitulado de “A Obrigoriedade do Seguro Garantia nas Obras Públicas e a adoção do Performance Bond como medida de anticorrupção”, funda-se justamente em uma hipótese de solução para redução dos riscos supramencionados, introduzindo dispositivo mais rigoroso no tocante à estipulação de cláusulas que preveem seguro garantia mais extenso e, eventualmente, que abranja todo o valor dispendido pelo Estado à contratação. Desse modo, abordar-se-á, primeiramente, sobre o sistema de planejamento e fiscalização das obras públicas pelo estado brasileiro, em seguida, acerca da Lei de Licitações, examinando-se cada etapa do procedimento administrativo de licitação. Em seguida, adentrar-se-á a discussão dos princípios da Lei de Licitações, a fim de se constatar que hipótese levantada pelo presente trabalho encontre-se em consonância ao que estabelecidos por essas normas. Por conseguinte, será analisada a forma em que o seguro garantia encontra-se disposto atualmente pelo ordenamento brasileiro, e, em seguida, esse será contraposto ao Instituto do “Performance Bond”, sistema utilizado nos Estados Unidos que se aproxima da hipótese aqui dirimida. Por fim, será explanada a solução apresentada pelo presente trabalho, demonstrando-a como instrumento ao combate à corrupção e as modificações a serem feitas na lei para que a mesma seja viabilizada no ordenamento jurídico brasileiro. Ao final, será visto que há possibilidade de que se introduza à norma brasileira, especialmente, nos procedimentos licitatórios, o seguro garantia com mais vigor, de modo com

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Especialista em Direito Público pela FADOM. Graduado em Direito pela FUIT.

que não restará inviabilizada a manutenção das prestações de serviços e execuções de obras públicas nos âmbitos municipais, estaduais e federais.

**Palavras-chave:** Seguro garantia. Procedimento licitatório. Performance Bond.

# **A PENHORABILIDADE DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS NO ÂMBITO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO FACE À NATUREZA JURÍDICA DESSES COMO SUJEITOS DOTADOS DE DIREITOS**

Stephanie Viegas Reis<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[stephanieviegas2014@gmail.com](mailto:stephanieviegas2014@gmail.com), [fabricao.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricao.veiga@fapam.edu.br)

## **RESUMO**

A sociedade sofre com mudanças todo o tempo e o Direito que existe principalmente para regular e normatizar o direito dos indivíduos, deve moldar-se conforme a demanda social. Isso abrange o Direito Processual Civil que também deve se atualizar com o passar do tempo. Intrinsecamente ao processo civil, o processo de execução também sofre com alterações, sendo essas um dever tanto das leis e normas princípios, como dos operadores do Direito. Atualmente, verifica-se que os indivíduos passaram a relacionar-se afetivamente com animais, de modo com que trouxeram esses animais para dentro de suas residências. A sociedade, de forma geral, passou a criar vínculos espirituosos com os animais domésticos, de modo com que cada vez mais consideram que esses animais fazem parte do grupo familiar em que estão inseridos. Em contrapartida, é possível a penhora de animais domésticos no âmbito da execução civil, o que se mostra incompatível com a realidade da sociedade. Isso porque constata-se ser desproporcional que um animal sirva de adimplemento à uma prestação, seja ela decorrente de obrigação de pagar quantia, de fazer ou não-fazer e de dar. Não se pode comparar e sobrepor o valor econômico de um animal doméstico ao seu valor sentimental, já que não se pode medir afeto. Ademais, a violação ao sentimento mostra-se como uma violação a dignidade da pessoa, que é veementemente rechaçado pelo Direito Pátrio. Para elucidar a questão, o presente trabalho procederá ao estudo do processo de execução civil no Brasil e da forma em que os animais domésticos existem no ordenamento jurídico, para que, posteriormente, seja levanta a hipótese de que esses devem ser excluídos do rol de bens passíveis de penhora. O trabalho será dividido em capítulos, “O processo de execução e seus princípios no Direito Processual Brasileiro”, “Animais domésticos e o vínculo afetivo” e “A impenhorabilidade dos animais domésticos em processo de execução”. Com isso, será demonstrado que os animais domésticos deixaram de ser apenas bens e que atualmente o deveriam ser abarcados pela impenhorabilidade. Após a construção do texto, foi possível concluir que o Direito Brasileiro ainda tem muito que se desenvolver em relação a matéria dos direitos dos animais, inclusive os animais domésticos. Esses, por sua vez, por atualmente terem um papel e uma função especial

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

dentro das famílias, merecem especial tratamento, devendo, em caráter de urgência, serem considerados bens impenhoráveis até que seja reconhecido pelo ordenamento jurídico que são sujeitos de direitos.

**Palavras-chave:** Animais domésticos. Impenhorabilidade. Vínculo afetivo.

# A POSSIBILIDADE DE RECONHECIMENTO DO TRANSTORNO DE PERSONALIDADE BORDERLINE COMO CAUSA DE INIMPUTABILIDADE E EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE

Mateus Inácio de Araújo Silva<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[mateusinacio2015@outlook.com](mailto:mateusinacio2015@outlook.com), [francisco.neto@fapam.edu.br](mailto:francisco.neto@fapam.edu.br)

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar alguns conceitos em relação a personalidade humana e aprofundar os estudos no transtorno de personalidade borderline. Apresentando um breve contexto histórico do surgimento, apontando o seu desenvolvimento e diagnóstico, além de trabalhar as possibilidades de manejo e possíveis tratamentos para esses agentes. Essa pesquisa acadêmica dedicará a apresentar as possibilidades de exclusão da culpabilidade desses agentes e os casos que podem ser considerados inimputáveis no âmbito do direito penal e as medidas de segurança cabíveis a aqueles que apresentam grande periculosidade a sociedade. Por fim se conclui que esse transtorno de personalidade preenche alguns preceitos para ter sua culpabilidade extinta, sendo aplicados em casos específicos, restritos, além de ser aplicadas as medidas de segurança na maioria dos casos. O trabalho utilizará de Pesquisa Bibliográfica, doutrinas, jurisprudências, revistas, legislação e artigos científicos, buscando aprofundamento e persuasão no assunto proposto.

**Palavras-chave:** Transtorno de personalidade borderline. Imputabilidade. Culpabilidade.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE. Especialista em Direito pela UCAM. Graduado em Direito pela PUC Minas.

# A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DA LEGALIZAÇÃO DA MACONHA NO DIREITO BRASILEIRO

Ernane Geraldo de Abreu Fernandes<sup>1</sup>  
Ronaldo Galvão<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[ernanefernandespc@gmail.com](mailto:ernanefernandespc@gmail.com), [galvao@parademinas.com.br](mailto:galvao@parademinas.com.br)

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo estudar as questões envoltas à proibição do uso e do comércio da cannabis no direito brasileiro, a fim de se responder se a maconha pode/deve ser legalizada e regulamentada pelo Estado. Para se chegar à hipótese, foi necessário discorrer sobre os motivos que justificaram a sua proibição, analisar a política de repressão, para em seguida ser firmada a tese de que tal prática é inconstitucional, visto que a criminalização limita o usuário de exercer plenamente vários de seus direitos constitucionalmente garantidos. Outrossim, restou-se demonstrado que o Estado, ao criar tipificação criminal para o uso da maconha, infringiu os princípios da vida privada, autonomia individual e da proporcionalidade, sendo esses princípios basilares do direito constitucional. Ademais, a problemática da legalização da maconha foi analisada sob uma ótica jurídica, histórica e social. Assim sendo, o trabalho buscou enfrentar toda essa problemática, ao analisar e descrever os obstáculos da legalização no país, concluindo-se, ao final, que as pessoas têm o direito de usar maconha livremente, sem que o Estado intervenha em sua esfera privada. O trabalho foi dividido em etapas, as quais justificam um melhor entendimento de toda a temática e da relevância que possui. Inicialmente, foram traçadas algumas definições conceituais a respeito da maconha e, também de forma descritiva, foi analisado contextos históricos relevantes da proibição da cannabis, fazendo-se comparação com os dias atuais. Outrossim, foram apontados os impactos sociais da guerra às drogas na sociedade brasileira. Após, foi realizada uma análise dos princípios constitucionais que são afetados pela criminalização da cannabis, fazendo-se, em seguida, o sopesamento entre a norma penal e tais direitos. Concluiu-se com o presente trabalho que a maconha deve ser legalizada e o Estado deve regulamentar o uso, tal como já faz com as drogas lícitas. Na construção do presente trabalho, foram realizadas consultas na legislação brasileira, livros e em teses científicas, além de se utilizar de artigos e entrevistas. A descrição de cada ponto é seguida de uma crítica ao atual sistema proibicionista.

**Palavras-chave:** Drogas. Maconha. Política de proibição de drogas. Legalização. Descriminalização.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela PUC Minas. Especialista em Processo Civil pela FADOM. Graduado em Direito pela UNIFENAS.

## A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA NO BRASIL

Mateus Azevedo Bueno de Carvalho<sup>1</sup>  
André Moreira dos Santos Almeida<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[mateusazevedo2012@hotmail.com](mailto:mateusazevedo2012@hotmail.com), [andre.moreira80@gmail.com](mailto:andre.moreira80@gmail.com)

### RESUMO

O presente trabalho monográfico tem como objetivo apresentar um estudo a respeito das problemáticas jurídicas da medida de segurança e seu prazo indeterminado. A medida de segurança é uma forma do Estado tentar tratar e possivelmente curar o indivíduo, este tratamento deverá ser aplicado para o semi-imputável e ao inimputável com um tratamento ou internação. O Código Penal brasileiro dispõe sobre o prazo da pena para esses indivíduos, deixando uma lacuna acerca do tempo máximo para cumprimento deste tratamento. Suprindo tal lacuna o Superior Tribunal de Justiça, por meio da súmula 527, definiu que o tempo máximo para se cumprir a medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado. No entanto, alguns doutrinadores, juízes e Tribunais não coadunam com este entendimento, por acreditarem que enquanto não se obtenha um laudo positivo da cessação da periculosidade do internado não se deve libertá-lo, por se tratar de um risco à sociedade. Parte-se do entendimento de que a medida de segurança deve ser entendida não como pena, mas sim como um instrumento para promoção da saúde. De sorte que não prega pela liberação do agente antes de cessada a periculosidade, devendo o mesmo ficar vinculado, pelo menos ao tratamento o ambulatorial. Os objetivos propostos pautam-se em um estudo acerca das sanções penais, as espécies punitivas no ordenamento jurídico brasileiro, bem como uma abordagem acerca da Medida de segurança e o prazo para seu cumprimento. A metodologia empregada é pelo método dedutivo com base em pesquisa bibliográfica na legislação penal, decisões proferidas pelo Superior Tribunal Federal, doutrinas e artigos pertinentes ao tema. Caracteriza-se como pesquisa indireta realizada por meio de fontes bibliográficas e documentais existente em literaturas de doutrinadores no assunto, livros, revistas, artigos e legislação pátria.

**Palavras-chave:** Medida de segurança. Prazo máximo indeterminado. Semi-imputável e inimputável. Sanção.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Especialista em Direito Público pela UCAM. Graduado em Direito pela FUIT.

# A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DO DEBATE DA LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE DE SACRIFÍCIOS DE ANIMAIS EM RITUAIS RELIGIOSOS

Silvânia Maria dos Santos <sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[silvanciasantos3024@gmail.com](mailto:silvanciasantos3024@gmail.com), [fabricao.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricao.veiga@fapam.edu.br)

## RESUMO

O presente estudo tratará da constitucionalidade e da legalidade dos sacrifícios de animais em rituais religiosos. Se uma Lei viola princípios e normas constitucionais, ela não pode ser considerada constitucional e legal. O estudo tem por objetivo apresentar conceitos e particularidades dos preceitos e princípios constitucionais relacionados ao tema, bem como verificar que o sacrifício de animais em rituais religiosos fere a Constituição Federal de 1988, vigente atualmente. Para tal objetivo foi utilizado o método de procedimento bibliográfico, cujo método se consiste em uma coleta de dados a partir de artigos, livros e revistas científicas, permitindo assim, a análise de dados concretos. É um método de abordagem dedutivo, um processo de análise de informação que nos leva a uma conclusão. Trata-se de uma pesquisa exploratória, tendo como procedimento principal a pesquisa virtual, através da qual foi possível verificar como é a forma de definir de uma lei é constitucional ou inconstitucional, quais quesitos que são analisados, além de analisar se a lei que permite o sacrifício de animais em rituais religiosos é realmente constitucional ou se ela fere os princípios constitucionais. Realizadas tais análises, chega-se a conclusão de que a lei que permite o sacrifício de animais em rituais religiosos possui vícios formais e materiais, sendo uma Lei inconstitucional, podendo-se como sugestão a reanálise pelo Supremo Tribunal Federal acerca da constitucionalidade dos sacrifícios de animais em rituais religiosos, para que se possa ter uma lei justa a Constituição Federal e também justa as principias vítimas, que são os animais, objeto principal do sacrifício nesses rituais religiosos.

**Palavras-chave:** Animais. Constituição Federal. Rituais. Sacrifício.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

# A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DO RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA POST MORTEM

Leidiane Tereza de Oliveira Soares<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[leydiane\\_oliveira@hotmail.com](mailto:leydiane_oliveira@hotmail.com), [fabricio.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricio.veiga@fapam.edu.br)

## RESUMO

O tema objeto dessa pesquisa está diretamente inserido no campo do direito de família, e consequentemente tem um grande impacto no âmbito sucessório. O tema aborda a problemática do reconhecimento da filiação socioafetiva após a morte. Tendo como ponto primordial para compreensão do assunto o vínculo afetivo entre as partes. Entretanto, apesar de ser bem comum a filiação sem vínculo sanguíneo no meio da sociedade atual, o tema ainda é carente de disposições legais para regulamentar o assunto. Portanto, o objetivo dessa pesquisa é mostrar a possibilidade do reconhecimento de filiação socioafetiva após o falecimento do pai afetivo. Para chegar-se a esta conclusão far-se-á um estudo amplo de doutrinas, jurisprudências e lei seca, passando por uma análise minuciosa acerca do assunto. A presente monografia é de grande importância na vida da sociedade, visto a vasta convivência afetiva da nossa realidade social. Desta forma, é possível chegar à problemática do tema: é admissível o reconhecimento da filiação por vínculo afetivo após a morte, quais as consequências jurídicas desse reconhecimento? Portanto, será mostrado que é possível ter esse direito deferido judicialmente após a morte do pai socioafetivo, devendo se ater a alguns requisitos e peculiaridades que serão tratados na presente monografia.

**Palavras-chave:** Filiação Socioafetiva post mortem. Posse de estado de filho. Requisitos para admissibilidade.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

# A PSICOPATIA À LUZ DO DIREITO PENAL BRASILEIRO: A IMPUTABILIDADE, SEMI-IMPUTABILIDADE E INIMPUTABILIDADE EM CRIMES COMETIDOS POR PSICOPATAS

Taís Antônia Lima<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[taislima1408@gmail.com](mailto:taislima1408@gmail.com), [francisco.neto@fapam.edu.br](mailto:francisco.neto@fapam.edu.br)

## RESUMO

O presente trabalho aborda o instituto jurídico no que tange a situação da psicopatia no âmbito do Direito Penal com objetivo de analisar as formas de capacidade no ordenamento jurídico atual. A pesquisa traz a definição de psicopatia segundo Organização Mundial da Saúde e na legislação brasileira, demonstrando a influência da psicopatia em crimes penais. A pesquisa analisa também quais os efeitos causados na sociedade pelos crimes praticados por psicopatas. Aduz sobre os elementos da culpabilidade e a responsabilidade penal, realizando uma análise dos critérios evidentes entre os elementos da culpabilidade, semi-imputável ou inimputável sobre os crimes praticados pelos cidadãos que contém a psicopatia. Para o desenvolvimento do trabalho utilizou-se do método de pesquisa exploratório com obras que abordam o tema e de dispositivos legais, usando também o estudo de casos por meio de jurisprudência pertinentes ao assunto. Com a pesquisa podem ser vislumbrados os posicionamentos de diversos doutrinadores sobre os elementos de culpabilidade no Direito Penal, ademais após uma análise da psicopatia que se trata de um transtorno específico de personalidade e não de uma doença mental, portanto, na legislação jurídica penal brasileira é notório que os crimes praticados por cidadãos com síndrome de psicopatia não tem configurado como inimputável, apesar de algumas divergências doutrinárias sobre o tema.

**Palavras-chave:** Psicopatia. Semi-imputável. Inimputável. Elementos da Culpabilidade. Responsabilidade penal.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE. Especialista em Direito pela UCAM. Graduado em Direito pela PUC Minas.

# A TEORIA DO ERRO E OS SEUS REFLEXOS SOBRE OS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO TIPO PENAL

Leandro Santos Morato<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[morato10bm@gmail.com](mailto:morato10bm@gmail.com), [francisco.neto@fapam.edu.br](mailto:francisco.neto@fapam.edu.br)

## RESUMO

A Teoria do Erro, caracterizada pela falsa percepção da realidade durante a prática de determinado ato, é dos mais relevantes e polêmicos temas do Direito, gerando diversas interpretações e debates nos âmbitos acadêmico, doutrinário e judiciário. Isso se deve a complexa análise a ser feita, de modo a determinar como o erro irá refletir nos elementos que constituem o tipo penal. Por si só, a própria seara penal como um todo, dada a sua essência, visa proteger os bens jurídicos mais importantes. Além disso, as características peculiares do instituto em debate enriquecem os posicionamentos, quais sejam: a subjetividade das condutas, o senso comum diante das normas penais que regulamentam as ações humanas, além de estar intimamente vinculado a diversos outros institutos. Como forma de produção do trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica junto as mais relevantes fontes que abordam o Direito Penal e o assunto em específico, possibilitando analisar as diversas conceituações sobre a Teoria do Erro. Após o necessário e prévio conhecimento acerca dos itens que integram o conceito de crime e das teorias que definem a culpabilidade, é possível analisar a ação do sujeito, que age supondo uma situação de fato, podendo ser afastado o dolo de sua conduta, com possível responsabilidade a título de culpa. Tal hipótese está ligada à eventual previsão legal, a depender do caso em concreto. Todavia, cumpre salientar que, em face da subjetividade ora citada, esse juízo de valor da ação/omissão abre margem para variados posicionamentos.

**Palavras-chave:** Erro. Tipo penal. Subjetividade. Culpabilidade. Responsabilidade a título de culpa.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE. Especialista em Direito pela UCAM. Graduado em Direito pela PUC Minas.

## A UTILIZAÇÃO DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA PARA CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS

Elisangela Fernanda da Silva<sup>1</sup>  
Graciane Rafisa Saliba<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[elisangela.fernanda1992@gmail.com](mailto:elisangela.fernanda1992@gmail.com), [graciane.saliba@fapam.edu.br](mailto:graciane.saliba@fapam.edu.br)

### RESUMO

Trata-se de trabalho monográfico que tem por objetivo analisar a finalidade e a perspectiva dos contratos de trabalho por prazo determinado, especificamente os contratos de experiências, sob a vertente do princípio da boa-fé. Os contratos de trabalhos por prazo indeterminado constituem a regra no direito do trabalho brasileiro, com o princípio da continuidade das relações de emprego, entretanto existem trabalhos que pela sua própria natureza são transitórios, e esses também necessitam de regulamentação. Por isso surgiram os contratos por prazo determinados para legalizar essa modalidade de emprego, existente na sociedade contemporânea. Os contratos de experiência constituem uma modalidade de contrato por prazo determinado que têm a finalidade de verificar a aptidão do empregado para a realização de suas atividades neste novo ambiente de trabalho, e se o mesmo se encaixará no perfil da empresa, logo o empregado também irá verificar as condições que lhe são dadas para a realização do mesmo e decidir se terá ou não interesse em se efetivar naquela empresa. Os contratos de experiência, assim como os demais contratos devem guardar observância ao princípio da boa-fé no qual contratante e contratado devem ser transparentes quanto à real finalidade e objetivo da contratação. Para tanto, analisar-se-á o que ocorre quando os contratos de experiência são utilizados de maneira equivocada, para atender um período transitório de movimento excepcional, e, o princípio da boa fé deixa de ser observado, levando o empregado a uma frustrada expectativa de efetivação no emprego. Verifica-se, assim, uma contratação que deveria ser por prazo determinado, um trabalho de caráter temporal e ele foi contratado para um contrato de experiência, neste contexto será analisado o instituto da teoria da perda de uma chance e sua aplicabilidade na esfera trabalhista. O método de pesquisa utilizado será o dedutivo, com pesquisa teórica e qualitativa, percorrendo sobre a fase histórica do direito do trabalho e a criação das modalidades de contrato, especialmente o de experiência. Será utilizado o emprego de material bibliográfico e documental legal: livros, artigos científicos e legislações sobre o tema, jurisprudência e sobre o referido tema.

**Palavras-chave:** Contratos por prazo determinado. Perda de uma chance. Contrato de experiência.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Doutora em Direito pela PUC Minas. Mestre em Direito pela PUC Minas. Especialista em Direito do Trabalho e Crise Econômica pela UCLM. Especialista em Direito do Trabalho pela FGV. Graduada em Direito pela UFMG.

# A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA ÀS MULHERES TRANSEXUAIS

Patrícia de Freitas Teixeira<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[pathypara@hotmail.com](mailto:pathypara@hotmail.com), [fabricao.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricao.veiga@fapam.edu.br)

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema a violência doméstica e familiar contra a mulher perante a Lei 11.340/06, sob o enfoque da possibilidade de sua aplicação quando a vítima se tratar de mulher transexual. Objetiva-se a analisar as diretrizes da Lei Maria da Penha e sua efetividade no ordenamento jurídico brasileiro. A violência doméstica é um tema bastante atualizado e instigante que atinge milhares de mulheres e crianças, adolescentes e idosos em todo o mundo, decorrente da desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres, assim como, a discriminação de gênero ainda presente tanto na sociedade como na família. Acredita-se que a elaboração de uma Lei específica de proteção à mulher contribuiu para a construção de uma sociedade mais justa e acolhedora, que não tolera qualquer situação de opressão. Entretanto, ainda é imprescindível que haja a conscientização da necessidade de estender a proteção da Lei Maria da Penha às transexuais do sexo feminino, uma vez que a sua condição se iguala a todas as características de vulnerabilidade do gênero feminino, ou seja, da condição de ser mulher. Estender a tutela jurídica da Lei Maria da Penhas às mulheres transexuais significa dar efetividade ao princípio da dignidade da pessoa humana, que regulamenta e orienta todo o ordenamento jurídico, assim como dar concretude aos direitos fundamentais, previstos na Constituição Federal de 1988. Embora haja certa reticência do legislador de estender de forma expressa a proteção contra violência doméstica às mulheres transexuais, é imprescindível haver a libertação de preconceitos, para que se atenda aos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana, esculpidos na Constituição Federal de 1988.

**Palavras-chave:** Lei Maria da Penha. Violência doméstica. Transexuais. Violência de gênero.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

# ACORDO DE NÃO-PERSECUÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL SOBRE A PROPOSTA DE JUSTIÇA PENAL CONSENSUAL

Emerson Willer Louvera<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[emersonlouvera@gmail.com](mailto:emersonlouvera@gmail.com), [francisco.neto@fapam.edu.br](mailto:francisco.neto@fapam.edu.br)

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso objetiva fazer um estudo detalhado a respeito do Acordo de não-persecução penal idealizado pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, inserido no ordenamento jurídico pátrio através da criação do art. 28-A no Código de Processo Penal, artigo que visa instituir o procedimento que trata da Justiça Penal Negociada. Esta implementação representa o crescimento sobre matéria de direito negocial dentro do Ordenamento Jurídico Brasileiro. O modelo de negociação em matéria penal proposto pelo Ministro da Justiça e aprovado no congresso nacional será estudado dentro do contexto constitucional, quando avaliar-se-á se o modelo proposto relativiza ou colide com princípios constitucionais de regem o processo penal democrático. A metodologia utilizada foi principalmente a pesquisa bibliográfica, destacando-se o estudo da doutrina a respeito da Justiça Penal Consensual e artigos correlatos ao tema.

**Palavras-chave:** Acordo de Não-Persecução Penal; Justiça Penal Negociada; Processo Penal Democrático; Princípios e garantias fundamentais.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE. Especialista em Direito pela UCAM. Graduado em Direito pela PUC Minas.

# ADOÇÃO DE CRIANÇAS POR FAMÍLIAS POLIAFETIVAS NO BRASIL

Sabrina Paula de Barcelos Silveira<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[pbssabrina@gmail.com](mailto:pbssabrina@gmail.com), [fabricio.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricio.veiga@fapam.edu.br)

## RESUMO

O presente trabalho aborda o instituto jurídico da adoção realizada por famílias poliafetivas no contexto jurídico brasileiro com o objetivo de analisar as formas de constituição de um novo modelo de família e os reflexos causados na sociedade em relação à adoção ser realizada por um modelo de família não convencional. A pesquisa traz a conceituação de família segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e demais dispositivos da legislação brasileira, busca-se apresentar a evolução da entidade familiar e suas diversas modalidades, bem como, quais as bases para a conceituação da família nos dias atuais, apresentando o afeto como elemento para constituição dos núcleos familiares. Expõem quais são as consequências cíveis no direito brasileiro, aduzindo quais são os direitos e deveres acarretados a família poliafetiva diante do adotado. A pesquisa analisa sobre o procedimento de adoção conforme a legislação brasileira, realizando uma análise dos critérios para a escolha das famílias que pretendem realizar a adoção, verificando se que poderia acarretar sua discriminação no processo de adoção, sendo essa realizada por famílias poliafetivas. Para desenvolvimento do trabalho utilizou-se do método de pesquisa bibliográfica de obras que abordam o tema e de dispositivos legais pertinentes ao assunto. Com a pesquisa podem ser vislumbrados os posicionamentos de diversos doutrinadores sobre as diversas formas de constituição familiar e os elementos básicos para constituir uma nova família, sendo o afeto como o principal. Ademais após uma análise da legislação fica claro que para a efetivação da adoção é necessária a avaliação de diversos critérios sendo eles social, econômico e afetivo. A família não mais se caracteriza apenas pelo vínculo existente pelo matrimônio, a unidade familiar legitima-se pela presença de afeto, solidariedade, liberdade, igualdade, autonomia da vontade de constituí-la, tudo isto direcionado ao exercício da dignidade humana. Sendo o afeto o novo mandamento das famílias, não há razões jurídicas que impeçam a adoção de crianças ou adolescentes por famílias poliafetivas, quando estas apresentam todos os requisitos necessários para a adoção, em atendimento ao melhor interesse do infante.

**Palavras-chave:** Família poliafetiva. Adoção. Afeto.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

# ADVERSIDADES DO ACESSO À JUSTIÇA TRABALHISTA: ANÁLISE DAS BARREIRAS JURÍDICAS E METAJURÍDICAS ENFRENTADAS PELO POLO ATIVO DA AÇÃO

Vinícius Jônatan Silva Ramos<sup>1</sup>  
Evandro Alair Camargos Alves<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[viniciusjonatan1@hotmail.com](mailto:viniciusjonatan1@hotmail.com), [evandrocamargos@yahoo.com.br](mailto:evandrocamargos@yahoo.com.br)

## RESUMO

A presente monografia analisa as principais barreiras jurídicas e sociais dos trabalhadores durante e a após um dissídio individual e como elas interferem no acesso à justiça. Atua como pesquisa quali-quantitativa, como também uma pesquisa bibliográfica e documental. Verifica as verdadeiras consequências sociais e jurídicas dos trabalhadores que acionaram à justiça laboral, a responder a problemática: o que poderia a sociedade saber ou não dos litígios trabalhistas, e o que esse saber acarretaria em prejuízo ao trabalhador? Desta forma, quais as principais dificuldades que o trabalhador transpassa durante e depois de um processo trabalhista? Estas barreiras, dificultam ao efetivo acesso à justiça? Não obstante, através da Constituição da República Federativa do Brasil, Consolidação das Leis Trabalhistas e o Código de Processo Civil, aplicado de forma subsidiária ao meio trabalhista; o trabalho será apresentado todas as questões processuais pertinentes para o entendimento do respectivo tema. Conceituando as disciplinas materiais e processuais por hora abordadas, como direito material do trabalho e o direito processual do trabalho, assim como as definições pertinentes das respectivas barreiras processuais, ao qual o trabalhador se submete ao acionar a jurisdição, e que impede a um verdadeiro acesso à justiça.

**Palavras-chave:** Acesso à justiça. Barreiras processuais. Barreiras sociais. Processo do Trabalho. Princípio da proteção do trabalhador. Princípio da publicidade.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela FUIT. Especialista em Direito Privado pela UCAM. Especialista em Direito Público pela UCAM. Graduado em Direito pela FADOM.

# ALIENAÇÃO PARENTAL: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE PARÁ DE MINAS

Brenda Oliveir Padilha<sup>1</sup>  
Sônia Cristina Fagundes Malta<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[brendapadilha2008@hotmail.com](mailto:brendapadilha2008@hotmail.com), [sonia.malta@fapam.edu.br](mailto:sonia.malta@fapam.edu.br)

## RESUMO

O tema em estudo foi escolhido devido à atualidade do assunto da alienação parental, subsidiada pela criação da Lei 12.318/2010. No estudo são descritos os principais desafios enfrentados pela Comarca de Pará de Minas, como é a questão dos profissionais e falta de estrutura em relação aos pais-filhos afetados pela Síndrome da Alienação Parental, citando a conduta de ambos e, principalmente, as consequências que essa síndrome traz para os envolvidos. Dessa forma, busca-se apresentar que ambos os genitores possuem o direito de conviver com os seus filhos, tendo, assim, o dever de cuidar, proteger e manter a subsistência. No decorrer do estudo, averigua-se a diferença entre a alienação parental e a Síndrome da Alienação Parental. Para responder à pergunta problema sobre quais são os desafios enfrentados pelas varas cíveis de Pará de Minas a presente pesquisa está estruturada em quatro tópicos de desenvolvimento, sendo que o primeiro busca esclarecer o conceito de família, especialmente o modelo de família no século XX. No segundo, aborda-se a evolução do poder de família por meio de uma breve análise histórica e comparativa ao que se vive atualmente. No terceiro, traz-se o conceito da alienação parental, conduta do alienador, suas causas e efeitos e quais podem se tornar irreversíveis.

**Palavras-chave:** Alienação parental. Poder familiar. Síndrome de Alienação Parental.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela PUC Minas. Especialista em Mediação de Conflitos e Arbitragem pela Unyleya. Graduada em Direito pela UIT.

**ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 10 DA LEI 9.263 DE 1996:  
ESTUDO SOBRE A AUTONOMIA DA MULHER EM DECIDIR DE FORMA LIVRE  
PELA LAQUEADURA**

Cleidiele Cristina Ferreira Gomes<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[cleidielecfg@gmail.com](mailto:cleidielecfg@gmail.com), [fabricao.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricao.veiga@fapam.edu.br)

**RESUMO**

A Lei 9.263 de 1996, em seu artigo 10, inciso II, §5º, exige o consentimento do cônjuge para que a mulher casada possa realizar o procedimento de laqueadura. Neste trabalho será analisada a possível inconstitucionalidade deste dispositivo, à luz de princípios constitucionais e dos direitos fundamentais de liberdade e dignidade da pessoa humana. Será analisada a figura da mulher no Estado Democrático de Direito e os resquícios de ideais patriarcais ainda existentes na sociedade contemporânea. A relevância do tema está no fato de que a mulher deve ter assegurado seus direitos e garantias fundamentais, bem como seu direito de dispor sobre o próprio corpo, sem a interferência do Estado e de toda e qualquer forma de opressão como a acarretada pela exigência do consentimento de outrem. Tramitam no Supremo Tribunal Federal as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 5.097 e 5.911, as quais discutem especificadamente sobre o artigo 10, §5º, da Lei de Planejamento Familiar. Para o desenvolvimento do trabalho será utilizada pesquisa bibliográfica, através de doutrinas e artigos científicos, além das obras de Pierre Bourdieu e Simone de Beauvoir. A existência de um Estado Democrático de Direito pressupõe que o Estado deve interferir o mínimo possível na vida privada das pessoas, tendo-se em vista que o exercício da autonomia da mulher quanto ao próprio corpo deve ser assegurado. A mulher, enquanto detentora de direitos e capaz, pode ter seus direitos violados ao ser submetida a autorização de outrem para decidir sobre o próprio corpo.

**Palavras-chave:** Mulher. Autonomia. Liberdade. Laqueadura. Direitos reprodutivos.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

# ANÁLISE DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DOS CAMINHONEIROS A PARTIR DA REFORMA TRABALHISTA: UM ESTUDO À LUZ DA LEI Nº 13.467/17

Joice Maria Leite de Aguiar<sup>1</sup>  
Aparecido José dos Santos Ferreira<sup>2</sup>  
Júlia Alves Almeida Machado<sup>3</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[joicem.aguiar@hotmail.com](mailto:joicem.aguiar@hotmail.com), [aparecido.jose@fapam.edu.br](mailto:aparecido.jose@fapam.edu.br), [julia.machado@fapam.edu.br](mailto:julia.machado@fapam.edu.br)

## RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo geral investigar os direitos dos caminhoneiros perante a reforma trabalhista. Os caminhoneiros são responsáveis por boa parte da economia do país e é uma das classes trabalhadoras mais desrespeitadas em razão do preconceito social que assola a referida classe. Eles são submetidos a longas jornadas de trabalho, noites sem dormir, dias longe de seus familiares, perigos, dentre outras coisas, mesmo assim são pessoas que estão dispostas a passar por isso tudo para ajudar a movimentação da economia, tanto dentro quanto fora do país, mesmo sendo indiretamente. Neste sentido, a fim de verificar se a reforma trabalhista ocorrida no ano de 2017 trouxe proteção específica à esta classe de trabalhadores, pergunta-se: as garantias dos direitos trabalhistas para os motoristas de carga rodoviária, previstas na lei do caminhoneiro, foram ratificadas pela Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17) promulgada no ano de 2017? Para responder à pergunta-problema, será necessário analisar os direitos dos motoristas de carga rodoviária, bem como relacionar a lei do descanso, Lei nº 12.619/2012 e fazer uma breve comparação com a Reforma Trabalhista, lei 13.467/17, e a Lei 13.103/2015, lei dos caminhoneiros, verificando se há cumprimento e desrespeitos à CLT. Além do mais, tem-se o objetivo específico de analisar a jornada de trabalho e o controle de jornada e seu modo de cumprimento, bem como analisar suas horas de descanso, remuneração e férias, além das horas extras, descanso semanal, adicional noturno e férias. Ainda, será analisado as consequências de uma jornada de trabalho extensa, cansativa e estressante, as condições precárias de trabalho e a discriminação vividas pelos trabalhadores de boleias de caminhão. Toda essa análise tem o objetivo de verificar se a CLT protege os direitos dessa classe trabalhadora. A metodologia utilizada na pesquisa foram as pesquisas teórico-bibliográfica e documental, com a análise de livros, doutrinas, artigos científicos e, também, análise da lei e da jurisprudência, que são considerados referenciais no que tange às análises críticas e históricas que envolvem o tema-problema.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito Empresarial pela FADIR. Especialista em Direito de Empresa pela UGF. Graduado em Direito pela FAFI.

<sup>3</sup> Mestre em Direito pela FUIT. Especialização em Direito Processual Constitucional pela FAPAM. Graduação em Direito pela FAPAM.

**Palavras-chave:** Caminhoneiro. Direito do Trabalho. Greve dos Caminhoneiros. Jornada de Trabalho. Reforma Trabalhista.

## APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO CRIME DE DESCAMINHO

Paulo Afonso Teixeira<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[pauloafonso9808@gmail.com](mailto:pauloafonso9808@gmail.com), [francisco.neto@fapam.edu.br](mailto:francisco.neto@fapam.edu.br)

### RESUMO

O Ministério da Fazenda, por meio das Portarias nº 75 e 130, que regulamentaram o art. 20 da Lei nº 10.522/02, determinou o arquivamento das Execuções Fiscais de débitos com a Fazenda Nacional cujo valor seja igual ou inferior a 20 mil reais. Desta forma, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça passaram a adotar o entendimento de que, nos crimes tributários que também se enquadrem nesse valor haverá a aplicação do Princípio da Insignificância sob a justificativa de que, se a própria Fazenda Nacional considera o valor irrisório para motivar uma Execução Fiscal, o Direito Penal não deve regulamentar tal fato já que é a ultima ratio. Tal entendimento dos referidos Tribunais também foi aplicado na prática do crime de descaminho, mas há questionamentos com relação a essa aplicação, uma vez que o crime de descaminho está no rol dos crimes contra a Administração Pública, de haver Súmula sobre tal assunto e existirem julgados com decisões divergentes sobre esse tema. Há também a questão sobre a aplicação de outro Princípio que aos poucos vem sendo adotado no ordenamento jurídico, o Princípio da Irrelevância Penal do Fato que, apesar de ser semelhante ao Princípio da Insignificância, é aplicado em um momento absolutamente diverso gerando, portanto, consequências diversas. Assim sendo, é preciso esclarecer sobre a possibilidade de aplicação do Princípio da Insignificância no crime de descaminho, se realmente não se faz necessária a intervenção do Direito Penal nesse delito, havendo meios menos gravosos para que o indivíduo cumpra o que determina a lei.

**Palavras-chave:** Princípio da Insignificância. Princípio da Irrelevância Penal do Fato. Crime de Descaminho. Jurisprudência. Administração Pública.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE. Especialista em Direito pela UCAM. Graduado em Direito pela PUC Minas.

## APONTAMENTOS JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS DA VALIDADE E POSSIBILIDADE JURÍDICA DO CASAMENTO POLIAFETIVO

Gabrielly Karolayne Maia<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[gaby.maia020198@gmail.com](mailto:gaby.maia020198@gmail.com), [fabricao.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricao.veiga@fapam.edu.br)

### RESUMO

O presente trabalho tem como principal propósito uma análise das questões referentes à união poliafetiva no Direito brasileiro, ou seja, o reconhecimento de uniões constituídas por três, quatro ou mais pessoas, demonstrando os preconceitos existentes na sociedade e se o direito brasileiro admite ou não o casamento poliafetivo. Traz pilares para conceituar família antes e depois da Constituição Brasileira de 1988 e por meio de argumentos doutrinários e constitucionais sugere a proteção do poliamor, respeitando princípios essenciais, como a dignidade da pessoa humana, a liberdade nas relações, igualdade, pluralismo das entidades, autonomia privada, entre outros que são extremamente importantes e que necessitam estar em sintonia com a realidade social. Será estudado o casamento e a união estável, além das uniões homoafetivas, famílias reconstituídas e anaparental e também a monoparentalidade. Logo após, o estudo terá foco para os reflexos do poliamor no Direito das Famílias, se é juridicamente possível reconhecer como válido o casamento de mais de duas pessoas. Serão explicados os fundamentos que o ordenamento jurídico adota e quais as concepções existentes em artigos e doutrinas sobre este tema, se é entendido ou não que as uniões poliafetivas merecem o mesmo tratamento que as outras entidades familiares e qual a forma que a sociedade interpreta essa modalidade de família. Deste modo, chega-se à conclusão de que a família poliafetiva requer proteção do Estado devido seus efeitos serem semelhantes a qualquer outra entidade familiar e que o casamento poliafetivo é válido e possível com base nos requisitos de validade do negócio jurídico. Quanto aos aspectos metodológicos, o trabalho se desenvolve a partir da dedução e de pesquisas bibliográficas que envolvem Direito de Família e Direito Constitucional, desenvolve-se também uma pesquisa em leis, especificamente as que abordam o assunto.

**Palavras-chave:** Família. União Poliafetiva. Pluralismo. Reconhecimento jurídico.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

# AS HORAS IN ITINERE NUMA ANÁLISE CONTEMPORÂNEA DO DIREITO DO TRABALHO APÓS A REFORMA TRABALHISTA

Bárbara Jordania Silva Ferreira<sup>1</sup>  
Graciane Rafisa Saliba<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[barbara-jordania@hotmail.com](mailto:barbara-jordania@hotmail.com), [graciane.saliba@fapam.edu.br](mailto:graciane.saliba@fapam.edu.br)

## RESUMO

Trabalhadores de todas as classes sociais, independente de raça, cor e gênero, possuem direitos e deveres estabelecidos não só na Consolidação das Leis Trabalhistas, como também na Constituição da República de 1988. Presente em toda e qualquer relação de trabalho, a jornada de trabalho apresenta características peculiares e tão somente distintas, e dentre elas encontra-se as horas in itinere. Também denominada como horas itinerantes ou horas de trajeto, são as horas, ou o tempo despendido no percurso até o local de trabalho. Reconhecida no Brasil por meio da Súmula 90 do TST, desde 1978, suscitou grande debate quando a Lei 13.476, de 2017, expressamente abordou o assunto trazendo mudanças, passando a não ser obrigatório o pagamento das horas in itinere e não configurando mais como parte da jornada de trabalho. Entretanto, diante da análise do princípio da vedação ao retrocesso social, bem necessário se faz discutir acerca dessa supressão que concerne ou não em atraso para a vida do trabalhador brasileiro. Para embasar esse estudo e alcançar esse conhecimento é necessário que se faça um apanhado bibliográfico e histórico, bem como jurisprudencial, quando então se vislumbra os entendimentos controversos acerca do tema. Há decisões mantendo as horas in itinere e outras não, mas através disso será possível delimitar e entender melhor os aspectos trazidos através das alterações nesse instituto. O método dedutivo será utilizado para que se possa, através de todo material consultado, constatar e concluir o retrocesso sofrido ou não na jornada de trabalho, através das horas in itinere, pelos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Jornada de trabalho. Horas in itinere. Reforma Trabalhista. Retrocesso social.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Doutora em Direito pela PUC Minas. Mestre em Direito pela PUC Minas. Especialista em Direito do Trabalho e Crise Econômica pela UCLM. Especialista em Direito do Trabalho pela FGV. Graduada em Direito pela UFMG.

# ASSÉDIO MORAL NAS INSTITUIÇÕES MILITARES: UMA ANÁLISE À LUZ DA DISCIPLINA E HIERARQUIA

Ian Resende Nunes<sup>1</sup>  
Evandro Alair Camargos Alves<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[iannunes02@hotmail.com](mailto:iannunes02@hotmail.com), [evandrocamargos@yahoo.com.br](mailto:evandrocamargos@yahoo.com.br)

## RESUMO

O presente trabalho tem como tema o assédio moral no âmbito militar, com o objetivo de averiguar como os direitos e garantias fundamentais dos militares têm sido tutelados no ordenamento jurídico brasileiro após o advento da Constituição Federal de 1988, considerando a existência do rigor da disciplina e da hierarquia militares e de que muitas vezes o assédio moral é mascarado como a exigência de um cumprimento de uma ordem legal. A relevância jurídica do tema está no fato de que a disciplina e hierarquia são bens jurídicos que norteiam todo o sistema militar, seja no âmbito administrativo ou penal, contudo, após a Constituição Federal de 1988 houve transformações no Direito Militar, uma vez que esta assegura vários direitos e garantias fundamentais, impedimento que o militar seja submetido a situações degradantes de sua dignidade. Portanto, não se admite mais quaisquer atos de autoritarismo ou abuso de direito, embora se continue exigindo fielmente dos militares a disciplina e hierarquia. Ademais, a asseguarção da dignidade e da legalidade aos militares significa o cumprimento de preceitos básicos da Carta Magna. Os militares desenvolvem função primordiais na manutenção da ordem e da segurança pública, destarte, embora sejam submetidos a regramento próprio e mais severo, devem ser respeitados como pessoas, não podendo ser tolerados quaisquer abusos que possam prejudicar a integridade física e psicológica dos militares, que já são submetidos a situações estressantes diariamente. A existência da hierarquia e disciplina não pressupõe qualquer relativização do direito à dignidade, da honra e demais direitos da personalidade.

**Palavras-chave:** Assédio Moral. Instituições Militares. Dano Moral.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela FUIT. Especialista em Direito Privado pela UCAM. Especialista em Direito Público pela UCAM. Graduado em Direito pela FADOM.

# BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC): ANÁLISE SOBRE A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO CRITÉRIO DE MISERABILIDADE COMO REQUISITO PARA INGRESSO E PERMANÊNCIA NO PROGRAMA SOCIAL

Naiara Cristina dos Santos<sup>1</sup>  
Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa Morais<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[naiaraoffice@gmail.com](mailto:naiaraoffice@gmail.com), [marcio.morais@fapam.edu.br](mailto:marcio.morais@fapam.edu.br)

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo tecer considerações sobre o critério de miserabilidade como quesito para a concessão do Benefício de Prestação Continuada - BPC. O propósito desta pesquisa consiste em evidenciar os embates que cercam o assunto, no intuito de demonstrar que a assistência social é dever do Estado e devendo ser prestada a quem dela necessitar, sendo que a constatação da necessidade deve ser pautada em critérios que busquem o alcance da justiça e a realidade social. Desta forma, sustenta-se inicialmente, que o respectivo critério objetivo fere a disposição constitucional, em especial, o princípio da dignidade da pessoa humana. Sendo assim, utiliza-se a metodologia bibliográfica documental, de procedimento indutivo dedutivo, em base em doutrinas, artigos científicos, textos normativos e jurisprudências. Por fim, conclui-se que o referido critério é inconstitucional, sugerindo-se alteração legislativa no intuito de corrigir a inconstitucionalidade na aplicabilidade do quesito miserabilidade.

**Palavras-chave:** Dignidade da Pessoa Humana. Benefício de Prestação Continuada. Seguridade Social. Assistência Social. Previdência Social.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutor em Direito pela PUC Minas. Mestre em Direito pela PUC Minas. Especialista em Direito Eleitoral pela PUC Minas. Especialista em Ciências Criminais pela UGF. Graduado em Direito pela UIT.

# COMPETÊNCIA TRABALHISTA EM DEMANDAS DE TRABALHADORES INDÍGENAS: DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS E JURISPRUDENCIAIS

Inês Teixeira Silva<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[ines0205@yahoo.com.br](mailto:ines0205@yahoo.com.br), [fabricao.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricao.veiga@fapam.edu.br)

## RESUMO

O presente trabalho aborda a competência para processar e julgar ações trabalhistas que envolvem empregados indígenas. O objetivo é analisar a Justiça Federal Trabalhista, visto que, havendo direitos efetivos em disputa de interesse indígenas, a competência é Federal. A pesquisa traz definição de competência, disposto nos artigos 231 e 109, XI, da Constituição, que estabelece o dever da união em zelar e proteger os direitos que envolver terras indígenas e nos casos em que houver disputas sobre direitos indígenas. É preciso esclarecer que o que o texto constitucional contido no inciso I do artigo 109 é da competência da Justiça do Trabalho. A pesquisa analisa sobre os direitos trabalhistas, que estão mencionando acima texto constitucional, que conceitua os direitos indígenas, a fim de verificar a competência da Justiça Federal. Sendo que são aqueles referentes às matérias que envolvem a organização social dos índios, seus costumes, línguas, crenças e tradições, bem como os direitos sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Pretende-se ainda, despertar o interesse e fomentar discussões específicas sobre esse assunto no meio doutrinário e jurisprudencial, uma vez que o estudo deste tema visa esclarecer que a competência é da Justiça Federal do Trabalho. Discute-se sobre a legislação aplicada no direito e garantia das leis trabalhistas indígenas, e qual o sistema jurídico permitido ao trabalhador aclamá-los e invocá-los, de modo a influenciar as relações de trabalho em suas várias modalidades e proteger os seus direitos, posto que muitas vezes são tratados com requintes de crueldades e desrespeito a todo e qualquer limite imposto pela legislação brasileira. Há de se demonstrar a real necessidade de entender o direito indígena, no âmbito da sociedade brasileira, analisando a capacidade de ajuizamento de ações trabalhistas para a efetivação do direito trabalhista indígena. Procura-se identificar as desigualdades no mercado de trabalho em geral, verificando o principal problema enfrentado pela população indígena, as diferenças salariais e as formas de remuneração na mão de obra, exercida dentro de mesmos cargos ocupados por índios e outros profissionais não índio e refletir a necessidade de políticas públicas diminuindo entre a população indígena e classes sociais existentes. A criticar, é importante observar que existe uma grande lacuna entre a teoria e a prática para assegurar os direitos

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

indígenas. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa descritiva e bibliográfica, doutrinária e jurisprudência. A pesquisa procura demonstrar que os índios têm os mesmos direitos do homem não índio, e que a legislação deve ser mais severa com a exploração dessa classe, exigindo-se dos órgãos FUNAI e ministério público que sejam mais ativos no acompanhamento dessas ações..

**Palavras-chave:** Desigualdade. População Indígena. Capacidade de ajuizamento de ações trabalhistas. Competência. Jurisprudência.

## CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS CÍVEIS NA DESISTÊNCIA DA ADOÇÃO

Vânia Maria Maia Cardoso<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[vaninhamc@yahoo.com.br](mailto:vaninhamc@yahoo.com.br), [fabricao.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricao.veiga@fapam.edu.br)

### RESUMO

A presente pesquisa é um estudo acerca da responsabilidade civil por danos causados pela desistência da adoção de crianças e adolescentes, a partir de uma abordagem teórica e jurisprudencial. No Brasil, há um grande número de crianças e adolescentes institucionalizadas, aguardando uma oportunidade de serem colocadas em uma família substituta, podendo formar laços afetivos sólidos. Contudo, existem candidatos que, após conseguirem a guarda ou adoção, devolvem o menor à justiça, provocando danos emocionais aos adotados e causando desesperança em encontrar uma família que o acolha com amor e carinho. Os objetivos da pesquisa pautam-se em um estudo da adoção no sistema jurídico brasileiro, os pressupostos da responsabilidade civil e um estudo sobre a proteção integral à criança e ao adolescente conferidos pelo ordenamento jurídico brasileiro. A problemática apresentada instala-se na seguinte indagação: quais são os impactos decorrentes da desistência da adoção de crianças e adolescentes e as sanções de natureza civil previstas no ordenamento jurídico brasileiro para a atribuição de danos ao adotante? Analisados os elementos causadores do dano e, em especial, o dano moral causado à criança e ao adolescente é indiscutível, tendo em vista o abalo psicológico que a devolução pode causar em um processo de adoção. A metodologia utilizada para a realização da presente pesquisa pauta-se em uma pesquisa aplicada e descritiva, desenvolvida através da abordagem qualitativa, sendo utilizado o método dedutivo. Caracteriza-se, ainda, como pesquisa indireta, realizada por meio de fontes bibliográficas e documentais existentes em literatura de doutrinadores no assunto, livros, revistas, artigos e jurisprudência pátria.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Civil. Desistência da Adoção. Danos Causados.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

## CONVENÇÕES PROCESSUAIS E A (IN)DISPENSABILIDADE DO ADVOGADO: ESTUDOS SOB A PERSPECTIVA DE UMA PROCESSUALIDADE DEMOCRÁTICA

Erick Bruno da Silva Cruz<sup>1</sup>  
Daniele Aparecida Gonçalves Diniz Mares<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

[erickbrunomg@gmail.com](mailto:erickbrunomg@gmail.com), [daniele.mares@fapam.edu.br](mailto:daniele.mares@fapam.edu.br)

### RESUMO

O instituto das Convenções Processuais é comumente utilizado pelos sujeitos do processo para que possam, entre si, pactuar acordos em matéria processual com o fim de tornar-lhes mais cômodo o trâmite processual. Ademais, principalmente, após o início da vigência do Código Civil de 2015, que tutelou de maneira mais efetiva o referido instituto, dando a eventuais usuários maior aparato legal para que dele se pudesse valer, sua utilização tende a aumentar. Dito isso, não obstante os diversos benefícios trazidos pelas convenções, mormente para as partes conflitantes, há também algumas antíteses que emergiram com o seu advento. Nesse ponto, partindo-se do pressuposto de que os sujeitos processuais nem sempre ocupam um patamar igualitário na relação Jurídico/Processual, abre-se a discussão acerca da (in)dispensabilidade do advogado, como garantidor dos direitos de ambas as partes para a constituição válida e equânime das Convenções Processuais. Sendo assim, em razão da inexistência de previsão legal acerca da constituição de advogados para visar e dar suporte técnico e instrução aos pactuantes, surge um questionamento, qual seja, se realmente é indispensável a presença do advogado nas convenções jurídico processuais, para assegurar sua devida constituição e garantir os direitos de ambas as partes. Do mesmo modo, mostra-se justificável a escolha do tema, o qual, a seu tempo, será exposto sob o viés da processualidade democrática originária do Estado Democrático de Direito. Feitas essas considerações, a pesquisa partirá da problemática: sob a perspectiva de uma processualidade democrática, seria possível a elaboração de Convenções em matéria processual, entre partes destituídas de advogado, sem que se violassem direitos e garantias dos pactuantes? E, ainda, seria a presença do advogado imprescindível para a esmerada validação das convenções processuais? Por meio da pesquisa bibliográfica e documental e com a escolha do raciocínio hipotético-dedutivo, demonstrou-se que, no atual sistema democrático de direito, cuja presença do procurador é exigida em diversos institutos jurisdicionais, a presença do advogado é indispensável para que se possa conferir legitimidade àquelas e segurança da preservação das garantias das partes envolvidas nos negócios Jurídicos Processual.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito Processual Coletivo e Efetividade dos Direitos Fundamentais pela UIT. Especialista em Português Jurídico pela UNIBF. Especialista em Mediação e Arbitragem pela FACEL. Graduada em Direito pela FUIT.

**Palavras-chaves:** Processo Constitucional Democrático. Convenções Processuais. Autonomia privada. Consentimento Livre e Informado.

## CRÉDITO CONSIGNADO E O SUPERENDIVIDAMENTO DO IDOSO

Caroline Iasmim Silva Moreira<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[caroline.iasmim.moreira@gmail.com](mailto:caroline.iasmim.moreira@gmail.com), [fabricao.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricao.veiga@fapam.edu.br)

### RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso analisa como ocorre a proteção jurídica do idoso em relação ao superendividamento decorrente de empréstimos consignados, que são facilitados aos aposentados, que muitas vezes são seduzidos a contratarem este tipo de serviço, sem qualquer orientação clara e transparente acerca das consequências e dos juros, levando muitas vezes o idoso a receber mensalmente seus proventos em valor muito inferior ao salário mínimo, comprometendo até mesmo o custeio de suas necessidades mais básicas e sua dignidade enquanto pessoa humana. A análise do tema é imprescindível, haja vista que se estima que com o passar dos anos, em um futuro próximo, teremos uma população idosa cada vez maior, destarte, o tema passa a ter maior relevância e infere-se uma maior preocupação no tratamento que será dispensado à população desta faixa etária, especialmente em relação às suas condições financeira, econômica e social. Em razão da própria vulnerabilidade do idoso, decorrente da senilidade natural da idade, é que o Estado instituiu direitos e garantias especiais a este. Diante disso, deve haver uma maior proteção e direcionamento de políticas públicas aos idosos para que estes tenham efetiva proteção legal, estando resguardados de eventuais abusos e explorações, não apenas de instituições bancárias, mas inclusive de parentes e pessoas próximas.

**Palavras-chave:** Direito do Consumidor. Idoso. Empréstimo consignado.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

# CRIMES CIBERNÉTICOS: REFLEXÕES SOBRE A EFICÁCIA E OS PROBLEMAS INERENTES AS NORMAS

Rodrigo Sarmiento Batista<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[sarmiento.buss@gmail.com](mailto:sarmiento.buss@gmail.com), [francisco.neto@fapam.edu.br](mailto:francisco.neto@fapam.edu.br)

## RESUMO

A presente pesquisa realizará um estudo sobre os Crimes Cibernéticos no Brasil contemporâneo, momento que serão realizadas reflexões sobre a eficácia e os problemas inerentes as normas vigentes e em vacância. O objetivo da pesquisa pauta-se em possibilitar a utilização desta como fonte de conhecimento para a comunidade jurídica, focando principalmente na Área do Direito Penal, esclarecendo conceitos sobre crimes virtuais, esclarecer o porquê do questionamento sobre a precariedade das normas criadas até o presente momento. A rede mundial de computadores é utilizada por diversos campos da sociedade, por exemplo, na educação, política, comércio e nas demais áreas. O desenvolvimento global é inevitável e a sociedade acompanha essa evolução, o direito não pode ficar atrás dessa evolução. O aumento do uso dessa tecnologia em um espaço tão curto de tempo e com atualizações ou modificações em frações curtas de tempo. O direito não consegue acompanhar, possuindo diversos dispositivos como recurso para regular condutas como analogia e métodos de interpretação. O problema central é que o Direito leva anos para concretizar uma Lei que atenda a demanda no momento que é discutida. Porém a tecnologia evolui em segundos. Exemplo do crime, pode ser destacado os de furto ou apropriação de dados e invasão sem quebrar qualquer meio de defesa de um sistema. Percebe-se as normas atuais precisam de atualizações, objetivando deixar claro o bem tutelado nos crimes cibernéticos pelo Direito e num futuro próximo trazer novas regulamentações a respeito de problemas atuais, criando normas que não sejam genéricas ou específicas para um caso, como o da criação da Lei 12.737/2012 conhecida como Lei Carolina Dickmann, mas tratando universalmente dos problemas inerentes ao bem tutelado nessa área. Para o presente estudo será adotado a Monografia de Compilação de exposição dos pensamentos de vários autores que escreveram sobre o tema. Demonstrar-se-á após examinado um número de obras publicadas sobre o assunto, organizando tais opiniões, antepondo logicamente, quando se apresentam antagônicas, harmonizando os pontos de vista existentes em uma mesma direção, apresentando um panorama das várias posições, de maneira clara e opinando sobre os pontos relevantes, bem como demonstrar conclusões. Terá como marco inicial a leitura de obras e textos pertinentes, através da pesquisa Teórica de grandes autores, tais como: Fernando Capez, Guilherme de Souza Nucci, Rogério Greco, dentre outros que auxiliam no trabalho. Ao final poderá concluir-se que assim

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE. Especialista em Direito pela UCAM. Graduado em Direito pela PUC Minas.

como pode ser observado no texto do artigo 154-A do código penal em que diz o seguinte: Invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita. Poderá ser extraída uma condição fundamental para que seja considerado crime que é violar mecanismo de segurança, condição que se não existente, não há o que se falar em invasão, dificultando a utilização de tal norma, dentre outras características demonstradas neste trabalho.

**Palavras-chave:** Direito digital. Direito Virtual. Crimes Virtuais. Crimes Cibernéticos.

# DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E PROCESSO LEGISLATIVO MUNICIPAL: A INDISPENSABILIDADE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA NA PRODUÇÃO LEGISLATIVA

Oldair Luiz de Vasconcelos<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[oldvasconcelos@hotmail.com](mailto:oldvasconcelos@hotmail.com), [fabricio.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricio.veiga@fapam.edu.br)

## RESUMO

O presente trabalho aborda a Democracia Participativa consolidada na Constituição Republicana Brasileira de 1988, tendo por prisma o processo legislativo municipal, numa abordagem da indispensabilidade da audiência pública na produção legislativa. E, nesta seara, indaga se tanto a representação quanto a participação popular têm de fato atuado no sentido de assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, ao mesmo tempo em que se preocupa com a mudança de paradigma do binômio representação/participação como meio de solução da falta de identidade política entre os dois lados de uma mesma moeda. Porquanto, a pretensão deste estudo é delinear o processo legislativo municipal sob o ângulo da democracia participativa, com fundamentos teóricos da representação política, bem como da participação popular, sinalizar caminhos que suponham uma identificação para uma conduta que leve o município ao encontro de seu representante e vice-versa, avaliando as dificuldades pelas quais perpassam o processo de escolha representativa e de participação social efetiva na construção das políticas pragmáticas. O enfoque deste trabalho foi criado a partir de método dedutivo, colacionando-se no primeiro capítulo fundamentos teóricos da democracia participativa resultado de revisão bibliográfica, por meio de análise de informações, feita com fulcro na abordagem sobre o processo legislativo municipal. Em primeiro plano, o trabalho foi ancorado na pesquisa acerca da Democracia Participativa e Representativa para, em seguida exprimir uma contextualização tangencial da representação política e da participação popular na esfera pública de poder municipal. Depois de analisar os fundamentos teóricos, formação e construção da democracia participativa, no primeiro capítulo, o segundo capítulo trata do processo legislativo municipal, tendo como de fonte de análise para os passos de formulação de um ato normativo a Lei Orgânica e o Regimento Interno da Câmara Municipal e Pitangui e, por seu turno, pelo viés da democracia participativa como fundamento deste estudo, visualiza-se no capítulo terceiro um novo paradigma para a representação e a participação popular, exurgindo-se a indispensabilidade da audiência pública na produção legislativa, de modo que o exercício da democracia, quanto regente do poder que

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

emana do povo, não seja visto de fora, mas como fundamental construtor para que, de fato, possa suplantar um regime autocrático.

**Palavras-chave:** Democracia Participativa. Política. Povo. Audiência pública. Processo legislativo.

**DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, EDUCAÇÃO CÍVICA E FORMAÇÃO CIDADÃ:  
ANÁLISE SOBRE A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO ÂMBITO DO PROCESSO  
LEGISLATIVO NO MUNICÍPIO DE PARÁ DE MINAS/MG**

Matheus da Silva Santos<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[matheustracer@gmail.com](mailto:matheustracer@gmail.com), [fabricio.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricio.veiga@fapam.edu.br)

**RESUMO**

A democracia repousa sobre dois princípios fundamentais, que lhe dão a essência conceitual. O primeiro é o princípio da soberania popular, segundo o qual o povo é a única fonte do poder, que se exprime pela regra de que todo o poder emana do povo, como positivado na Constituição Federal de 1988. O outro é a participação, direta ou indireta, do povo no poder, para que este seja efetiva expressão da vontade popular. Desta forma, o presente estudo cuida de tecer considerações sobre a participação popular na bandeira democrática, averiguando-se os instrumentos normativos e mecanismos que reportem a participação na construção do processo decisório, ponderando-se ainda, sobre as diversas possibilidades de participação cidadã no campo da política institucional, oriunda do conhecimento acerca do funcionamento do Poder Legislativo. Para melhor compreensão dos arrojos ora utilizados, elucida-se ponderações sobre as possibilidades e experiência oriundas na realidade da Câmara Municipal de Pará de Minas/MG.

**Palavras-chave:** Participação popular. Democracia Participativa. Cidadania. Poder Legislativo.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

# DESASTRE DE BRUMADINHO: ANÁLISE SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Francisco Perpétuo de Rezende Júnior<sup>1</sup>  
Júlio Moraes Oliveira<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[francisco\\_perpetuo@yahoo.com.br](mailto:francisco_perpetuo@yahoo.com.br), [julio.oliveira@fapam.edu.br](mailto:julio.oliveira@fapam.edu.br)

## RESUMO

A presente monografia teve por objetivo principal analisar a Responsabilidade Civil do Estado de Minas Gerais, no tangente ao rompimento da Barragem Córrego do Feijão, ocorrido na cidade de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, que resultou em um dos maiores desastres com rejeitos de mineração no Brasil. Nota-se, em um contexto geral que, a responsabilidade Civil do Estado é um assunto bastante discutido na atualidade, principalmente no Brasil, visto que, nos deparamos com verdadeiras tragédias que causaram danos irreversíveis a toda sociedade, tanto no âmbito demográfico, quando no ambiental. Para tanto, examinar-se-a o Parecer técnico nº 07/2019, da Agência Nacional de Mineração para se apurar as causas que ensejaram este desastre sob a ótica da Responsabilidade Civil e da Responsabilidade Extracontratual do Estado. Buscar-se-á demonstrar que o Estado de Minas Gerais deve ser responsabilizado objetivamente pelos danos causados as inúmeras vítimas desse acidente, diante da provável omissão por parte de seus agentes da administração pública.

**Palavras-chaves:** Responsabilidade Civil. Responsabilidade Extracontratual do Estado. Direito Administrativo.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Instituições Sociais, Direito e Democracia pela FUMEC. Especialista em Advocacia Civil pela FGV-SP. Graduado em Direito pela Faculdade Milton Campos.

# DIREITO À SAÚDE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: UMA VISÃO CRÍTICA ACERCA DA MEDICAÇÃO E LIBERAÇÃO GRATUITA

Gabriella da Silva Valadares Chaves<sup>1</sup>  
Evandro Alair Camargos Alves<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[gabriellachaves702@gmail.com](mailto:gabriellachaves702@gmail.com), [evandrocamargos@yahoo.com.br](mailto:evandrocamargos@yahoo.com.br)

## RESUMO

O direito à saúde está previsto na Constituição Federal como um direito fundamental, de modo a garantir a todos a própria dignidade da pessoa humana, considerando ser um direito qualificado como humano, universal e social. Desta análise, existe a problemática da liberação de medicamentos de alto custo de forma gratuita para aqueles que necessitam, inclusive, em relação aos medicamentos que não estão previstos no Programa de Medicamentos em Caráter Excepcional, do Sistema Único de Saúde (SUS). Com efeito, merece uma análise crítica sobre esta liberação de medicamentos, considerando os recursos escassos do Estado, diante, inclusive, do princípio do mínimo existencial. Assim, se demonstra extremamente controvertida a questão: é possível a liberação de medicamentos de alto custo e sem registro no SUS, ou, o Estado não é obrigado a fornecer estes tipos de medicamentos para aqueles que necessitam diante do mínimo existencial e escassez de recursos? Importante destacar o direito à saúde sob a ótica da Constituição Federal, envolvendo, assim, todos os Poderes da República, Legislativo, Executivo e Judiciário. Fala-se também em judiciário, porque, certamente, já ocorreu no Brasil a judicialização da saúde. É neste enfoque que o presente trabalho tende a se posicionar, demonstrando o direito à saúde prevista na Constituição Federal e qual é o atual posicionamento acerca da liberação de medicamentos de alto custo. A justificativa deste trabalho se situa no aspecto social, pois, é de interesse de todos a questão da saúde, e, ainda, quando diz respeito a medicamentos e sua liberação de forma gratuita pelo Estado. Este trabalho foi desenvolvido mediante processo metodológico dedutivo, utilizando-se do método bibliográfico, bem como o estudo dogmático jurídico e o estudo histórico. Também será aplicado o método procedimento funcionalista, pois buscará compreender e interpretar as regras do direito à saúde no Brasil, demonstrando quais são os direitos e garantias das pessoas.

**Palavras-chave:** Constituição Federal. Direito à saúde. Medicamento. SUS.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela FUIT. Especialista em Direito Privado pela UCAM. Especialista em Direito Público pela UCAM. Graduado em Direito pela FADOM.

## DISSÍDIO COLETIVO ECONÔMICO: A PROBLEMÁTICA DA EXIGÊNCIA DO COMUM ACORDO DIANTE DO ACESSO A JUSTIÇA

Lucas Costa Rodrigues<sup>1</sup>  
Aparecido José dos Santos Ferreira<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[lucascosta002@hotmail.com](mailto:lucascosta002@hotmail.com), [aparecido.jose@fapam.edu.br](mailto:aparecido.jose@fapam.edu.br)

### RESUMO

O presente trabalho objetiva fazer uma análise da inovação trazida pela Emenda Constitucional Nº 45 de 2.004, que após alterar o art. 114, Parágrafo 2º da Constituição Federal de 1988, passa a exigir o “comum acordo” para ajuizamento do Dissídio Coletivo de natureza Econômica. Tal exigência questiona a antinomia em tese existente entre o referido artigo, com o disposto pelo art.5 inciso XXXV da Constituição da República Federativa do Brasil, confrontando-se assim sua constitucionalidade. Os dissídios coletivos ocorrem com os conflitos surgidos entre sindicatos, ou entre sindicatos e empresas na área do direito coletivo de trabalho, dando enfoque maior nos dissídios de natureza econômica o qual, a justiça trabalhista, usando de sua função atípica, o chamado Poder Normativo, cria normas e estabelecem melhores condições de trabalho que passam a ser seguidos por todos envolvidos através de uma sentença normativa. Analisando as mudanças ocorridas, levanta-se a polêmica se tal poder foi extinto ou apenas limitado da Justiça Trabalhista. A pesquisa conclui, pela constitucionalidade do “Comum Acordo”, tem-se o entendimento majoritário que tal exigência é apenas mais um pressuposto processual específico dos dissídios coletivos de natureza econômica, que, exercendo-se do poder normativo criar e estabelece novas normas trabalhistas.

**Palavras-chave:** Emenda Constitucional. Dissídio coletivo. Poder Normativo de natureza Econômica. Comum Acordo. Antinomia.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito Empresarial pela FADIR. Especialista em Direito de Empresa pela UGF. Graduado em Direito pela FAFI.

## ESTUPRO DE VULNERÁVEL SEM O CONTATO FÍSICO

Phelipy Moreira da Silveira<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[phelipymoreira@gmail.com](mailto:phelipymoreira@gmail.com), [francisco.neto@fapam.edu.br](mailto:francisco.neto@fapam.edu.br)

### RESUMO

O presente trabalho aborda a possibilidade da prática virtual do crime descrito no art.217-A do Código Penal brasileiro, cujo estudo é importantíssimo para se verificar a pertinência do mesmo em relação à evolução social. A aplicação do Direito em geral e de modo especial do Direito Penal, deve ocorrer de forma justa. Assim, sendo certo que na maioria das vezes as Leis não conseguem acompanhar a evolução social e até mesmo a evolução digital, passa a ser tarefa do aplicador da Lei interpretá-la diante do caso concreto, buscando respeitar os valores constitucionais e os anseios da sociedade. Diante do comportamento atual dos adolescentes, da disseminação da informação, da informática e dos conceitos trazidos na legislação, é possível constatar que, na análise do caso concreto, pode-se tornar recomendável a punição do crime do art.217-A do Código Penal ocorrido por meio virtual, ou seja, mesmo sem contato físico, onde o conjunto probatório indicar que há vulnerabilidade e que houve a satisfação da lascívia por meio de grave ameaça, permitindo assim, a aplicação da justiça e proteção das crianças e adolescentes. Não se deve permitir que os meios virtuais sejam usados como métodos para inocular criminosos, especialmente em relação a crimes praticados contra menores de 14 anos, que detém proteção especial. Embora muitas vezes essas crianças e adolescentes podem não se dar conta daquilo que estão fazendo em frente a uma webcam, é certo que no futuro compreenderão os atos que fizeram e se sentiram usadas e ultrajadas em sua dignidade sexual, o que poderá gerar graves sequelas. Numa interpretação da Lei Penal por meio dos princípios da dignidade da pessoa humana e da proteção integral, o mais prudente é a punição dos indivíduos que praticam a conduta no art.217-A pelo meio virtual, mesmo que sem contato físico, conforme entendimento atual dos Tribunais.

**Palavras-chave:** Estupro.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE. Especialista em Direito pela UCAM. Graduado em Direito pela PUC Minas.

# EUTANÁSIA: LIMITE ENTRE A INTERVENÇÃO ESTATAL E A AUTODETERMINAÇÃO DO INDIVÍDUO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Thales Henrique Cunha de Andrade<sup>1</sup>  
Renato Corradi Bechelaine<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[thaleshenrique0704@hotmail.com](mailto:thaleshenrique0704@hotmail.com), [renatocorradi@hotmail.com](mailto:renatocorradi@hotmail.com)

## RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar os limites existentes entre o poder que o Estado tem em intervir na vida privada dos indivíduos no contexto do Estado Democrático de Direito no tocante à eutanásia. Desse modo, será analisada a eutanásia à luz dos princípios regedores do Estado Democrático de Direito e outros princípios constitucionais, os quais serão tratados como instrumentos a impor limites à intervenção estatal. Dentre as normas jurídicas a serem analisadas, estão o direito à vida, direito à morte, direito à felicidade e os princípios da dignidade da pessoa humana e da autodeterminação do indivíduo. Primeiramente, será analisada a eutanásia, seu conceito e seus pressupostos, sendo, ademais, verificadas suas aplicações aos casos concretos, inclusive como ocorre nos países em que há previsão de sua ocorrência. Em seguida, relacionar-se-á a eutanásia com normas constitucionais (normas lei e normas princípios), a fim de construir embasamento legal para a sua positivação no Direito Brasileiro. Posteriormente, será feito um paralelo entre a eutanásia e o poder do Estado em intervir nas escolhas pessoais do cidadão, esse como indivíduo dotado de direitos e deveres. Por fim, será analisada a hipótese de positivação da eutanásia pelo ordenamento jurídico e possíveis modificações e efeitos que a medida poderá trazer à sociedade jurídica brasileira. Diante de tais elucidações, será possível responder as perguntas que juntas formam a problematização do presente trabalho, que é justamente afirmar a legalidade da eutanásia em consonância à Constituição Federal de 1988, em detrimento da sua inadmissibilidade vista do ponto de vista excessivo de interferência estatal na vida privada dos indivíduos.

**Palavras-chave:** Eutanásia. Direito à morte. Autodeterminação do indivíduo.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Especialista em Direito Público pela FADOM. Graduado em Direito pela FUIT.

## FAKE NEWS E O DIREITO ELEITORAL BRASILEIRO

Leonardo Carvalho da Silva<sup>1</sup>  
Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa Moraes<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[leonardocarvdasilva@gmail.com](mailto:leonardocarvdasilva@gmail.com), [marcio.morais@fapam.edu.br](mailto:marcio.morais@fapam.edu.br)

### RESUMO

O presente trabalho busca abordar o uso massivo das fake news nas eleições presidências de 2018 com o objetivo de analisar o papel das mídias sociais e os efeitos no mundo jurídico de algo que já era usado em outras eras, mas que tomou novas proporções com a massificação da comunicação com a chegada da internet, a facilidade de criar sites, adulterar fotos e mensagens com programas de computador para que caibam na narrativa oportuna e de compartilhar o referido conteúdo de maneira rápida e simples através de redes sociais e aplicativos de mensagens massivos, como começou o uso da fake news para ganhos políticos através da história, qual o papel do direito eleitoral ao tutelar as propagandas eleitorais, como isso pode ser usado como analogia para a fake news e quais institutos jurídicos estão sendo estudados e criados para conter e punir o uso da fake news em eleições vindouras, visto que o uso de redes sociais e aplicativos de mensagens estão para ficar e a punição para crimes e violações nessas redes estão cada dia mais fáceis. Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizado livros sobre o tema fake news, notícias de jornais eletrônicos, julgados com o uso da legislação em vigor no caso concreto, projeto de legislação em estudo para uso em futuras eleições e casos de uso de fake news que ficaram famosos contra candidatos à presidência nas eleições de 2018. Por após uma análise das fontes citadas, conclui-se que o uso desenfreado de fake news, especialmente em eleições é uma arma perigosa que pesa na balança de poder da democracia.

**Palavras-chave:** Fake News. Eleições. Internet. Redes Sociais. Direito Eleitoral.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutor em Direito pela PUC Minas. Mestre em Direito pela PUC Minas. Especialista em Direito Eleitoral pela PUC Minas. Especialista em Ciências Criminais pela UGF. Graduado em Direito pela UIT.

# FAMÍLIA MULTIESPÉCIE E A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DA GUARDA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS NOS PROCESSOS DE DIVÓRCIO

Ana Carolina de Sousa Pena Faria<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[anacarolpena@hotmail.com](mailto:anacarolpena@hotmail.com), [fabricao.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricao.veiga@fapam.edu.br)

## RESUMO

O tema da presente pesquisa é o estudo da possibilidade de guarda, instituto regido pelo Direito Civil, destinados aos animais domésticos, considerando a possibilidade de reconhecimento jurídico da família multiespécie. Dessa forma, analisa-se a presença de requisitos para qualificar os animais domésticos sendo pertencentes a família moderna. Estuda o destino do animal mediante a separação do casal e a viabilidade de aplicação da guarda. Com o objetivo de alcançar a finalidade proposta, apresenta-se os conceitos basilares dos institutos jurídicos família, divórcio e guarda ressaltando suas particularidades na legislação brasileira. Posteriormente, apresenta-se a mudança trazida pela Emenda constitucional no 66/2010 quanto a separação, efetivando um estudo referente as mudanças legais frequentes que norteiam a instituição família, discutindo se tal mudança colocou fim a separação. Discorreu-se quanto aos princípios constitucionais, destacando os dispositivos que buscam proteger os animais e que estão vinculados ao direito ambiental e autores pioneiros e especializados nos estudos sociais relativos à família multiespécie. O estudo dessas doutrinas e de jurisprudências foram o guia para se chegar ao conceito de família multiespécie, que são formadas pelas pessoas e seus animais domésticos. Verificou-se que demandas a respeito do tema são recorrentes no poder judiciário, e devido à ausência de normas, este tem buscado regulamentações de forma comparada e análoga no direito de família. O objetivo geral da pesquisa é analisar se com a ausência de norma jurídica é possível a aplicação do direito civil, quanto ao instituto da guarda para os animais domésticos, considerando-os como membros da família multiespécie. O tema escolhido se justifica porque é crescente nas famílias brasileiras a inclusão do animal doméstico. Concluiu-se que, mesmo sem legislação específica que regulamente a temática, é possível e viável o reconhecimento jurídico da família multiespécie e a aplicação da guarda pertinentes aos animais.

**Palavras-chave:** Animais domésticos. Divórcio. Família contemporânea. Família multiespécie. Guarda.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

## FEMINICÍDIO E TRANSEXUALIDADE: É POSSÍVEL QUE MULHERES TRANSEXUAIS SEJAM VÍTIMAS DO CRIME DE FEMINICÍDIO?

Isabela Aparecida Duarte Rodrigues<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[isaduarerodrigues@gmail.com](mailto:isaduarerodrigues@gmail.com), [fabricio.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricio.veiga@fapam.edu.br)

### RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade a análise acerca da aplicabilidade do crime de feminicídio quando as vítimas são mulheres transexuais, incluindo à lista aquelas que, por algum motivo, até o momento dos fatos não haviam efetuado a alteração do nome social e do sexo nos registros civis. O conceito de mulher e sexo feminino é aqui entendido não como uma definição biológica, mas sim como uma definição psicológica, haja vista os princípios da dignidade da pessoa humana e da liberdade individual. A presente pesquisa apresenta breves apontamentos acerca da violência contra a mulher, bem como no que se refere às adaptações legislativas que objetivaram cessar ou coibir a prática de atos violentos em decorrência da condição do sexo feminino. Apresenta também os conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. Tudo isso se dará por meio de uma análise bibliográfica, bem como através de consulta legislativa. A finalidade deste trabalho é demonstrar a necessidade da adaptação legislativa à realidade social, eis que o Direito não é imutável, de modo que deve acompanhar as mudanças sociais a fim de abranger todos os detentores de bens jurídicos. Será procedida uma análise do crime de feminicídio, o qual se encontra descrito no artigo 121, § 2º, inciso VI, do Código Penal. No fim, diante de tudo o que tratado ao longo do trabalho, será possível atestar a possibilidade de mulheres transexuais figurarem no polo passivo do crime de feminicídio, eis sua condição social, psicológica e jurídica de pessoa do sexo feminino.

**Palavras-chave:** Feminicídio. Mulheres. Transexuais. Identidade de gênero.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

## (IN) CONSTITUCIONALIDADE DA PORTARIA 770 DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA: ESTUDO SOB A ÓTICA DO PROCESSO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICO

Leandro Vinícius Pereira Barcelos<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[leandro\\_barcelo@hotmail.com](mailto:leandro_barcelo@hotmail.com), [fabricio.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricio.veiga@fapam.edu.br)

### RESUMO

O presente trabalho aborda o instituto da migração, tema tratado na portaria n. 770 publicada pelo ex-Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, a qual revogou a portaria n. 666, que ambas trataram do mesmo teor, sob a ótica do processo constitucional, o estudo faz uma análise da inconstitucionalidade da referida portaria, abordando o conceito de controle de inconstitucionalidade no processo democrático de direito, os direitos fundamentais e como é garantido o processo constitucional democrático de direito, e seus princípios norteadores, traz a definição de processo inquisitivo e acusatório, com as suas principais distinções teóricas, aprofunda nos princípios regentes do processo constitucional, como o contraditório, ampla defesa, devido processo legal a isonomia processual e a indispensabilidade do advogado. A pesquisa traz os conceitos de deportação, extradição e expulsão, e outras terminologias utilizadas na portaria, que possivelmente pode ser considerada ultrapassada, e possivelmente um resquício do processo inquisitivo. Para desenvolvimento do trabalho utilizou-se o estudo de doutrinadores constitucionais e penais por meio da pesquisa bibliográfica de obras que abordam o tema e de dispositivos legais pertinentes ao assunto. Em que pese a boa intenção do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do ex-Ministro Sérgio Moro em estabelecer um ambiente mais seguro no Brasil, especialmente com a desarticulação de eventuais grupos criminosos internacionais, as disposições das Portarias Ministeriais n.º666 e 770 não se compatibilizam com o ordenamento jurídico brasileiro, que adotada o modelo de Estado Democrático de Direito. Ao se considerar os Direitos e Garantias Fundamentais esculpidos na Constituição Federal de 1988, não é possível tolerar medidas de Direito Internacional e de Direito Penal tão repressivas, com resquícios e elementos da teoria do direito penal do inimigo, em que há a redução e relativização de direitos e garantias processuais destinadas não apenas aos considerados inimigos, mas também a todos os cidadãos, uma vez que o conceito de inimigo é muito genérico, o que causa insegurança jurídica.

**Palavras-chave:** Portaria N. 770. Deportação Sumária. Migração. Princípios Fundamentais. Inconstitucionalidade.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

# INSTITUTOS COMPOSITIVOS E A (IN)DISPENSABILIDADE DO ADVOGADO: UMA ANÁLISE DA DEMOCRATICIDADE DOS ACORDOS REALIZADOS NOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

Michelle Soares Leite<sup>1</sup>  
Daniele Aparecida Gonçalves Diniz Mares<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

[sleitemichelle@hotmail.com](mailto:sleitemichelle@hotmail.com), [daniele.mares@fapam.edu.br](mailto:daniele.mares@fapam.edu.br)

## RESUMO

Com o decorrer dos anos, a sociedade cada vez mais vem enfrentando conflitos, o que influencia, diretamente, no número de processos no sistema judiciário brasileiro. Ocorre que o Judiciário padece de estrutura capaz de atender, de forma eficiente às demandas que lhe são apresentadas. Diante disso, a desjudicialização tornou-se necessária visando à resolução adequada dos conflitos, em especial, por meio dos institutos compositivos como a mediação, negociação e a conciliação, os quais buscam a satisfação de ambas as partes pelo diálogo, sem o desgaste da morosidade do processo judicial. A partir dessa ideia, a escolha do tema se fundamenta na publicação do Provimento nº 67 do Conselho Nacional de Justiça que dispõe sobre as conciliações e mediações nos cartórios de notas e registro no Brasil e da necessidade da implementação e regulamentação adequada de procedimentos extrajudiciais de resolução de conflitos. Assim, o problema da presente pesquisa, qual seja, a dispensabilidade da presença de advogados nas mediações e conciliações realizadas no âmbito dos cartórios de notas e registros pode afetar a democraticidade dos acordos entabulados pelos envolvidos? Por meio de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se do raciocínio dedutivo, apurou-se que a presença dos advogados nas conciliação e mediação realizadas nos cartórios de notas e de registro é fundamental para legitimidade dos acordos, mormente em razão da necessidade de se preservar a isonomia entre partes e, da capacidade técnica daqueles, a qual é fundamental para se garantir a correta aplicação do Direito. Conclui-se, portanto, que os institutos compositivos não possuem mero objetivo de diminuir o acervo do sistema judiciário, mas buscam a efetividade na resolução dos conflitos.

**Palavras-chaves:** Desjudicialização; Cartórios; Advogados; Democratização dos Acordos; Capacidade Técnica.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito Processual Coletivo e Efetividade dos Direitos Fundamentais pela UIT. Especialista em Português Jurídico pela UNIBF. Especialista em Mediação e Arbitragem pela FACEL. Graduada em Direito pela FUIT.

# INTERNET DAS COISAS: A PRIVACIDADE E A SEGURANÇA DOS DADOS DOS CONSUMIDORES

César Augusto Mendes Silva Leite<sup>1</sup>  
Júlio Moraes Oliveira<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[cesarleite93@gmail.com](mailto:cesarleite93@gmail.com), [julio.oliveira@fapam.edu.br](mailto:julio.oliveira@fapam.edu.br)

## RESUMO

A internet das coisas apresenta-se como uma tendência no mercado consumidor, consistindo em uma tecnologia de integração de dispositivos por meio da internet ou rede de comunicação similar com a atuação de inteligência artificial. Contudo, a referida tecnologia apresenta conflitos com a privacidade e segurança de seus usuários, criando-se um problema com violações a direitos fundamentais específicos. Portanto, a presente monografia possui como objetivo geral a análise da violação dos direitos fundamentais à privacidade e segurança na relação de consumo. A fim de se lograr êxito nesse escopo, faz-se necessária a análise dos aspectos envolvendo o ambiente virtual da relação de consumo, a internet das coisas, a privacidade e a segurança. Utilizar-se-á, para tanto, a metodologia de revisão bibliográfica, por meio da qual é possível analisar os fundamentos jurídicos de pesquisadores da ciência jurídica acerca da temática. Diante da análise realizada, verificou-se que o direito à privacidade e segurança comportam relativizações nas relações de consumo. Assim, especialmente em relação à internet das coisas, a privacidade e segurança sujeitam-se a um certo grau de risco, o qual se apresenta aceitável para os consumidores. Conclui-se, dessa forma, que a internet das coisas apresenta falhas que colocam em risco as informações e dados pessoais dos usuários. Logo, é indispensável à proteção do consumidor, adotando-se as devidas medidas protetivas em razão da mitigação do direito à privacidade e segurança.

**Palavras-chaves:** Dados pessoais. Internet das coisas. Privacidade. Relação de consumo. Segurança.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Instituições Sociais, Direito e Democracia pela FUMEC. Especialista em Advocacia Civil pela FGV-SP. Graduado em Direito pela Faculdade Milton Campos.

## INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO PROCESSO CRIMINAL

Junior Henrique Abreu Barcelos<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[junim-henrique@hotmail.com](mailto:junim-henrique@hotmail.com), [francisco.neto@fapam.edu.br](mailto:francisco.neto@fapam.edu.br)

### RESUMO

A prova tem um fim técnico em convencer o juiz sobre a veracidade dos fatos. O ônus da prova vem a definir a quem incumbe o dever de mostrar provas no processo, bem como estimular a produção da prova, a fim de o responsável não sofrer as consequências da inércia. Nessa mesma linha, o sistema acusatório predominante na fase processual criminal vem como elemento que permite identificar o ônus de cada parte, assinalando ainda o Ministério Público como parte por formular a pretensão acusatória. Não há uma certeza quanto a distribuição do ônus da prova no processo criminal servindo então a doutrina do tratamento dado ao processo civil. O princípio da presunção de inocência e o princípio do in dubio pro reo são elementos primários para explicar a distribuição do ônus da prova no processo penal. Tendo em conta a previsão de que quem acusa tem que provar, deve a acusação provar a autoria e a prática do crime. Além do mais o crime deverá ser fato típico, antijurídico e culpável, esses elementos de suma importância devem ser provados pelo acusador, não tendo o réu obrigação de provar excludentes de antijuridicidade e culpabilidade, já que inexistente o ônus probatório para o réu.

**Palavras-chave:** Prova. Ônus da prova. In dubio pro reo. Presunção de inocência.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE. Especialista em Direito pela UCAM. Graduado em Direito pela PUC Minas.

## MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Evaldo de Oliveira<sup>1</sup>  
Renato Corradi Bechelaine<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[xodooliveira30@hotmail.com](mailto:xodooliveira30@hotmail.com), [renatocorradi@hotmail.com](mailto:renatocorradi@hotmail.com)

### RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem o objetivo de analisar os meios alternativos de resolução de conflitos passíveis de serem aplicados no ordenamento jurídico brasileiro, buscando demonstrar quais seus benefícios às partes e à própria Justiça. Justifica-se a escolha do tema em razão da cultura de litigiosidade existente no Brasil, assim como o estridente número de demandas submetidas aos tribunais, que terminam por tornar a justiça morosa e reduzem sua efetividade, criando insegurança jurídica e descrença no Judiciário. A pergunta problema que norteia o presente trabalho é a seguinte: quais são os benefícios em se incentivar a resolução de conflitos por meios alternativos, como a conciliação e a mediação? É possível haver uma solução definitiva e a pacificação dos envolvidos por meio da autocomposição? Como forma de reduzir as demandas judiciais e de resolver de forma efetiva os litígios, especialmente no âmbito do Direito de Família, vislumbra-se uma forte tendência em se incentivar o uso dos meios alternativos de resolução de conflitos. a mediação e a conciliação são alguns dos métodos de solução pacífica de litígios, entretanto, exigem que um colaborador, conciliador ou mediador, direcione os debates das partes, através de métodos legais, para encaminhá-los ao acordo, podendo, inclusive, propor soluções na mediação. A mediação, se bem utilizada pode oferecer inúmeros benefícios para as partes, devendo ser incentivada especialmente no âmbito do Direito de Família, em que envolve, muitas vezes, direitos de incapazes, além de se tratar de partes envolvidas e interligadas afetivamente. O litígio deve ser visto, portanto, como uma oportunidade para o crescimento e aprendizado por meio da mediação, demonstrando-se, outrossim, que as divergências podem ser resolvidas por meio do diálogo e da cooperação, além de promover o respeito às diferenças.

**Palavras-chave:** Meios alternativos. Mediação. Conciliação. Processo Civil.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Especialista em Direito Público pela FADOM. Graduado em Direito pela FUIT.

**NATUREZA JURÍDICA DO CADÁVER E PROBLEMÁTICA JURÍDICO-LEGAL  
QUANTO A SUA UTILIZAÇÃO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: UM  
ESTUDO SOB A ÓTICA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE**

Renato Ribeiro Soares<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[renatsoares030190@hotmail.com](mailto:renatsoares030190@hotmail.com), [fabricao.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricao.veiga@fapam.edu.br)

**RESUMO**

O presente trabalho trouxe como debate para o ordenamento jurídico brasileiro, com a pretensão de buscar a proteção dos direitos inerentes as pessoas e a pacificação social de determinadas regras de comportamentos que devem ser seguidas, dentre outras, uma proteção especial ao cadáver, que, através da interpretação do que está previsto no artigo 12 do Código Civil, concluiu-se, de que os direitos da personalidade também são estendidos após o falecimento, ou seja, o cadáver possui alguns direitos inerentes a sua personalidade. A partir dessa interpretação legal, surge uma série de discussões sobre o respectivo assunto. O primeiro deles residiu no fato de se saber o que se entende por cadáver bem como é a doação de corpos para instituição de ensinos e suas problemáticas. Pesquisou a consideração do atual conceito dado ao cadáver que está classificado como “coisas” e chegou a uma conclusão, tendo em vista que o cadáver tem personalidade, honra dentre outros direitos inerentes ao ser humano.

**Palavras-chave:** Direitos da Personalidade. Natureza Jurídica do Cadáver. Doação de corpos para instituições de Ensino.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

# O “DEVER SER” DO ESTADO NA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GARANTIA DA CIDADANIA DOS TRANSEXUAIS E DAS TRAVESTIS NO BRASIL

Lucas Magno Duarte Moreira<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[lucasmagno\\_dm@hotmail.com](mailto:lucasmagno_dm@hotmail.com), [fabricio.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricio.veiga@fapam.edu.br)

## RESUMO

A presente pesquisa tem enfoque nas políticas públicas para garantia do exercício da cidadania às pessoas transexuais e as travestis no âmbito nacional. Diante de um cenário maquiavélico de uma sociedade global que insiste em negar a existência das diferenças e das minorias tentando a todo custo, marginalizar essas pessoas, o presente trabalho se justifica por demonstrar a necessidade de que aceitemos o outro com suas diferenças – todo ser é único e singular – sujeito de direitos e isso deve ser respeitado e garantido. Uma vez que o Estado tomou para si a tutela jurisdicional é “dever ser” do mesmo a criação, implementação e fiscalização de medidas efetivas para diminuir/erradicar esse tipo de segregação para que possamos, enfim, caminharmos todos juntos em busca do bem comum. Assim, o método dedutivo será utilizado e se prestará a organizar um amplo apanhado científico para que se busque a resposta necessária. Com as pesquisas bibliográfica e documental, busca-se analisar o dever do Estado no trato para com os transgêneros. No decorrer da pesquisa é possível verificar que as políticas públicas instituídas pelo Estado são insuficientes e ineficazes, carecendo de uma maior articulação, implementação e fiscalização para garantia do acesso à cidadania trans.

**Palavras-chave:** Transexualidade. Travestismo. Políticas Públicas. Exercício da Cidadania.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

## O DEBATE DA LEGALIZAÇÃO DO PORTE E DA POSSE DE ARMAS NO BRASIL: UM ESTUDO DO RISCO DA PROBLEMÁTICA PROPOSTA

Lucas Azevedo Bueno de Carvalho<sup>1</sup>  
André Moreira dos Santos Almeida<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[lucas10azevedo@hotmail.com.br](mailto:lucas10azevedo@hotmail.com.br), [andre.moreira80@gmail.com](mailto:andre.moreira80@gmail.com)

### RESUMO

O presente estudo tem por abordagem o debate do porte e da posse de armas no Brasil, que possui grande divergência dentro da população brasileira acerca dos riscos que levam uma pessoa a ter consigo o porte e a posse de uma arma. O Estatuto do desarmamento Lei 10.826/2003, regulamentou de forma mais rígida o porte e a posse de armas de fogo no Brasil. Referida Lei teve por objetivo criar obstáculos para a obtenção de armas por civis, em seu texto foram dispostas regras específicas que limitam o tipo de arma que poderia ser comprada. Apesar da Lei trazer a regulamentação, ainda, há grande divergência de opiniões acerca da sua liberação ou não. A presente pesquisa tem por objetivo estudar a legislação do armamento, diferenciar o porte da posse de arma, bem como, demonstrar o posicionamento acerca do Estatuto do Desarmamento, trazendo considerações acerca de argumentos daqueles que são favoráveis ao desarmamento da população e os que são contrários. A problemática da presente pesquisa apresenta a seguinte indagação: em que pese os aspectos positivos e negativos revogação/flexibilização do Estatuto do Desarmamento e os anseios pelo seu enrijecimento, quais dos argumentos são pertinentes ao atual cenário demonstrado no Mapa da violência no Brasil? Ao final da pesquisa, filia-se no argumento de que quanto mais cidadãos armados, maior será os assassinatos e mortes por arma de fogo registrados em um contexto geral, tendo em vista o atual índice de assassinatos por arma de fogo demonstrados pelo Mapa da violência em contraposição às mortes acidentais causados por armas registrados antes do vigor do Estatuto. Para realização da pesquisa, será utilizada uma pesquisa bibliográfica, procurando levantar um estudo da problemática apresentada, valendo-se de obras doutrinárias no assunto, expondo posicionamentos de grandes autores renomados.

**Palavras-chave:** Estatuto do desarmamento. Porte de Arma. Posse de Arma.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Especialista em Direito Público pela UCAM. Graduado em Direito pela FUIT.

# **O DIREITO À MORTE EM PACIENTES COM DOENÇAS DEGENERATIVAS: ANÁLISE DA ESCLEROSE LATERAL AMIOTRÓFICA E OS SEUS REFLEXOS NO ÂMBITO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA**

Bruna Daniele Gonçalves de Oliveira<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[brunadaniele4@hotmail.com](mailto:brunadaniele4@hotmail.com), [fabricio.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricio.veiga@fapam.edu.br)

## **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo analisar o direito à morte em pacientes com doenças degenerativas, especificamente no que tange a Esclerose Lateral Amiotrófica e os seus reflexos no âmbito do princípio a Dignidade Humana. O direito à vida é previsto na Constituição Federal de 1988, sendo direito fundamental e indisponível, porém há de se destacar que pacientes com o estado avançado da Esclerose Lateral Amiotrófica e outras doenças degenerativas possuem diversas limitações, impossibilitando-o de viver uma vida sem complicações. É notório que a eutanásia na legislação brasileira é vedada, porém é fundamental discutir novas formas de atuação diante das doenças degenerativas, haja vista ausência de tratamentos eficazes que garantem uma vida digna ao seu portador. Impende destacar assim, que impor como absoluto o direito a vida para pacientes com ELA torna o direito um dever de viver, haja vista o indivíduo estar em uma situação insuportável com dor e sofrimento. Nesse contexto, a delimitação do objeto da pesquisa se deu por meio da seguinte pergunta-problema: O direito a vida pode ser aplicado de forma absoluta, ou deve haver uma flexibilização, tendo como fundamento o exercício da Autonomia Privada e afronta a Dignidade humana, a fim de permitir antecipação da morte dos pacientes com Esclerose e outras doenças degenerativas em estado terminal? Desse modo, sendo o princípio da Dignidade Humana Fundamento da República Federativa do Brasil, deve ser interpretado de forma flexível e harmônica, não podendo ser restringindo com a imposição absoluta do direito a vida. Ressalta-se ainda, que a vedação a realização da eutanásia fere diretamente o princípio da Autonomia Privada. Assim, preliminarmente pode-se afirmar que o princípio da Autonomia Privada deve ser aplicado como fundamento, a fim de garantir a Eutanásia como prática que privilegia a dignidade do paciente com doença degenerativa, em que seu quadro clínico seja terminal, bem como irreversível. Em suma, o estudo realizado das doenças degenerativas, com ênfase na Esclerose Lateral Amiotrófica busca o reconhecimento do direito a uma morte digna ao paciente que assim desejar, pautando-se em construções hermenêuticas, fundadas na interpretação extensiva e sistemática dos princípios constitucionais

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

da dignidade humana e autonomia privada. Para isso, apresenta-se casos de indivíduos acometido pela Esclerose Lateral Amiotrófica evidenciando os resultados da doença que afrontam a dignidade humana. Para o desenvolvimento da pesquisa utiliza-se a metodologia bibliográfica através de livros e artigos científicos, expondo e discutindo as construções teóricas de autores que debatem o tema problema de forma direta ou indireta. Aplica-se ainda, a metodologia documental, buscando fundamentos na constituição Federal e no Código Penal para o debate do tema problema. Por fim, adota-se o método de abordagem indutivo, a fim de defender a prática da Eutanásia, partindo-se de uma concepção restrita da análise do princípio da Dignidade Humana nos pacientes de Esclerose Lateral Amiotrófica, em direção a uma concepção ampla abarcando pacientes de outras doenças degenerativas.

**Palavras-chave:** Eutanásia. Esclerose Lateral Amiotrófica. Dignidade Humana. Autonomia Privada.

# O DIREITO DO TRABALHO DIANTE DAS FLEXIBILIZAÇÕES E DESREGULAMENTAÇÕES: ANÁLISE SOBRE A PRÁTICA DA PEJOTIZAÇÃO

Fernando Gonçalves Monteiro da Mota<sup>1</sup>  
Graciane Rafisa Saliba<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[fernandomonteirogiba@gmail.com](mailto:fernandomonteirogiba@gmail.com), [graciane.saliba@fapam.edu.br](mailto:graciane.saliba@fapam.edu.br)

## RESUMO

O direito do trabalho ao longo dos anos foi ganhando força, buscando igualar as partes nesta relação, e para isto foram elaboradas leis com forte cunho protecionista para o trabalhador, frente ao poder do empregador. No Brasil, a principal lei trabalhista, é a Consolidação das Leis Trabalhistas (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), que visa a proteção principalmente do trabalhador considerado empregado, ou seja, que tem vínculo empregatício, ocorrendo a prestação do serviço com atendimento dos requisitos da pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e subordinação jurídica. Entretanto, as relações de trabalho no Brasil vêm sofrendo mudanças rotineiras, e dentre elas, sob alegação de grande carga tributária, crises econômicas, e a busca por maiores lucros, empregadores buscam alternativas para a não obrigatoriedade de pagamento dos direitos trabalhistas decorrentes do vínculo empregatício. Ocorreu no ano de 2017 uma reforma trabalhista, a qual trouxe mudanças tanto na CLT como em outras leis, dentre elas a que trata sobre terceirização (Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974), alteração esta que propiciou novas possibilidades de contratação. Nesse contexto a prática da pejotização ganhou força no cenário trabalhista, forma que ocorre quando há a admissão de uma pessoa física como se pessoa jurídica fosse para a prestação de serviços, alegando ser apenas uma espécie de terceirização. Sendo assim, o presente trabalho busca dissertar a respeito desta modalidade de contratação, se realmente a Reforma Trabalhista de 2017 permitiu e regulamentou a pejotização, ou há algum equívoco na interpretação, e, ainda, seus reflexos para o trabalhador, levando-se os princípios trabalhistas e constitucionais.

**Palavras-chave:** Relação de emprego. Reforma Trabalhista. Terceirização. Pejotização. Princípios.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Doutora em Direito pela PUC Minas. Mestre em Direito pela PUC Minas. Especialista em Direito do Trabalho e Crise Econômica pela UCLM. Especialista em Direito do Trabalho pela FGV. Graduada em Direito pela UFMG.

# O EMPREGADO HIPERSUFICIENTE E OS PRINCÍPIOS DA INDISPONIBILIDADE E DA PROTEÇÃO

Aline Flora Soares<sup>1</sup>  
Giovane Lopes Cançado Mendonça<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

[alineflorasoes06@gmail.com](mailto:alineflorasoes06@gmail.com), [giovane.mendonca@fapam.edu.br](mailto:giovane.mendonca@fapam.edu.br)

## RESUMO

A presente monografia tem por objetivo o estudo da figura do empregado hipersuficiente, que foi instituída com a vigência da Lei 13.467/2017, conhecida também como Reforma Trabalhista. Disposto no artigo 444 da Consolidação das Leis Trabalhistas, o empregado hipersuficiente apresenta características específicas e diferenciadas da figura padrão de empregado, o hipossuficiente, uma vez que, enquadra-se na classe de empregado hipersuficiente aquele que possui diploma de nível superior e receba remuneração mensal em valor igual ou superior ao dobro do teto dos benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Preenchendo esses requisitos, entende-se que o empregado hipersuficiente possui maior capacidade, sendo facultado a ele dispor de determinados direitos - em especial aqueles previstos no artigo 611-A da CLT - e proceder a uma negociação direta com o empregador, mediante simples manifestação de vontade, equiparando-se assim, à figura dos sindicatos. Diante desta autonomia a ele concedida, surge a problemática norteadora da pesquisa realizada, haja vista a existência do princípio da Indisponibilidade e da Proteção, fontes do Direito do Trabalho, que trazem as regras trabalhistas como imperativas, ou seja, normas que não podem ser suprimidas por simples manifestação de vontade das partes. Assim, será tratado neste trabalho, principalmente, acerca da figura do empregado hipersuficiente, suas características, poderes e os limites de sua autonomia, haja vista a existência dos princípios constitucionais norteadores do direito e os princípios específicos do Direito do Trabalho, em especial os princípios da Indisponibilidade e da Proteção..

**Palavras-chave:** Reforma Trabalhista. Empregado hipersuficiente. Princípio da Indisponibilidade. Princípio da Proteção.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito Empresarial pela UIT. Graduado em Direito pela UIT.

# O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL APLICADO AO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO E O PRINCÍPIO DO NUMERUS CLAUSUS

Rodrigo Fernandes Lopes Cançado<sup>1</sup>  
Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa Morais<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[rodrigocancado0@gmail.com](mailto:rodrigocancado0@gmail.com), [marcio.morais@fapam.edu.br](mailto:marcio.morais@fapam.edu.br)

## RESUMO

O Supremo Tribunal Federal discerniu o problema do sistema carcerário brasileiro e só assim, ainda que tardiamente, reconheceu-o como um Estado de Coisas Inconstitucional. Todavia, ainda que amparado pelo decisum, a Corte Maior somente se ateve a essa declaração, não fomentando, para tanto, uma solução capaz de minimizar ou cessar as rotineiras e constantes violações aos princípios constitucionais na Execução Penal. Deste modo, após analisar os diferentes aspectos das violações no sistema carcerário, busca-se amparo no Princípio do Numerus Clausus, criado por Gilbert Bonnemaison e aplicado na França desde 1989, com o fim precípua de evitar o problema já instalado no Brasil. Utilizou-se a metodologia de pesquisa qualitativa para a confecção desta monografia, buscando o contido em obras científicas como supedâneo para esse trabalho. Registrou-se a dicotomia de paradoxos na aplicabilidade desse princípio; autores que entendem que a aplicabilidade do Princípio causaria uma maior reincidência no sistema carcerário, e, de outro lado - e, registre-se, são a maioria -, afirmando que foi em razão da superlotação que o sistema carcerário se tornou inconstitucional. A partir do resultado, podemos concluir que o Princípio aqui estudado, em seu caráter preventivo, direto, progressivo e organizacional será a melhor forma, ainda que de início, em face da atual situação, para desconstruir a inconstitucionalidade outrora tatuada.

**Palavras-chave:** Sistema carcerário. Inconstitucional. Numerus Clausus. Violação.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutor em Direito pela PUC Minas. Mestre em Direito pela PUC Minas. Especialista em Direito Eleitoral pela PUC Minas. Especialista em Ciências Criminais pela UGF. Graduado em Direito pela UIT.

# O JUIZ DAS GARANTIAS NO PROCESSO PENAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA E JURISPRUDENCIAL ACERCA DA CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 3º-B DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Isabella de Campos Sena Gonçalves<sup>1</sup>  
Júlia Alves Almeida Machado<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[beel.sena.6@gmail.com](mailto:beel.sena.6@gmail.com), [julia.machado@fapam.edu.br](mailto:julia.machado@fapam.edu.br)

## RESUMO

O juiz das garantias surgiu com o intuito não só de reafirmar, mas de garantir a imparcialidade do juiz criminal, afastando qualquer tipo de contaminação do mesmo, a partir do conhecimento integral dos elementos de informação colhidos em fase inquisitorial. Isso porque, até a entrada em vigor da Lei 13.964/2019, conhecido como Pacote Anticrime, o mesmo juiz que participou da coleta de elementos de informação na fase de inquérito, era o juiz da fase processual. Neste sentido, a presente pesquisa tem por problematização a seguinte questão: a mudança trazida pelo “Pacote Anticrime” – lei nº 13.964 de 2019, quando instituiu no Processo Penal a figura do Juiz das Garantias pode ser considerada inconstitucional, à luz do que prevê as normas de organização e prévia dotação orçamentária do Poder Judiciário, ou seria constitucional, necessitando apenas de uma readequação dos recursos humanos do Poder Judiciário, e não consiste, necessariamente, na criação de novos cargos? Analisando assim, de forma crítica a instituição do Juiz das Garantias no Processo Penal, a partir do posicionamento doutrinário e jurisprudencial, colocando o Supremo Tribunal Federal como protagonista na análise da constitucionalidade do referido instituto. O presente trabalho visa, portanto, investigar se as disposições do pacote anticrime são compatíveis com a Constituição da República Federativa do Brasil, especificamente no que tange a implementação do juiz das garantias, sendo que, neste momento, a hipótese científica caminha no sentido da constitucionalidade, haja vista que o referido instituto não consiste em criação de cargos que demandem prévia dotação orçamentária, mas tão somente uma readequação dos recursos humanos do Poder Judiciário, devendo ser ressaltado o importante papel que o juiz das garantias representa no processo penal e na garantia da aplicação dos direitos fundamentais individuais do investigado em sede de inquérito policial. A metodologia utilizada no trabalho foi a pesquisa teórico-bibliográfica e documental, com a observância das decisões do Supremo Tribunal Federal, utilizando-se também, doutrinas que versam sobre o Pacote Anticrime de forma geral e, de forma específica, sobre o Juiz das Garantias no Processo Penal.

**Palavras-chave:** Pacote Anticrime. Juiz das Garantias. Constitucionalidade.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela FUIT. Especialização em Direito Processual Constitucional pela FAPAM. Graduação em Direito pela FAPAM.

## O MÉTODO APAC FRENTE AOS EXCESSOS DO ESTADO NA EXECUÇÃO PENAL

Larissa Renata Santos da Silva<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[larissarss@icloud.com](mailto:larissarss@icloud.com), [francisco.neto@fapam.edu.br](mailto:francisco.neto@fapam.edu.br)

### RESUMO

O Sistema Carcerário Brasileiro é falho quanto à função social da pena. Presídios em condições desumanas, lotados, fugas constantes, são fatores que contribuem para os absurdos níveis de reincidência na criminalidade, afetando a segurança de toda a sociedade. A presente pesquisa se justifica na necessidade de estudar métodos alternativos de execução que cumpram a função penal, partindo-se do problema da crise que assola o sistema carcerário brasileiro e a forma em que os condenados são tratados durante a execução da pena. Dessa forma, surge-se a problemática acerca do método APAC, criado como modelo alternativo à execução Penal: seria esse método uma alternativa realmente eficaz para um cumprimento humanizado da pena, tendo em vista a crise em que se encontra o sistema carcerário brasileiro? Sabe-se que, de acordo com os preceitos do método APAC, tem o objetivo de garantir uma execução penal com base na humanização, no trabalho e com a participação da família, as celas com grades são trocadas por quartos e a figura dos agentes penitenciários são os próprios presos. Por isso, entende-se que tal método seria uma alternativa ao Sistema tradicional, pois, a associação busca ensinar valores, com dignidade, longe da violência estatal das penitenciárias. Neste contexto, busca-se estudar tal método e sua efetividade por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, usando-se do raciocínio lógico-dedutivo, pretende-se analisar qual seria a importância da APAC para o sistema prisional brasileiro, diante do caos da segurança pública e a necessidade de se procurar métodos eficazes e humanos para execução de pena, a fim de diminuir os índices de criminalidade e aumentar a segurança de toda a sociedade. Considerando-se que o sistema Carcerário Brasileiro nem sempre se mostra eficaz quanto à função social da pena, a realidade carcerária brasileira se mostra precária e a pena não consegue cumprir sua função, acabando o Estado por submeter os detentos em condições humanamente inaceitáveis. A forma desrespeitosa como os condenados são tratados dentro das penitenciárias são fatores que contribuem para os absurdos níveis de reincidência na criminalidade, o que afeta conseqüentemente a segurança de toda a sociedade. Tais fatos demonstram a importância de defender os métodos alternativos como APAC, a fim de buscar novas formas para a execução penal que preserve a dignidade e integridade dos detentos, atingindo uma maior segurança jurídica e a redução da criminalidade.

**Palavras-chave:** Sistema Prisional. Execução Penal. APAC. Dignidade Humana. Reincidência.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE. Especialista em Direito pela UCAM. Graduado em Direito pela PUC Minas.

# **O PAPEL DO NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS DA FAPAM NA COMARCA DE PARÁ DE MINAS: ANÁLISE DOS IMPACTOS DO EXERCÍCIO DO NPJ NOS ANOS DE 2007 A 2019**

Virgínia Daniele Silva dos Santos<sup>1</sup>  
Júlia Alves Almeida Machado<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[virginiadssantos@gmail.com](mailto:virginiadssantos@gmail.com), [julia.machado@fapam.edu.br](mailto:julia.machado@fapam.edu.br)

## **RESUMO**

O acesso à justiça é um direito fundamental do cidadão, que deve ser enxergado para além do acesso à jurisdição, que se encontra esculpido no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que diz que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Mister dizer que, é dever do Estado proporcionar, de forma ampla, todos os meios de acesso à justiça aos hipossuficientes, como forma de dar efetividade aos direitos fundamentais. Por esta razão, quando se fala em acesso à justiça, é necessário esclarecer que a disponibilização de serviços jurídicos gratuitos para a população, proporcionada pelas defensorias públicas, também é meio de efetivação desse acesso. Realizando trabalho análogo das defensorias públicas, os Núcleos de Práticas Jurídicas também desempenham uma importante função social, atrelada a efetivação do acesso à justiça. Desta forma, analisar o trabalho desempenhado pelo NPJ da FAPAM, desde a sua instituição, possibilita compreender os efeitos jurídico-sociais dos trabalhos que vem sendo realizados. Vale dizer que, o Núcleo de Práticas Jurídicas é um meio que proporciona o acesso à justiça às pessoas que, comprovadamente, não possuem condições financeiras de arcar com o patrocínio de advogado particular, nem com as custas processuais e honorários de sucumbência. Este trabalho visa desenvolver uma análise quantitativa e qualitativa dos dados relativos ao NPJ da Faculdade de Pará de Minas, a fim de mostrar para a sociedade a importância de sua atuação na ampliação do acesso à justiça aos pobres, nos termos da lei. Neste sentido, para se chegar a um denominador, será necessário compreender quanto as nuances e implicações do direito ao acesso à justiça. Para isso, será desenvolvido uma análise histórica desse direito, a fim de compreender a importância da criação de meios a efetivar o acesso à justiça aos pobres, nos termos da lei. Atrelado a isso, importante é demonstrar os meios que o Estado dispõe aos hipossuficientes, visto ser o direito ao acesso à justiça direito fundamental, garantido constitucionalmente. Portanto, o NPJ trata-se de órgão criado pela instituição de ensino que pretende não só possibilitar que o estudante ponha em prática os conhecimentos teóricos adquiridos, mas também permitir que os cidadãos hipossuficientes perquiram seus direitos por meios judiciais ou extrajudiciais, como forma de justiça social. Enfim,

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela FUIT. Especialização em Direito Processual Constitucional pela FAPAM. Graduação em Direito pela FAPAM.

o trabalho desempenhado visa estudar acerca da atuação do NPJ da FAPAM, criado com o fito de possibilitar o acesso à justiça aos juridicamente pobres, como forma de dar efetividade aos direitos fundamentais; realizar o levantamento quantitativo dos atendimentos realizados pelo NPJ da FAPAM no período de 2007 a 2019; analisar o trabalho desempenhado por este NPJ, refletido na importância para a formação dos acadêmicos do Curso de Direito. Enfim, será averiguado se a comarca de Pará de Minas ganhou uma nova opção para as pessoas hipossuficientes, que possuem demandas a serem resolvidas, e como o Núcleo de Práticas Jurídicas pode contribuir com a população carente, sendo este o seu foco de assistência, aplicando as novas metodologias para as soluções de conflitos.

**Palavras-chave:** Acesso à Justiça. Efetividade. Hipossuficiência. Núcleo de Práticas Jurídicas.

# O PLEA BARGAINING NO DIREITO PENAL BRASILEIRO: MÉTODOS E FUNDAMENTOS DA JUSTIÇA CRIMINAL CONSENSUAL

Isac Moreira Barcelos<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[isacbarcelos98@gmail.com](mailto:isacbarcelos98@gmail.com), [francisco.neto@fapam.edu.br](mailto:francisco.neto@fapam.edu.br)

## RESUMO

O presente trabalho científico tem por objeto os institutos da Justiça Criminal Consensual, com ênfase no Plea Bargaining, sua metodologia, seus fundamentos teóricos e sua aplicação no campo prático no Direito Americano. No Brasil, o Direito, em si, vem, em todos os seus ramos, caminhando para a solução consensual dos conflitos existentes, sendo que de forma análoga acontece com o Direito Penal. Com a criação da Lei 13.964/2019, de 24 de dezembro de 2019, surge um novo instituto na esfera criminal, compreendido como o ‘acordo de não persecução penal’, que traz a possibilidade de uma negociação no plano processual penal. Diante disso, abre-se um leque de questionamentos acerca de tal fato, pois, isso seria a implantação de um instituto americano (Common Law) no direito brasileiro (Civil Law)? Nesse passo, o objetivo deste trabalho é verificar se tal instituto, presente na cultura americana, é aplicado no Brasil, sendo que é de suma importância analisar se as garantias fundamentais do acusado são preservadas na elaboração deste acordo. Este trabalho utiliza-se de pesquisas bibliográficas e documentais, referentes ao tema específico, com o fim de demonstrar o posicionamento de alguns autores com relação a justiça criminal consensual, suas vantagens e consequências decorrentes desse meio, tendo em vista que de certa forma a realização desses acordos de não persecução penal se destinam a aliviar a crise de morosidade presente no sistema judiciário brasileiro.

**Palavras-chave:** Plea Bargaining. Direito Penal. Acordo de não persecução penal. Direito comparado.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE. Especialista em Direito pela UCAM. Graduado em Direito pela PUC Minas.

# O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NO CONTEXTO DAS INSTITUIÇÕES CARCERÁRIAS BRASILEIRAS: SEUS REFLEXOS NA RESSOCIALIZAÇÃO DO CONDENADO

Luciano Augusto Araújo Barbosa<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[lucianoaugusto2012@hotmail.com](mailto:lucianoaugusto2012@hotmail.com), [francisco.neto@fapam.edu.br](mailto:francisco.neto@fapam.edu.br)

## RESUMO

A presente pesquisa realizará um estudo acerca do princípio da dignidade da pessoa humana no contexto das instituições carcerárias brasileiras e seus reflexos na ressocialização do condenado. A falência do sistema carcerário atual, reflete o modelo Brasileiro de solução de conflitos no âmbito criminal: apenas o encarceramento. Superlotação nos presídios, Estaduais, Federais e cadeias Públicas, é apenas um dos problemas existentes na atualidade, ressaltando-se, o tratamento rígido oferecido aos condenados, a falta de assistência à saúde pública, ocasionando proliferação de doenças nas dependências das instituições, além de não oferecer condições básicas para trabalho, tal fato, que auxiliaria o condenado a se reinserir na sociedade, após o cumprimento de sua pena. O presente estudo tem por objetivo um estudo uma nova ótica em relação ao cumprimento de pena; analisar aplicando princípios fundamentais básicos e posteriormente verificar o método de cumprimento de pena que apontam os maiores índices de ressocialização dos condenados. A problemática apresenta-se nas seguintes questões: o método adotado pelo governo, realmente proporciona a ressocialização almejada? O princípio da dignidade humana, auxiliaria de maneira eficaz para alcançar tal propósito? O método APAC, conduz a execução da pena pautando-se pelos princípios? Qual método possui maior efetividade quanto a ressocialização? A metodologia empregada para a realização do estudo possui fins descritivos e natureza qualitativa, utilizando-se do estudo bibliográfico, de doutrinadores, artigos, dissertações e a Lei de Execuções Penais.

**Palavras-chave:** Pena. Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. Ressocialização.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE. Especialista em Direito pela UCAM. Graduado em Direito pela PUC Minas.

## O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E A DISCRIMINAÇÃO POSITIVA

Thiago Augusto de Oliveira Santos<sup>1</sup>  
Cid Capobiango Soares de Moura<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[thiagosantin@gmail.com](mailto:thiagosantin@gmail.com), [ccapobiango@gmail.com](mailto:ccapobiango@gmail.com)

### RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo analisar os limites impostos pelo princípio da isonomia ao poder público frente às contratações com o particular, principalmente após a promulgação do Decreto 10.024/2019, uma vez que houve uma alteração substancial no modelo de contratações. Para isso, será analisado a aplicabilidade do princípio da isonomia, correlacionando aos demais princípios que norteiam a Administração Pública, comparando a sua aplicação antes e após a promulgação do Decreto, abordando ainda acerca de mitigações e sobre seu afastamento em decorrência da lei 13.979/2020 que dispõe sobre sua dispensa. Primeiramente será conceituado o termo isonomia, evolução da isonomia como princípio no Direito Brasileiro, pressupostos de sua aplicação, como ocorre sua ruptura. Em seguida será feita uma análise da aplicabilidade do princípio em alguns processos licitatórios que foram realizados base nas leis 8.666/93, 10.520/93, 13.979/20 e Decreto 10.024/19. Por fim será feita uma análise sobre a colisão de princípios em que porventura possam interferir no tipo de concorrência do processo licitatório. A partir daí, será possível tentar esclarecer as perguntas que instruíram o presente trabalho, que são: se há uma ruptura do princípio da isonomia após o Decreto 10.024/2019, o impacto econômico regional em caso de uma aplicação de uma discriminação positiva e por fim analisar alguns processos licitatórios verificando se houve abusos praticados por falta de inobservância do princípio da igualdade.

**Palavras-chave:** Licitação. Princípio da Isonomia. Igualdade Formal. Igualdade material.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em *Gestion y auditorias ambientales* pela UNILEON. Especialista em Comunicação e Marketing pela UNICSUL. Especialista em Direito Público pela Newton Paiva. Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela UNIVALE. Graduado em Direito pela FMC.

## O RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO: ANÁLISE CRÍTICA DA PROPOSTA INTERPRETATIVA DO STJ SOBRE O ROL TAXATIVO DO ARTIGO 1015 DO CPC

Paulo Márcio de Medeiros Simas<sup>1</sup>  
Clenderson Rodrigues Cruz<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[paulomarciosimas@gmail.com](mailto:paulomarciosimas@gmail.com), [clendersoncruz@gmail.com](mailto:clendersoncruz@gmail.com)

### RESUMO

O presente trabalho presta-se ao objetivo de analisar a nova sistemática do recurso de agravo de instrumento, inaugurada pelo Código de Processo Civil de 2015. No referido diploma, em seu artigo 1015, verifica-se a opção do legislador por implementar um rol taxativo no que concerne as decisões interlocutórias recorríveis via agravo. A escolha do legislador rompe com o sistema vigente até então no Código de Processo Civil de 1973, que permitia a interposição de agravo de instrumento em face de todas as decisões que não fossem definidas como despachos ou sentenças. A significativa mudança no modelo recursal do agravo tornou-se objeto de questionamento no Superior Tribunal de Justiça que, no julgamento do recurso especial número 1.704.520 – MT adotou a tese da taxatividade mitigada das hipóteses recursais taxativamente previstas no artigo 1015. Iniciou-se desde então, uma série de questionamentos no meio jurídico no que se refere aos limites da interferência do julgador no objetivo inicial do legislador, qual seja, o de restringir as decisões interlocutórias recorríveis àquelas expressamente elencadas no Código de Processo Civil. A tese adotada pelo Superior Tribunal de Justiça implica na modificação do regime preclusivo das decisões interlocutórias, gerando insegurança jurídica aos jurisdicionados, ao passo que a adoção de um rol restritivo exclui da apreciação jurisdicional imediata decisões que possuem potencial de causar dano irreparável à parte. Para a elaboração do trabalho foi realizada pesquisa bibliográfica fundamentada na doutrina, jurisprudência e legislação pertinente ao tema tratado.

**Palavras-chave:** Agravo de Instrumento. Decisões Interlocutórias. Taxatividade. Mitigação.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela PUC Minas. Especialista em Direito Processual pela PUC Minas. Graduado em Direito pela FUIT.

# O USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO TÉCNICA DE SUMARIZAÇÃO DA COGNIÇÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DE SEUS LIMITES À LUZ DO PROCESSO DEMOCRÁTICO

Laryssa Aparecida Freitas Gonçalves<sup>1</sup>  
Daniele Aparecida Gonçalves Diniz Mares<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

[lalafreitasgon@gmail.com](mailto:lalafreitasgon@gmail.com), [daniele.mares@fapam.edu.br](mailto:daniele.mares@fapam.edu.br)

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo abordar o uso da Inteligência Artificial como técnica de sumarização da cognição além de analisar os perigos existentes na forma de utilização da tecnologia pelos juristas, especialmente, no que tange à aplicação de tal ferramenta como função decisória no âmbito dos tribunais. A escolha do tema se justifica na necessidade de verificar os impactos causados pela modernização, principalmente, no âmbito do Direito. Identificar a aplicação da ferramenta de Inteligência Artificial no Judiciário e como são tutelados os princípios institutivos do processo. Refletir sobre a busca pela celeridade do Judiciário e a maneira como a tecnologia impacta os litigantes em determinada demanda, especialmente, no que pertine à construção do provimento. O recorte da presente pesquisa se delimitou a partir da seguinte pergunta-problema: a técnica de sumarização da cognição pelo uso da Inteligência Artificial afronta a democraticidade processual? Nesse diapasão, conclui-se que ainda é muito cedo para que seja transferida a responsabilidade decisória do juiz à máquina, que não é completamente imparcial. Estudos realizados indicam que a Inteligência Artificial ainda é permeada por desigualdades e discriminações, originadas pelo ser humano que a programou. Além disso, não é lógico que uma decisão robótica seja novamente discutida por quem é leigo em se tratando de Inteligência Artificial. Com isso, os princípios institutivos são severamente mitigados, tais como, do contraditório e da ampla defesa, do devido processo legal e da fundamentação das decisões. O presente estudo desenvolve-se por meio de pesquisas bibliográfica e documental e, por meio do raciocínio dedutivo, partindo-se de uma concepção macroanalítica, qual seja, o estudo dos meios de implementação da Inteligência Artificial, os parâmetros legais que tutelam essa utilização no judiciário brasileiro, em especial, nos julgamentos robotizados, para uma concepção microanalítica, analisandose a democraticidade necessária ao provimento jurídico, a partir da teoria neoinstitucionalista.

**Palavras-chaves:** Inteligência Artificial. Tecnologia. Judiciário. Direito. Vieses algoritmos.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito Processual Coletivo e Efetividade dos Direitos Fundamentais pela UIT. Especialista em Português Jurídico pela UNIBF. Especialista em Mediação e Arbitragem pela FACEL. Graduada em Direito pela FUIT.

# OS POSSÍVEIS LAPSOS NA APLICABILIDADE DAS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA E O ÍNDICE DE AUMENTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO BRASIL NO PERÍODO DE 2019

Tayná Leda Rodrigues Leite<sup>1</sup>  
Ronaldo Galvão<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[taynarodrigues001@gmail.com](mailto:taynarodrigues001@gmail.com), [galvao@parademinas.com.br](mailto:galvao@parademinas.com.br)

## RESUMO

As Medidas Protetivas foram incorporadas no Sistema Penal como medidas de prevenção, devendo preencher alguns requisitos para a sua aptidão. Visam garantir a proteção da vítima que venha a sofrer violência, sendo um meio de amparo e proteção que o sistema oferece para quem necessita. No entanto, essas prevenções nem sempre são eficientes na sua aplicabilidade, pois, mesmo que a vítima tenha adquirido a medida, ainda sim pode continuar sofrendo violência, seja ela moral, seja perseguição; o fato é que não tem uma garantia acerca das Medidas Protetivas. Há ainda casos em que já foram concedidas diversas Medidas Protetivas para a vítima, e, ainda sim a mesma sofre violação em seus direitos, ocorrendo perturbações constantes e ameaças, ou até mesmo assassinato. É notório o crescimento de violência doméstica, pois a maioria dessas vítimas são mulheres, por isso a pesquisa terá um enfoque na Lei Maria da Penha, onde muitas mulheres continuam sofrendo violações e ameaças. Muitas vezes, essas mulheres são obrigadas a saírem de suas casas, ficando assim, desabrigadas e longe de seus lares, muitas delas com filhos menores de idade, remetendo-se essas mulheres a deixarem sua estadia, por sentirem medo, por estarem expostas a algum tipo de constrangimento, por estarem sendo perseguidas e de alguma forma passando por algum tipo de violação. O enfoque maior é a busca nas questões relativas às negligências, certos descuidos na aplicação das medidas Protetivas dificultando a eficiência da letra da Lei.

**Palavras-chave:** Violência doméstica. Aplicação. Medidas protetivas. Pesquisa.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela PUC Minas. Especialista em Processo Civil pela FADOM. Graduado em Direito pela UNIFENAS.

## PENSÃO POR MORTE: ANÁLISE SOBRE A NOVA REFORMA PREVIDENCIÁRIA

Ana Luíza Oliveira Estevan<sup>1</sup>  
Aparecido José dos Santos Ferreira<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[anaoestevan@hotmail.com](mailto:anaoestevan@hotmail.com), [aparecido.jose@fapam.edu.br](mailto:aparecido.jose@fapam.edu.br)

### RESUMO

Em se tratando de Previdência muitos pensam que todas as pessoas têm o mesmo modo de contribuição ou cobertura, mas não é isso que ocorre na prática. Há vários benefícios, e neste trabalho iremos adentrar na Pensão por Morte. Dessa forma, analisar os pontos controversos da regra que era aplicada, com a Emenda Constitucional 103/2019, ajudando na compreensão da aplicação do Regime Geral da Previdência Social sobre a Pensão por Morte. O Regime Geral da Previdência Social realiza a concessão e gestão dos serviços previdenciários e de benefícios para os seus segurados, sendo o regime de previdência mais popular, uma vez que abrange a maioria da população. A pergunta proposta, então, é analisar como ficou a Pensão por morte no Regime Geral da Previdência Social com a promulgação da Emenda Constitucional 103/2019? Com a promulgação há a implementação de mudanças significativas nos benefícios previdenciários, trazendo consigo novas regras que acabam afetando o Sistema Constitucional de Seguridade Social, inaugurado pela Constituição Federal de 1988, apresentando uma nova estrutura jurídica, diferente do que existiu até então, se tornando, essa, a análise de estudo. Quanto à metodologia utilizada foi a pesquisa teórico-bibliográfica, realizando uma análise comparativa e interpretativa. Através de pesquisa bibliográfica foi redigido o presente trabalho, destinado a demonstrar as mudanças que ocorreu com o benefício Pensão por Morte com a reforma previdenciária.

**Palavras-chave:** Reforma previdenciária. Regime Geral da Previdência Social. Pensão por Morte.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito Empresarial pela FADIR. Especialista em Direito de Empresa pela UGF. Graduado em Direito pela FAFI.

# POSSIBILIDADE JURÍDICA DO RECONHECIMENTO DA MULTIPARENTALIDADE POST-MORTEM NO DIREITO BRASILEIRO

Isabela Maria Xavier Gonçalves<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[isabelaxavierg@yahoo.com.br](mailto:isabelaxavierg@yahoo.com.br), [fabricao.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricao.veiga@fapam.edu.br)

## RESUMO

Este trabalho tem por objeto analisar se o ordenamento jurídico em vigor no Brasil abrange o reconhecimento da multiparentalidade em momento posterior ao óbito daquele que assumiu a função de pai/mãe. Para isso, o estudo foi realizado por meio de pesquisa doutrinária e jurisprudencial e a abordagem foi baseada no método dedutivo, esse argumento é feito do maior para o menor, ou seja, de uma premissa geral em direção a outra, particular ou singular. Este método será utilizado para delimitar o objeto da pesquisa. O método do procedimento utilizado, por sua vez, foi descritivo, uma vez que a possibilidade legal de reconhecimento da multiparentalidade post-mortem foi verificada a partir do estudo dos requisitos necessários para a caracterização do instituto. A finalidade da pesquisa descritiva é observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos, sem, contudo, entrar no mérito dos conteúdos. No presente trabalho pretende-se tencionar a identificação, registros e análise das características e fatores que se relacionam com o tema proposto. Assim, em um primeiro momento a dignidade da pessoa humana e a afetividade foram analisadas como os novos fundamentos das relações familiares. Posteriormente, analisou-se no primeiro capítulo a filiação como direito fundamental no Brasil, trazendo um breve resgate histórico da paternidade consanguínea e a afetividade como elemento integrante das relações familiares. Neste mesmo capítulo, examinou-se também a nova concepção de família e seus princípios norteadores, os diferentes vínculos filiais e a adoção como forma de reconhecimento da filiação socioafetiva. Sucessivamente, no segundo capítulo buscou-se estudar os fundamentos jurídicos da multiparentalidade e seu reconhecimento post mortem. Assim, através de uma pesquisa bibliográfica e do estudo de Juristas como Maria Berenice Dias, Rolf Madaleno, Christiano Cassetar, Fachin e Paulo Luiz Neto Lôbo, foi possível avaliar se a realidade vivenciada pelas partes, entrelaçada pelo carinho, possibilita o direito ao reconhecimento da filiação socioafetiva, sob a égide da Constituição Federal e da legislação ordinária. Por fim, entende-se que o reconhecimento da afiliação socioafetiva, em vista da ordem jurídica em vigor, não inclui, apesar da resistência jurisprudencial, qualquer limitação, formal ou temporal, respeitando o princípio da dignidade humana e do afeto no trato com as relações familiares.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

**Palavras-chave:** Filiação. Paternidade socioafetiva. Reconhecimento post mortem.

# PRISÃO PREVENTIVA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA: DESAFIOS DE SUA APLICABILIDADE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Álef Batista Gonçalves<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[allefbatista33@outlook.com](mailto:allefbatista33@outlook.com), [francisco.neto@fapam.edu.br](mailto:francisco.neto@fapam.edu.br)

## RESUMO

A presente monografia, tem por objetivo abordar a Garantia da Ordem Pública como fundamento da Prisão Preventiva, a fim de compreender o significado e o alcance desta expressão em matéria de medidas cautelares no Processo Penal, conforme os posicionamentos dos processualistas e constitucionalistas que embasam a matéria. Para realizar tal tarefa, esta pesquisa divide-se em sete capítulos, sendo que o segundo tratará sobre alguns princípios constitucionais e processuais penais relacionado ao tema, como o princípio da dignidade da pessoa humana, o da presunção de inocência; o do contraditório e ampla defesa; o do devido processo legal, e o princípio das motivações das decisões judiciais. O terceiro, abordará algumas modalidades de prisões admitidas no nosso ordenamento. O quarto, será sobre a prisão preventiva: ofensa a princípios constitucionais. O quinto capítulo, analisará a ordem pública e a constituição federal de 1988. O sexto, trás a prisão preventiva para a garantia da ordem pública no ordenamento jurídico brasileiro. Por fim, o sétimo e último versará sobre prisão preventiva para a garantia da ordem pública nos julgados brasileiros. Com isso verificar a possibilidade de os magistrados, proferirem decretações que suprimem direitos e garantias individuais dos cidadãos indo em desencontro com alguns princípios constitucionais. Para o desenvolvimento do trabalho será utilizada a pesquisa bibliográfica de obras que abordam sobre o tema e dispositivos legais pertinente ao assunto.

**Palavras-chave:** Garantia da Ordem Pública. Prisão Cautelar. Prisão preventiva. Prisão.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE. Especialista em Direito pela UCAM. Graduado em Direito pela PUC Minas.

# RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR PELA PRÁTICA DE PRECONCEITO RACIAL NO AMBIENTE DO TRABALHO

Rômulo Costa Dutra<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[romulocd89@gmail.com](mailto:romulocd89@gmail.com), [fabricao.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricao.veiga@fapam.edu.br)

## RESUMO

Atualmente a violação dos direitos assegurados aos trabalhadores tem sido motivo de reflexão perante o Poder Judiciário. O direito humano à igualdade racial é tema de suma importância, por se tratar de assunto recorrente no mundo jurídico. A raça é um fator presente na história das relações humanas e pauta o gozo e o acesso aos direitos. Não obstante sua importância jurídica, as bases teóricas ainda não são tratadas de acordo com sua relevância. Assim, o presente trabalho monográfico visa à análise da responsabilidade civil do empregador pela prática de preconceito racial no meio ambiente do trabalho, elaborando, em um primeiro momento, um panorama acerca de preconceito racial e meio ambiente do trabalho, apontando suas origens, conceito, causas, sujeitos, modalidades e fases. Em um segundo momento passa-se a discussão acerca da responsabilidade civil, realizando um panorama geral acerca do instituto, adentrando, posteriormente, em suas especificidades quando aplicada à seara trabalhista. Em um terceiro momento, procede-se ao exame da responsabilidade civil do empregador em face da prática de preconceito racial, apresentando, para tanto, posição doutrinária, jurisprudencial bem como dispositivos legais que embasam a responsabilidade do empregador pelos danos causados aos seus empregados. Sendo parte hipossuficiente na relação de trabalho, o trabalhador a cada dia vê seus direitos sendo desrespeitados, ante a negligência do empregador. No direito do trabalho, a indenização decorrente do dano moral vem sendo discutida pelos tribunais como forma de se dar mais efetividade aos direitos do trabalhador. Neste trabalho foi utilizado como método de interpretação o método dialético, com uma abordagem pelo método dedutivo. A técnica de pesquisa utilizada foi a bibliográfica.

**Palavras-chave:** Ambiente do trabalho. Responsabilidade Civil. Raça. Empregador. Empregado.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

# RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR PELO ADOECIMENTO MENTAL DO EMPREGADO: A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DA COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL NA SÍNDROME DE BURNOUT

Fernanda Ramos da Silva<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[fernanda9198@hotmail.com](mailto:fernanda9198@hotmail.com), [fabricao.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricao.veiga@fapam.edu.br)

## RESUMO

Presente na realidade de diversas empresas, o adoecimento mental do trabalhador, causado pela rotina laboral, não é um tema recente na literatura e prática jurídicas. Ainda que adventos recentes, como o da Lei 13.467/2017, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), busquem defender e assegurar o direito do trabalhador, a histórica dificuldade em provar o nexo causal continua sendo o maior empecilho para o justo andamento dos processos dessa natureza. Conhecer o instituto do transtorno mental associado ao trabalho, bem como suas características psicogênicas e psicossociais, é de suma importância para tornar menos frágil o acolhimento de ações que tenham como fundamento inicial, além da aplicação da lei, a comprovação do nexo causal propriamente dito. Para que se alcance esse conhecimento é necessário que se faça um importante apanhado, com base jurídica e científica, conhecendo o funcionamento das instituições, o acometimento das diversas classes trabalhadoras, as jurisprudências associadas, dando a ênfase exigida quando se aborda um tema polêmico, mesmo do ponto de vista dos mais experientes operadores do direito, como a responsabilidade civil do empregador frente à doença mental do empregado, bem como a problemática jurídica do nexo causal quando se trata da matéria. Devida importância também deve ser direcionada à perícia médica, que se torna imprescindível para que se possa comprovar a ocorrência desse tipo de dano. O método dedutivo foi utilizado e se prestou a organizar um amplo apanhado científico para que se busque a resposta necessária que possa afastar, da forma mais precisa possível, a complexidade da comprovação do nexo causal associado ao tema. O resultado deste estudo aponta para um indicativo de que, mesmo tendo fatores desencadeantes objetivos, a subjetividade dos sinais e sintomas associados à Síndrome de Burnout torna sua comprovação um obstáculo nas demandas Trabalhistas. A não observância de uma perícia técnica bem apresentada, bem como da detalhada apresentação do ambiente de trabalho e da relação empregado/empregador, pode tornar inconclusiva a conexão trabalho/doença, podendo não atingir de forma contundente a comprovação do nexo causal,

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

colocando em risco a conclusão favorável da demanda e, conseqüentemente, não oferecendo ao trabalhador a devida reparação do dano ocorrido.

**Palavras-chave:** Direito trabalhista. Saúde do trabalhador. Nexo causal. Síndrome de Burnout.

## RESPONSABILIDADE CIVIL POR ERRO MÉDICO

Lúcia Meiriélli Silveira<sup>1</sup>  
Júlio Moraes Oliveira<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[luciemeiriellisilveira@yahoo.com.br](mailto:luciemeiriellisilveira@yahoo.com.br), [julio.oliveira@fapam.edu.br](mailto:julio.oliveira@fapam.edu.br)

### RESUMO

Está crescendo cada vez mais, tanto no mundo quanto no Brasil, o número de óbitos decorrentes de erro médico e hospitalar, o que causa espanto da sociedade de modo geral pois, como prevalece no senso comum, a função do médico é salvar vidas, e não tirá-las. Com base nesse fato, delimitou-se o tema do presente tema, cujo objetivo foi analisar a responsabilidade objetiva e subjetiva dos profissionais da área da saúde diante de erro médico e hospitalar. Para se alcançar tal objetivo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, de modo que as informações que serviram de base para o conteúdo apresentado foram encontradas em livros, revistas e outras fontes de pesquisa de cunho bibliográfico, bem como análise de alguns casos de erro médico e hospitalar. Foram analisados também fatos históricos e apontamentos de legislação que demonstrem a sua aplicação nos dias atuais. Foi possível perceber que, ao longo do tempo, as pessoas foram se tornando mais esclarecidas, aumentando a luta por seus direitos, o que fez aumentar as denúncias e os processos jurídicos envolvendo erro médico e hospitalar, que causam prejuízos tanto humanos quanto financeiros para os países. Foi possível constatar, ainda, que os currículos dos cursos de Medicina devem ser revistos, ampliando-se os conteúdos relacionados a ética e procedimentos jurídicos.

**Palavras-chaves:** Erro médico. Erro hospitalar. Responsabilidade civil. Medicina.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Instituições Sociais, Direito e Democracia pela FUMEC. Especialista em Advocacia Civil pela FGV-SP. Graduado em Direito pela Faculdade Milton Campos.

**RESSARCIMENTO AO SUS PELAS OPERADORAS DE PLANO DE SAÚDE: UMA ANÁLISE QUANTITATIVA À LUZ DA CONSTITUCIONALIDADE TABELA DE RESSARCIMENTO, A PARTIR DO TEMA 345 DO STF E OS IMPACTOS NA CIDADE DE PARÁ DE MINAS-MG**

Juliana Aparecida Lopes Mello<sup>1</sup>  
Júlia Alves Almeida Machado<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[jullopes96@gmail.com](mailto:jullopes96@gmail.com), [julia.machado@fapam.edu.br](mailto:julia.machado@fapam.edu.br)

**RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo geral abordar o direito a saúde pública e, de forma específica, abordará a o ressarcimento ao SUS pelas operadoras de planos de saúde suplementar. Um dos princípios fundamentais do SUS é a universalidade, que determina que todos os cidadãos brasileiros possuem o direito fundamental ao acesso às ações e serviços de saúde. Entretanto, ainda que sirva de paradigma global, o SUS apresenta falhas no que tange à sobrecarga de atendimentos, noticiada nos meios de comunicação. Essa situação abriu as portas para o mercado privado de assistência à saúde, que advieram com o propósito de suplementar o atendimento que, em regra, deveria ser integralmente prestado pelo SUS. Após o crescimento da saúde suplementar no Brasil, adveio a lei nº 9656/98 com o propósito é regulamentar as operadoras de planos de saúde. Especificamente, em seu art. 32, prevê a obrigatoriedade de planos de saúde em ressarcir o SUS quando a rede pública atender pessoas que tenham plano privado. Essa discussão foi tema de repercussão geral em recurso especial, no qual o STF reconheceu a constitucionalidade deste ressarcimento, que passou a compor legalmente o passivo das operadoras de planos de saúde. Neste sentido, constitui como objetivo específico deste trabalho trazer uma análise crítica da decisão do STF quanto a este ressarcimento, enfatizando que todos os cidadãos brasileiros usuários de planos de saúde também possuem o direito de utilizar o SUS, sem quaisquer ônus. Por outro lado, a tabela de ressarcimento precisa ser razoável, implementada de forma bilateral, alcançando o equilíbrio entre as relações Estado e Planos de Saúde. Quanto à metodologia, será realizada a pesquisa teórico-bibliográfica e documental, através de consultas em doutrinas, artigos científicos, leis, julgados e outras fontes documentais consideradas referenciais lógico-científicos para a construção de análises históricas, jurisprudenciais, teóricas e interpretativas. A pesquisa também será quantitativa, no que tange à análise de dados, cujo objetivo é demonstrar os números que envolvem o repasse realizado na Comarca de Pará de Minas pelo Plano de Saúde da Unimed ao

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela FUIT. Especialização em Direito Processual Constitucional pela FAPAM. Graduação em Direito pela FAPAM.

SUS e também será qualitativa, pois a partir da análise dos dados disponibilizados, será possível aferir os impactos financeiros deste ressarcimento ao usuário do plano.

**Palavras-chave:** Direito à saúde. Sistema Único de Saúde. Saúde Suplementar. Tabela de ressarcimento. Constitucionalidade.

# SEGREGAÇÃO CARCERÁRIA- O FENÔMENO JURÍDICO-SOCIAL DO ENCARCERAMENTO SELETIVO BRASILEIRO

Adriel dos Reis Gonçalves<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[adrielte13@gmail.com](mailto:adrielte13@gmail.com), [francisco.neto@fapam.edu.br](mailto:francisco.neto@fapam.edu.br)

## RESUMO

Com quinhentos e vinte anos de história e trinta e dois anos de Constituição Federal, o Brasil ainda não encontrou o caminho da paz e da justiça social, de fato. O país se afunda em um poço de desigualdade e demonstra a incapacidade de satisfazer os anseios de seu povo. Sobre o mito de pátria igualitária o brasileiro bate no peito e afirma que no país não tivemos um regime segregatório, como nos Estados Unidos da América. Realmente, um mito, pois a diferença encontra-se unicamente na forma como ocorreu. Enquanto no país norte americano houve um processo segregatório declarado, no Brasil, esse processo se manteve de forma velada através de práticas sutis, estruturadas e institucionalizadas, mas agressiva da mesma forma. Neste contexto, tem-se que tantos anos depois da promulgação da nossa vigente Constituição essa prática ainda persiste, visto que as instituições sociais continuam a reproduzir as mesmas práticas discriminatórias, enquanto a sociedade demonstra uma evolução de espírito igualitário e pregam repúdio a qualquer tipo de discriminação, a desigualdade continua a crescer e com ela outros problemas sociais também surgem, como o aumento da pobreza e da violência. O recorte desse estudo é demonstrar, caso haja, a seletividade do sistema penal. Quais fatores externos podem influenciar efetivamente no processo penal acarretando seletividade punitiva e a segregação carcerária? Por meio do método dedutivo este trabalho acadêmico partirá do conceito geral de Segregação Estrutural, fracionando-a em quatro vertentes: a segregação econômica, a socioespacial, a educacional e a carcerária, no qual consiste este aprofundamento, objeto principal dessa produção sistemática. Por fim, é possível constatar se existe uma grande base ideológica influenciando o sistema punitivo brasileiro, o utilizando como mecanismo de controle biossocial, que visaria alcançar somente certos grupos de indivíduos de características específicas, favorecendo a manutenção da chamada hegemonia elitizada. A metodologia utilizada na pesquisa foram as pesquisas teórico-bibliográfica e documental, com a análise de doutrinas, artigos científicos e, também, análise da lei e da jurisprudência, que são considerados referenciais no que tange às análises críticas e históricas que envolvem o tese-problema.

**Palavras-chave:** Carcerária. Desigualdade. Estrutural. Institucionalizada. Segregação.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE. Especialista em Direito pela UCAM. Graduado em Direito pela PUC Minas.

# VIOLÊNCIA DE GÊNERO: A PRÁTICA DO FEMINICÍDIO CONTRA MULHERES TRANS

Grazielle Figueiredo Oliveira Souza<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas - FAPAM

[grafigueiredoos@gmail.com](mailto:grafigueiredoos@gmail.com), [fabricio.veiga@fapam.edu.br](mailto:fabricio.veiga@fapam.edu.br)

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso trata da análise da violência de gênero e a prática de feminicídio contra pessoas trans e a proteção jurídica aplicável. Buscou-se analisar a possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha e demais dispositivos de proteção. A transexualidade é tida como a falta de coincidência entre o sexo anatômico e o sexo psicológico, não sendo uma doença psiquiátrica. A extensão da proteção da Lei Maria da Penha às pessoas transexuais visa atender aos princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade e da proibição do retrocesso social. Não se pode esquecer que as mulheres transexuais participam ao mesmo tempo dos dois maiores grupos de vítimas de violência: mulheres e transexuais. Deste modo, não coaduna com os atuais valores adotados pelo ordenamento jurídico brasileiro deixar de ampará-las com base na Lei Maria da Penha por questões meramente preconceituosas e ultrapassadas, que se relacionam em fatores meramente biológicos. Os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da igualdade não permitem que, embora inexista norma expressa que assegure às mulheres transexuais a proteção conferida pela Lei Maria da Penha, fiquem desamparadas juridicamente, visto que tal situação contraria totalmente os comandos constitucionais, especialmente em relação à vedação de atos discriminatórios. A Lei Maria da Penha e todos os comandos normativos relativos dirigem-se à proteção do gênero feminino, que é considerado mais frágil. Deste modo, não justifica, por questões meramente biológicas, deixar de conferir a mesma proteção àquela que se identifica e comporta-se como pertencente ao gênero feminino.

**Palavras-chave:** Violência doméstica. Mulheres trans. Feminicídio.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-doutor em Educação pela UFMG. Doutorado em Direito Processual pela PUC Minas. Mestre em Direito Processual pela PUC Minas. Especialista em Direito Educacional, Direito Processual e Direito de Família pela PUC MINAS. Graduado em Direito pela UFU.

## A PERCEÇÃO DAS PARTURIENTES SOBRE A ASSISTÊNCIA DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DURANTE O TRABALHO DE PARTO NORMAL

Gustavo Silveira Araújo<sup>1</sup>  
Guilherme Augusto Ferreira da Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[gustavo.silvera@hotmail.com](mailto:gustavo.silvera@hotmail.com), [guilherme.costa@fapam.edu.br](mailto:guilherme.costa@fapam.edu.br)

### RESUMO

O termo humanizar tem significado distinto no momento atual na saúde, no parto, humanizar significa entender os direitos mães e do bebê na assistência. Humanizar é assegurar uma melhor integralidade na assistência para mãe e bebê realizando atendimento necessário forma individualizada. O estudo tem como objetivo verificar o impacto das ações de enfermagem durante a assistência ao trabalho de parto. Visando responder a problemática em questão e atingir os objetivos propostos, foi realizado um estudo de caso em um hospital obstétrico. O estudo pode permitir reflexões sobre o cuidado fornecido à parturiente, buscando modos de cuidar que contribuam para o seu protagonismo. Espera-se, ao mesmo tempo, que o estudo possa auxiliar a equipe de saúde, e não apenas os enfermeiros na avaliação quanto a sua prática profissional e, com isso, possibilitar reflexões sobre a importância de valorizar as singularidades de cada indivíduo que vivencia esse evento, além de formular estratégias para a humanização do cuidado à parturiente e sua família.

**Palavras-Chave:** Parto humanizado; Humanização; Saúde; Enfermagem.

---

<sup>1</sup>Graduado em Enfermagem pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Biotecnologia pela UFSJ. Especialista em Estudos Ambientais para o Meio Biótico pela PUC Minas. Graduado em Ciências Biológicas pela UIT.

# ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA DO PERFIL DE PACIENTES ACOMETIDOS POR INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO NO BRASIL

Júlia Moreira Martins da Silva<sup>1</sup>  
Marlene Santos Rios Castro<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

[juliajubale@gmail.com](mailto:juliajubale@gmail.com), [marlene.castro@fapam.edu.br](mailto:marlene.castro@fapam.edu.br)

## RESUMO

O Infarto Agudo do Miocárdio - IAM representa um grave problema de saúde pública, caracterizado pelo desequilíbrio entre a oferta e a demanda de oxigênio nos miócitos, que levam a necrose tecidual e, conseqüentemente, a disfunção cardíaca de graus variados. Reconhecer o perfil de vítimas do IAM contribui para a ampliação do conhecimento possibilitando estratégias de educação em saúde, melhorando a qualidade e expectativa de vida. Diante disto, esta pesquisa objetivou, principalmente, a análise do perfil de usuários acometidos por IAM no Brasil. A partir desta investigação foram delineados os objetivos secundários diretamente relacionados ao tema proposto, a saber: diferenciar os fatores de risco modificáveis e não modificáveis; correlacionar os gêneros e as características analisadas; e determinar a influência de fatores psicológicos no desencadeamento do IAM. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de revisão integrativa baseando-se essencialmente em 9 referências que foram apresentadas, discutidas e comparadas a outros estudos. Em suma, verificou-se que 83% dos itens analisados constituíam fatores de risco mutáveis, ou seja, passíveis de mudança ou controle, e apenas 17% constituíam fatores imutáveis, não susceptíveis a mudanças. Predominaram na amostra pacientes do sexo masculino, sedentários e tabagistas, de faixa etária entre 60 e 65 anos. Quanto às comorbidades, a Hipertensão Arterial Sistêmica - HAS mostrou-se mais prevalente, enquanto o Diabete Mellitus - DM, se correlacionou com o maior índice de mortalidade. Entre a amostra sobressaíram pacientes acima do peso apresentando valores lipídicos alterados. Na correlação entre gêneros, observou-se que a média de idade de acometimento do IAM é inferior no sexo masculino. Também, foi possível constatar que o consumo de álcool e tabaco é mais comum entre o sexo masculino, enquanto a HAS e alterações lipídicas predominaram no sexo feminino. O IMC e a circunferência de pescoço representaram risco aumentado nos homens, contudo, na circunferência abdominal e de cintura, e na razão cintura estatura e cintura quadril o sexo feminino, estatisticamente, manifestava maior risco. O estresse constituiu como importante queixa associada ao IAM e foi evidenciado que, juntamente com a depressão e ansiedade pode potencializar fatores de risco relacionados aos hábitos prejudiciais à saúde. Por fim, apesar da deficiência de avaliações de alguns aspectos significativos para o desencadeamento do IAM, esta pesquisa revelou tendências

---

<sup>1</sup> Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Especialista em Auditoria em Sistemas de Saúde pela Faculdade São Camilo. Graduada em Enfermagem pela FAPAM.

relevantes que favorecem o rastreamento de possíveis vítimas da doença permitindo intervenções pelos profissionais de saúde, enfatizando a atuação de Enfermagem na promoção de estratégias de educação.

**Palavras-chave:** Fatores de risco. Infarto Agudo do Miocárdio. Perfil.

## ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À SAÚDE DA MULHER PRIVADA DE LIBERDADE

Flaviana Cristina de Carvalho<sup>1</sup>  
Ruth Aparecida Xavier<sup>2</sup>  
Wesley Souza Castro<sup>3</sup>

Faculdade Pará de Minas - FAPAM

[flavinhacris3@gmail.com](mailto:flavinhacris3@gmail.com), [ruthaxavier24@gmail.com](mailto:ruthaxavier24@gmail.com), [wesley.castro@fapam.edu.br](mailto:wesley.castro@fapam.edu.br)

### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a dinâmica e a rotina do serviço de saúde penitenciário por meio de revisão bibliográfica, focado na assistência de Enfermagem à saúde da mulher privada de liberdade, mediante seus direitos como mulher perante a legislação e a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional. Trata-se de uma revisão de literatura expositiva norteada pelos seguintes questionamentos: qual é o papel da enfermagem dentro do sistema prisional na prevenção, promoção e recuperação da saúde da mulher encarcerada, incluindo prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) / Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)? Como os profissionais de Enfermagem procedem mediante às particularidades da mulher inserida neste sistema; e quais as particularidades, a dinâmica e a estrutura do serviço de saúde prisional na assistência à saúde da mulher. Os dados foram coletados por meio da busca nas bases de dados eletrônicas Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) e Google acadêmico, livros, leis e demais impressos, como cadernos e cartilhas do Ministério da Saúde e da Justiça utilizando os seguintes descritores: mulher privada de liberdade, saúde da mulher, sistema carcerário, assistência à saúde no sistema penitenciário, assistência pré-natal, sexualidade, direitos humanos e reprodutivos, gestação e políticas públicas no sistema penitenciário brasileiro. Foram encontrados, 131 documentos sendo eles 108 artigos científicos, 06 leis brasileiras, 05 livros, 03 cartilhas, 06 manuais e 03 portarias, dos quais 52 foram selecionados para análise íntegra e inclusão no referencial teórico deste trabalho de conclusão de curso. Diante da investigação realizada, sobretudo no que se refere aos direitos humanos, sexuais e reprodutivos infere-se, segundo Brasil (2004), que a situação em que se encontram as pessoas privadas de liberdade, refletida, dentre outros fatores, nas práticas de violência, na precariedade de espaço físico e na carência do atendimento à saúde é uma realidade que não se pode negar, visto isso, é notória a necessidade de acesso a serviços de qualidade com garantia dos direitos humanos básicos

---

<sup>1</sup> Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>3</sup> Mestre em Enfermagem pela UFMG. Especialista em Enfermagem do Trabalho pela Faculdade São Camilo. Graduado em Enfermagem pela FUNEDI.

inerentes a cada indivíduo, e contudo, o sistema carcerário ainda hoje é obsoleto de uma atenção holística e preza por uma assistência à saúde fracionada e limitada.

**Palavras-chave:** Enfermagem. Saúde da mulher. Saúde em sistemas prisionais.

# ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE AO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

Eduardo Felipe Mendes Ruas<sup>1</sup>

Niviane Maria Marinho<sup>2</sup>

Wesley Souza Castro<sup>3</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[eduruasemf@gmail.com](mailto:eduruasemf@gmail.com), [nmariamarinho@gmail.com](mailto:nmariamarinho@gmail.com), [wesley.castro@fapam.edu.br](mailto:wesley.castro@fapam.edu.br)

## RESUMO

O aumento da população senil está comprovado por estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU); diante esta inevitável ampliação da população idosa, torna-se indispensável associá-lo à conservação/melhoria da qualidade de vida. A Musicoterapia pode agir como uma das formas de tratamento para a pessoa idosa, buscando a reabilitação e/ou conservação de suas funções cognitivas. O objetivo geral deste trabalho é analisar por meio de pesquisa bibliográfica a musicoterapia no cuidado prestado aos idosos. O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa. A coleta de artigos foi realizada em meios eletrônicos, como Biblioteca virtual em saúde (BVS) e Google Acadêmico. Diante os estudos apresentados, nota-se que a música é indicada pelos profissionais de saúde como ações terapêuticas, preventivas e de reabilitação, permitindo um resultado positivo na melhoria da qualidade de vida dos idosos e na recuperação de doenças. O objetivo deste estudo foi alcançado diante da análise dos benefícios promovidos pela música nos idosos. É preciso utilizar esta prática em prol da melhor qualidade de vida dos mesmos, além de servir para melhorar a memória e realização de atividades cotidianas.

**Palavras chaves:** Atenção Primária a Saúde. Enfermagem. Envelhecimento Populacional.

---

<sup>1</sup> Graduado em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>3</sup> Mestre em Enfermagem pela UFMG. Especialista em Enfermagem do Trabalho pela Faculdade São Camilo. Graduado em Enfermagem pela FUNEDI.

## CUIDADO PALIATIVO NO SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR: OS DESAFIOS DE UMA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL

Giovanna Paula Henriques Silva<sup>1</sup>  
Edson Alexandre de Queiroz<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[gio.paula@hotmail.com](mailto:gio.paula@hotmail.com), [edalexqueiroz@yahoo.com.br](mailto:edalexqueiroz@yahoo.com.br)

### RESUMO

Os cuidados paliativos são definidos segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma medida que tem como foco melhorar a qualidade de vida dos pacientes e de seus familiares, que encaram questões ligadas à enfermidades que colocam em risco a vida. Essa abordagem é realizada por meio da prevenção e alívio da dor, pela percepção precoce, avaliação apropriada e tratamento do sofrimento e de demais problemas físicos, psicossociais e espirituais. O objetivo deste estudo foi determinar as dificuldades de uma equipe multidisciplinar no cuidado paliativo domiciliar em relação às más notícias e morte. Mediante os objetivos e finalidades desse estudo do ponto de vista da abordagem, optou-se por realizar uma pesquisa descritiva de natureza qualitativa e quantitativa. Esta pesquisa permitiu conhecer o perfil dos profissionais do setor pesquisado, que foi amplo e com diversas vivências em ramos diferentes da saúde e com a maior parte dos integrantes com mais de dez anos de profissão, agregando conhecimento e muita experiência para a equipe. A visão sobre o que é a morte para os profissionais mostrou não ser concreta, não referenciando como um processo biológico ou natural, mas de forma abstrata é citada como um descanso. O papel da equipe no cuidado paliativo domiciliar, apesar de alguns não saberem sua função ao certo na terminalidade do paciente, fica evidente que consiste em dar conforto ao paciente, comunicar más notícias, esclarecer dúvidas, qualidade de vida/morte e dar dignidade ao paciente.

**Palavras chaves:** Atenção Primária à Saúde. Enfermeira. Obesidade Infantil. Prevalência.

---

<sup>1</sup> Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutor em Enfermagem pela UFMG. Mestre em Ciências Biológicas pela UFMG. Graduado e licenciado em Enfermagem pela UFMG.

## OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR ENFERMEIROS ATUANTES EM HOSPITAIS FRENTE AO PACIENTE COM DIAGNÓSTICO DE CÂNCER

Alessandra Cristina de Oliveira Silva<sup>1</sup>  
Guilherme Augusto Ferreira da Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[alessandracristina345678@gmail.com](mailto:alessandracristina345678@gmail.com), [guilherme.costa@fapam.edu.br](mailto:guilherme.costa@fapam.edu.br)

### RESUMO

Evidentemente, o número de diagnósticos de câncer no Brasil vem crescendo de modo significativo nos últimos anos, contribuindo grandemente para o aumento do índice demográfico do coeficiente de mortalidade, sendo uma doença que muitas vezes atemoriza os que são acometidos por ela e os que estão por perto. Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo identificar quais as dificuldades que os enfermeiros de hospitais encontram perante o paciente diagnosticado com câncer. Abordaremos os aspectos históricos de evolução e tratamento, além de destacar a importância da Enfermagem no acompanhamento do paciente no processo de enfrentamento da doença. Analisamos por meio de pesquisa qualitativa, através da plataforma digital pelo Google Formulários, expondo através de quadros, os resultados da pesquisa. Consideramos de suma importância os enfermeiros se conscientizarem que, como eles estão diretamente ligados aos cuidados desses pacientes, exercem grande influência no decorrer da hospitalização, sendo necessário oferecer um atendimento humanizado e digno a cada um dos que necessitarem.

**Palavras chaves:** Câncer. Cuidados. Diagnósticos. Enfermeiros.

---

<sup>1</sup>Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Biotecnologia pela UFSJ. Especialista em Estudos Ambientais para o Meio Biótico pela PUC Minas. Graduado em Ciências Biológicas pela UIT.

# PERFIL CLÍNICO E SOCIODEMOGRÁFICO DOS PACIENTES EM USO DE HIPODERMÓCLISE ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE ATENÇÃO DOMICILIAR DE PARÁ DE MINAS

Dianna Castro Resende<sup>1</sup>  
Rafaella Luísa Henriques Branco<sup>2</sup>  
Edson Alexandre de Queiroz<sup>3</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[diannacastro11@outlook.com](mailto:diannacastro11@outlook.com), [raluisa97@gmail.com](mailto:raluisa97@gmail.com), [edalexqueiroz@yahoo.com.br](mailto:edalexqueiroz@yahoo.com.br)

## RESUMO

A hipodermóclise é a técnica de infusão de fluídos e medicamentos pela via subcutânea. Muitos profissionais de enfermagem desconhecem essa técnica e suas vantagens e, no entanto, é de suma importância que toda equipe multidisciplinar tenha conhecimento deste procedimento. Contudo, é necessário que o enfermeiro possua este conhecimento de forma mais abrangente, para que possa avaliar a necessidade ou não da utilização da técnica, concedendo ao paciente um tratamento mais amplo e humanizado, oferecendo um conforto maior durante o processo. O estabelecimento dos objetivos gerais se deu por meio do perfil clínico e sociodemográfico dos pacientes com hipodermóclise atendidos pelo Serviço de Atenção Domiciliar da cidade de Pará de Minas-MG. A metodologia fundamenta-se em estudo de caso baseado em documentação, a partir de método monográfico de caráter qualitativo e quantitativo. Foram utilizados dados ou categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores, devidamente registrados, e como método, utilizou-se do monográfico e de metodologia qualitativa. Foram analisados os prontuários no intervalo de novembro de 2018 a fevereiro de 2020 e, neste contexto, encontramos dez pacientes que fizeram uso deste procedimento. Destes prontuários encontrados, os seguintes aspectos na pesquisa foram analisados: identificação, idade, dispositivo de punção, uso de medicação e/ou fluido administrados pela via, patologias, e inadequações técnicas e de registro dos prontuários. Apesar de 90% dos prontuários apresentarem evolução incompleta do tratamento prestado ao paciente, todas as informações que continham de forma clara estes dados estavam dentro dos artigos e manuais estudados, ou seja, foram feitos de forma correta. A partir deste estudo certificamos a importância do registro completo no prontuário do paciente, para a continuidade do cuidado e segurança do mesmo, visando diminuir total ou parcialmente os eventos adversos e danos à saúde do paciente, facilitando a comunicação não verbal entre a equipe multiprofissional.

<sup>1</sup> Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>3</sup> Doutor em Enfermagem pela UFMG. Mestre em Ciências Biológicas pela UFMG. Graduado e licenciado em Enfermagem pela UFMG.

**Palavras chaves:** Atenção Domiciliar. Hipodermóclise. Via Subcutânea.

## PREVALÊNCIA DE SOBREPESO E OBESIDADE EM UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FLORESTAL-MG

Ana Cláudia Oliveira Silva<sup>1</sup>  
Edson Alexandre de Queiroz<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[98anaoliveira.s@gmail.com](mailto:98anaoliveira.s@gmail.com), [edalexqueiroz@yahoo.com.br](mailto:edalexqueiroz@yahoo.com.br)

### RESUMO

O presente estudo é uma pesquisa descritiva e analítica de corte transversal com o objetivo de avaliar a prevalência da obesidade infantil em uma UBS do município de Florestal. Os dados armazenados no Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) fornecidos pela UBS foram comparados à classificação da curva de crescimento da OMS de 2006. Ao verificar a prevalência de excesso de peso na população, sugere-se que medidas preventivas sejam buscadas para problema. De acordo com o Ministério da Saúde, a obesidade é decorrente do acúmulo de gordura no organismo, que está associada a riscos para a saúde, devido à relação com várias doenças metabólicas e sua causa está relacionada a questões biológicas, históricas, ecológicas, econômicas, sociais, culturais e políticas. A OMS de 2014 estima um valor de prevalência de obesidade no Brasil de 7,3%. Segundo os dados fornecidos pela gerência da UBS do município, 168 crianças estavam cadastradas e em acompanhamento pelo serviço de nutrição. Destas, 11 crianças apresentaram peso elevado para a idade (sobrepeso/obesidade). A prevalência observada encontra-se em apenas um terço do esperado segundo relatório da OMS de 2014, sendo representada por 2,41%. A profissional de nutrição relata que mães/pais não aderem e não participam das consultas de avaliação e grupos operativos com os seus filhos, resultando na falta de ações voltadas a prevenção, controle e tratamento da obesidade. Dessa forma, infere-se que a prevenção e a busca ativa são medidas mais efetivas e seguras no controle da obesidade, sendo o exemplo dos pais de suma importância. A baixa prevalência de excesso de peso no estudo deve-se ao controle da alimentação realizada pelos pais, o que não ocorre com as crianças acima de 5 anos e adolescentes, os quais já gozam de certa autonomia a preferências alimentares. O controle da obesidade deve ser realizado com uma equipe multidisciplinar para a implementação da reeducação alimentar e orientações quanto a atividades físicas e apoio emocional. Quando o paciente é diagnosticado com obesidade, este é encaminhado para uma consulta nutricional, realizada individualmente, com dieta e acompanhamento de acordo com a sua necessidade, associada ao encaminhamento para grupos de atividades físicas. A enfermeira participa efetivamente dos grupos operativos, ministrando palestras e atividades dinâmicas;

---

<sup>1</sup> Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Doutor em Enfermagem pela UFMG. Mestre em Ciências Biológicas pela UFMG. Graduado e licenciado em Enfermagem pela UFMG.

auxilia na montagem de cronogramas e na organização dos grupos operativos para a escala da equipe envolvida; encaminha pacientes para consulta nutricional por intermédio das consultas de enfermagem. Estratégias que ultrapassem a intrasetorialidade do setor de saúde são necessárias e, para isso, é fundamental à inclusão da intersetorialidade com a adequação cultural, social e econômica da alimentação e não apenas nutricional. A finalidade do estudo é facilitar na aplicação de condutas para o bem estar da criança, para que as equipes de saúde desenvolvam estratégias de prevenção e detecção precoce da obesidade infantil, tornando o tratamento eficaz. A partir dos resultados, pode observar que as medidas foram eficientes, por meio de acompanhamento nutricional, mudanças alimentares e com promoção de atividades físicas, pela equipe multidisciplinar.

**Palavras chaves:** Atenção Primária à Saúde. Enfermeira. Obesidade Infantil. Prevalência. Prevenção.

# REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O USO DA MUSICOTERAPIA NO CUIDADO PRESTADO AO IDOSO

Letícia Lacerda Santos<sup>1</sup>  
Marlene Santos Rios Castro<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[leticialacerdasantos@live.com](mailto:leticialacerdasantos@live.com), [marlene.castro@fapam.edu.br](mailto:marlene.castro@fapam.edu.br)

## RESUMO

O aumento da população senil está comprovado por estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU); diante esta inevitável ampliação da população idosa, torna-se indispensável associá-lo à conservação/melhoria da qualidade de vida. A Musicoterapia pode agir como uma das formas de tratamento para a pessoa idosa, buscando a reabilitação e/ou conservação de suas funções cognitivas. O objetivo geral deste trabalho é analisar por meio de pesquisa bibliográfica a musicoterapia no cuidado prestado aos idosos. O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa. A coleta de artigos foi realizada em meios eletrônicos, como Biblioteca virtual em saúde (BVS) e Google Acadêmico. Diante os estudos apresentados, nota-se que a música é indicada pelos profissionais de saúde como ações terapêuticas, preventivas e de reabilitação, permitindo um resultado positivo na melhoria da qualidade de vida dos idosos e na recuperação de doenças. O objetivo deste estudo foi alcançado diante da análise dos benefícios promovidos pela música nos idosos. É preciso utilizar esta prática em prol da melhor qualidade de vida dos mesmos, além de servir para melhorar a memória e realização de atividades cotidianas.

**Palavras chaves:** Musicoterapia. Idosos. Enfermagem.

---

<sup>1</sup>Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Especialista em Auditoria em Sistemas de Saúde pela Faculdade São Camilo. Graduada em Enfermagem pela FAPAM.

## SÍFILIS NA GESTAÇÃO: RISCOS MATERNOS E PERINATAIS

Aline Samara Sousa de Resende<sup>1</sup>  
Juliana Almeida Menezes Moreira<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[alinecel99741845@gmail.com](mailto:alinecel99741845@gmail.com), [juliana.menezes@fapam.edu.br](mailto:juliana.menezes@fapam.edu.br)

### RESUMO

A Sífilis é uma doença causada pelo *Treponema Pallidum* e que atinge milhões de pessoas ao redor do mundo segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS e sua transmissão se dá por contato sexual sem o uso de proteção ou por contato direto com a lesão, além de poder ser transmitida de mãe para filho (congênita). A sífilis congênita é uma infecção evitável, pois este caso representa uma falha do sistema público de saúde. Os profissionais de saúde, principalmente os enfermeiros, sabem o que deve ser feito para prevenir a sífilis congênita e suas complicações, seja por meio da realização de consultas de enfermagem pré-natal e o aconselhamento, e seguimento das pacientes gestantes, cujo teste de Venereal Disease Research Laboratory - VDRL for positivo. Este estudo é uma revisão de literatura direcionada pela revisão bibliográfica sistematizada abordando o tema Sífilis na Gestação: riscos maternos e perinatais, com o objetivo de verificar a adesão das mães portadoras da infec o que concluem o tratamento até o final da gesta o, analisando anomalias perinatais decorrente sífilis, identificando a eficácia da assistência de enfermagem na preven o e controle da sífilis cong nita. Os principais resultados visam evidenciar a assistência de enfermagem por meio da aten o primária, proporcionando um bom acolhimento no pré-natal e orientando uma popula o leiga sobre as Infec es Sexualmente Transmissíveis - ISTs. A oferta de serviços de assistência pré-natal altera os desfechos das gesta es e, a sua ausência, pode elevar a mortalidade perinatal. Desta forma, a garantia de um número mínimo de consultas de pré-natal pode não ser suficiente para assegurar uma assistência de qualidade, ou evitar uma série de complica es   saúde materna e de seu beb . Para garantir a agilidade no diagnóstico e tratamento de sífilis na sua confirma o e na contabiliza o, o número de testes de VDRL realizados no pré-natal   o indicador importante que mede a qualidade da assistência da equipe de enfermagem.

**Palavras chaves:** Ciência. Enfermagem. Humano. Infec o. Sífilis.

---

<sup>1</sup> Graduada em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Especialista em Enfermagem do Trabalho pela Faculdade São Camilo. Graduada em Enfermagem pela UNIPAC.

## SÍLICA DE ARDÓSIA, O PERIGO DA SILICOSE

Wenes Paulo de Oliveira<sup>1</sup>  
Guilherme Augusto Ferreira da Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[paulo.wenes@yahoo.com.br](mailto:paulo.wenes@yahoo.com.br), [guilherme.costa@fapam.edu.br](mailto:guilherme.costa@fapam.edu.br)

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os perigos da silicose, uma doença causada pela inalação de partículas de poeira de ardósia, para que trabalhadores e empresas tenham conhecimento dos malefícios da doença e tomem as medidas necessárias de proteção e tratamento da silicose. Uma vez tendo este conhecimento fica mais fácil evitá-la. A intensidade de mudanças no meio empresarial tem sido desafiador para as pessoas que compõem o universo organizacional. Pois as organizações possuem identidades próprias, caracterizando assim seu meio cultural de relações e trabalhos. Com a realização deste trabalho espera-se uma redução de casos de silicose no município.

**Palavras chaves:** Ardósia. Doença. Silicose.

---

<sup>1</sup> Graduado em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Biotecnologia pela UFSJ. Especialista em Estudos Ambientais para o Meio Biótico pela PUC Minas. Graduado em Ciências Biológicas pela UIT.

## A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO DE FALA E DE ESCUTA NA EDUCAÇÃO FORMAL PARA A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DOS ADOLESCENTES

Talia Madalena de Oliveira<sup>1</sup>  
Ana Luiza Brandão Leal Oliveira<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[taliamadalena@gmail.com](mailto:taliamadalena@gmail.com), [analuiza.brandao@fapam.edu.br](mailto:analuiza.brandao@fapam.edu.br)

### RESUMO

Este artigo teve como objetivo compreender a relevância dos espaços de fala e de escuta na educação formal como fator promotor do desenvolvimento da identidade dos adolescentes. A realização deste estudo ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica, sendo consultados materiais científicos, artigos e livros, que contemplavam o tema. O enfoque que contribuiu para o desenvolvimento desta pesquisa foi a Teoria Sócio-Histórica, com colaborações de Lev Vygotsky elucidando questões sobre a linguagem e a mediação, Ana Bock discorrendo sobre a adolescência, a escola e a influência do contexto social na constituição do indivíduo, dentre outros autores importantes para as discussões tecidas. A partir dos resultados obtidos por meio desse trabalho é possível verificar a importância de espaços nas escolas que possibilitem ao adolescente falar sobre si e o outro. Para além disso, constatou-se que esse local destinado às trocas intersubjetivas atua como fator promotor na construção da identidade do jovem.

**Palavras-chave:** Adolescentes. Educação formal. Espaço de fala. Identidade.

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia pela UFSJ. Especialista em Gestão de Pessoas pela PUC Minas. Graduada em Psicologia Integral pela UFSJ.

# A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL NA ADOLESCÊNCIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO NA VIDA ADULTA

Ludyane Araújo dos Santos <sup>1</sup>  
Natália Nunes Scoralick-Lempke <sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

[ludyanearaujo@hotmail.com](mailto:ludyanearaujo@hotmail.com), [natalia.scoralick@fapam.edu.br](mailto:natalia.scoralick@fapam.edu.br)

## RESUMO

A Orientação Profissional (OP) na adolescência visa orientar e auxiliar o jovem a refletir sobre si e as profissões, ajudando-o na compreensão de sua situação específica de vida, incluindo aspectos sociais, familiares e pessoais. Trata-se de um processo que facilita a escolha profissional, baseando no conhecimento de si e das profissões, preparando o indivíduo para uma decisão assertiva. Neste contexto, a Orientação Profissional é uma estratégia de auxílio ao adolescente que deseja escolher a graduação, que posteriormente o levará a inserção no mercado de trabalho. Considerando o exposto, foi realizada uma pesquisa exploratória de base bibliográfica, com intuito de evidenciar a importância da OP com adolescentes, anterior a sua inserção em uma graduação. Constata-se que, fazendo o curso superior que gosta, o jovem tem mais satisfação, aproveita melhor as oportunidades e, conseqüentemente, possui mais chances de inserção no mercado de trabalho. O atual mercado de trabalho tem sido cada vez mais rigoroso para efetivar uma contratação e, para que um adolescente se torne um profissional de sucesso e construa uma grande carreira, a sua dedicação, modo de ser e agir se tornam extremamente relevantes. O envolvimento no trabalho será mais efetivo se a escolha do curso superior for assertiva. Estudos empíricos sobre o tema são sugeridos para avanços neste importante campo de atuação da Psicologia.

**Palavras-chave:** Escolha; Adolescência; Orientação Profissional; Tomada de decisão.

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela UFMG. Mestre em Psicologia pela UFJF. Graduada em Psicologia pela UFJF.

# A PERCEÇÃO DOS IDOSOS SOBRE O ENVELHECIMENTO: IMPACTOS DE UMA INTERVENÇÃO EMBASADA PELA PSICOLOGIA POSITIVA

Natália Souza Cordeiro <sup>1</sup>  
Natália Nunes Scoralick-Lempke <sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

[ncordeiroa1@gmail.com](mailto:ncordeiroa1@gmail.com), [natalia.scoralick@fapam.edu.br](mailto:natalia.scoralick@fapam.edu.br)

## RESUMO

Verifica-se o crescente número de idosos no Brasil e as projeções indicam que esse número aumentará ainda mais, o que têm indicado a necessidade de cuidado para com essa população. É necessário buscar estratégias que contribuam para o desenvolvimento saudável do indivíduo na velhice. A Psicologia Positiva, um campo novo na Psicologia com foco na promoção do bem-estar dos indivíduos por meio de suas potencialidades, pode ser utilizada para implementação dessas estratégias. O presente estudo analisou se uma intervenção psicossocial embasada na Psicologia Positiva poderia contribuir para a satisfação com a vida e para uma percepção positiva dos idosos sobre seu processo de envelhecimento. Especificamente, buscou-se compreender como os idosos se percebem ao envelhecer e analisar as perdas e ganhos no processo de envelhecimento a partir da percepção dos idosos. Trata-se de um estudo exploratório, de base quantitativa e qualitativa. A amostra foi constituída por um grupo de oito idosos participantes do projeto que se enquadra na modalidade Universidade Aberta para a Terceira Idade (UnATI). Verificou-se alguns ganhos na avaliação dos idosos sobre o processo de envelhecimento e velhice. No pós-teste, os idosos refletiram sobre um número maior de variáveis, o que demonstra uma visão mais equilibrada sobre a própria vida. Compreende-se que os resultados sobre satisfação com a vida não foram tão expressivos, pois os participantes já iniciaram as atividades com índices muito elevados. Entretanto, o projeto pode ter contribuído para a manutenção de uma avaliação positiva acerca dos domínios avaliados. Outros estudos com amostras mais heterogêneas são sugeridos.

**Palavras-chave:** Envelhecimento. Percepção dos idosos. Intervenção Psicossocial. Psicologia Positiva

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela UFMG. Mestre em Psicologia pela UFJF. Graduada em Psicologia pela UFJF.

## ACIDENTES DE TRABALHO: O FAZER DA PSICOLOGIA FRENTE A ESSE PROBLEMA

Polyana Teixeira Rosa Gonçalves<sup>1</sup>  
Natália Nunes Scoralick-Lempke<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

[rosapolyana@hotmail.com](mailto:rosapolyana@hotmail.com), [natalia.scoralick@fapam.edu.br](mailto:natalia.scoralick@fapam.edu.br)

### RESUMO

Neste estudo, objetivou-se compreender a contribuição da Psicologia para a prevenção de acidentes de trabalho e promoção da saúde do trabalhador, visando fornecer elementos para a prática dos profissionais que lidam nas organizações. O início da Psicologia Organizacional deu-se na Primeira Guerra Mundial; naquela época, por meio da testagem psicológica, buscava encontrar soldados com habilidades condizentes às funções que seriam desempenhadas. Atualmente, a Psicologia Organizacional e do Trabalho volta-se às questões de recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento de pessoal, entre outras atividades. Justifica-se a realização dessa pesquisa devido ao compromisso social da Psicologia na promoção da saúde das pessoas e não apenas em ações curativas. A presente pesquisa bibliográfica evidenciou a necessidade de uma atuação multidisciplinar entre segurança do trabalho e recursos humanos para a prevenção dos acidentes, bem como a participação dos demais setores da organização. Verifica-se que a Psicologia poderá contribuir com o desenvolvimento de treinamentos e programas de valorização e reconhecimento do colaborador reduzindo consideravelmente os acidentes de trabalho. Sugestões para estudos futuros são oferecidas.

**Palavras-chave:** Acidentes de Trabalho. Organizações. Psicologia. Promoção da Saúde.

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela UFMG. Mestre em Psicologia pela UFJF. Graduada em Psicologia pela UFJF.

# AGRESSIVIDADE INFANTIL À LUZ DA LUDOTERAPIA CENTRADA NA PESSOA, PSICOTERAPIA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL E GESTALT-TERAPIA

Milene Gomes Silva<sup>1</sup>  
Ana Cláudia Bernardes Guimarães<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

[milenesabinons@gmail.com](mailto:milenesabinons@gmail.com), [anaclaudia.guimaraes@fapam.edu.br](mailto:anaclaudia.guimaraes@fapam.edu.br)

## RESUMO

A agressividade infantil é um tema contemporâneo que afeta a qualidade de vida não apenas das crianças como dos adultos que as cercam seja no convívio familiar, escolar ou social. Este estudo objetiva compreender como as abordagens Humanista, Fenomenológico-existencial e Gestalt-terapia compreendem a agressividade na infância e contribuem com o acompanhamento psicológico de crianças com expressões agressivas. Para tanto, buscou-se por meio da pesquisa bibliográfica coleta de dados a partir dos quais utilizou-se análise de conteúdo. Apreendeu-se como resultados: a compreensão da agressividade infantil na visão da Ludoterapia Centrada na Pessoa, da Psicologia Fenomenológico-existencial e da Gestalt-terapia são semelhantes sobre a agressividade infantil, entendida como uma forma que a criança encontra para reagir a um contexto que a hostiliza ou que empreende cobranças exacerbadas. Quanto à condução clínica, as três abordagens estudadas concordam que o brincar é a melhor forma de expressão infantil é preciso propiciar relação e intervenções terapêuticas de modo a auxiliar a criança a desenvolver suas potencialidades e que a participação da família no processo terapêutico é essencial. Por fim, percebeu-se que as abordagens se diferenciam mais em função dos conceitos utilizados do que no modo de se conduzir o processo psicoterápico, embora a Ludoterapia Centrada na Pessoa se diferencie das demais por ser menos diretiva.

**Palavras-chave:** Psicologia Humanista. Psicologia Fenomenológico-existencial. Gestalt-Terapia.

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia pela UFMG. Especialista em Psicologia Clínica pela FEAD. Graduação em Psicologia pela UFMG.

# AS IMPLICAÇÕES DA TRANSMISSÃO NO ATO DE EDUCAR: UM ESTUDO PSICANALÍTICO

Fernando Franco Lopes<sup>1</sup>  
Marcelo Gonçalves Campos<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

[fernandofrancopsi@gmail.com](mailto:fernandofrancopsi@gmail.com), [marcelo.campos@fapam.edu.br](mailto:marcelo.campos@fapam.edu.br)

## RESUMO

A psicanálise e a educação, juntamente com a política, são consideradas por Freud profissões impossíveis, visto que não se pode controlar ou antecipar os seus efeitos no sujeito. Partindo deste ponto de tangenciamento, o presente artigo, por meio tanto de pesquisa bibliográfica quanto da teoria psicanalítica, busca investigar o que sustenta o impossível no ato de educar. A aposta é de que há, na educação, algo para além do ensino conteudista, o que pode ser pensando a partir do conceito de transmissão. Cabe ressaltar, que não se trata aqui de uma aplicação da teoria analítica na prática de professores, e sim de uma proposta de interlocução entre dois campos de conhecimento.

**Palavras-chave:** Educação. Pedagogia. Psicanálise. Transmissão.

---

<sup>1</sup> Graduado em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia pela UFSJ. Especialista em Teoria Psicanalítica pela UFMG. Graduado em Psicologia pela UEMG.

# AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS NO ENSINO SUPERIOR: POSSÍVEIS IMPACTOS NO RENDIMENTO ACADÊMICO

Jaqueline Aparecida dos Santos <sup>1</sup>  
Ana Luisa Silva Ribeiro <sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

[jaquelinesantos@parademinas.mg.gov.br](mailto:jaquelinesantos@parademinas.mg.gov.br), [analuisa.ribeiro@fapam.edu.br](mailto:analuisa.ribeiro@fapam.edu.br)

## RESUMO

Esse trabalho buscou conhecer a opinião de estudantes universitários a respeito da importância das relações interpessoais no ambiente acadêmico e os possíveis impactos nos seus respectivos rendimentos. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito discentes da Escola de Saúde da Faculdade de Pará de Minas-FAPAM, procurando conhecer se a qualidade das relações poderia interferir nos estados de saúde emocional e no aprendizado dos alunos. Utilizou-se como ferramenta de análise o método de Análise de Conteúdo (BARDIN), com o embasamento teórico no estudo dos Existenciais de Martin Heidegger, que trata dos conceitos Ser-no-mundo e Ser-com, onde o sujeito só pode existir no mundo e com o outro; de Ludwig Binswanger, com especial atenção ao Ser-no-mundo e às relações de reciprocidade e dialógica do Ser-com-o-outro; e também as contribuições de Viktor Frankl e a Logoterapia (Terapia do Sentido). Como contextualização sócio-histórica foi utilizado o estudo de Zygmunt Bauman sobre as relações humanas da pós-modernidade. Após a análise dos dados, apesar de as relações terem sido consideradas satisfatórias, o entendimento da noção de conflito como uma das formas de desenvolvimento humano não foi alcançado pelos participantes e ficaram evidenciadas questões relacionadas às características de traços de personalidade, fazendo-se necessário, portanto, uma pesquisa aprofundada na busca da compreensão do conflito, bem como dos traços de personalidade no estabelecimento e manutenção das relações. Neste trabalho, foi também evidenciado que a ação dos docentes voltada para o desenvolvimento de um ambiente com interações positivas é de especial relevância para a obtenção de um rendimento acadêmico satisfatório.

**Palavras-chave:** Relações Interpessoais. Rendimento Acadêmico. Saúde Emocional

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia pela PUC Minas. Graduada em Psicologia pela FUMEC.

## ASPECTOS DA ATUALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA DEPRESSÃO E PARA O USO DESENFREADO DE ANTIDEPRESSIVOS

Graziele Martins Araújo Chagas<sup>1</sup>  
Eunaihara Ligia Lira Marques<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

[grazielemartins004@gmail.com](mailto:grazielemartins004@gmail.com), [eunaihara.marques@fapam.edu.br](mailto:eunaihara.marques@fapam.edu.br)

### RESUMO

A depressão, conhecida atualmente como um transtorno mental, é compreendida como um estado de humor alterado e decorrente de fatores biopsicossociais e acomete grande parte da população. Geralmente o tratamento é realizado por meios de psicoterapias e de psicofármacos. Porém, o uso de medicamentos, para além de tratamentos de problemas mentais também vem aumentando consideravelmente. Dessa maneira, o presente estudo possui objetivo de apresentar possíveis aspectos da atualidade que interferem e contribuem para o desenvolvimento da depressão e para o uso ampliado de antidepressivos. Para isso, buscou-se compreensões a partir de pesquisas de cunho bibliográfico. Neste sentido, a literatura aponta que há possibilidades de se fazer relações significativas de aspectos contemporâneos com o adoecimento psíquico, bem como o uso desenfreado de remédios para depressão. Dessa maneira, compreende-se que aspectos do imediatismo e do consumismo impostos pela sociedade podem estar na origem dessas questões.

**Palavras-chave:** Antidepressivos. Atualidade. Consumo. Depressão

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Saúde pelo IAMSPE. Mestre em Psicologia pela UFMG. Especialista em Neuropsicologia pela FACINTER. Graduada em Psicologia pela FSA.

## ASPECTOS FAVORÁVEIS DA MODERNIDADE PARA O AUMENTO DO TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA

Júlia Nogueira Costa Moreira<sup>1</sup>  
Eunaihara Ligia Lira Marques<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

[julia\\_nogueira@hotmail.com](mailto:julia_nogueira@hotmail.com), [eunaihara.marques@fapam.edu.br](mailto:eunaihara.marques@fapam.edu.br)

### RESUMO

A ansiedade é um sentimento normal e esperado para a condição humana. Entretanto, sabemos que existe, atualmente, uma alta prevalência de pessoas acometidas pela ansiedade, que chegam a desenvolver prejuízos significativos no seu dia a dia, o que leva a uma condição de adoecimento e de possíveis diagnósticos de transtornos. Dessa maneira, o presente estudo se propõe a compreender e evidenciar alguns fatores e aspectos atuais que favoreçam o aumento e o surgimento do Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG). Para isso, realizou-se pesquisas bibliográficas, estabelecendo uma articulação breve com autores renomados das áreas da Psicologia e Sociologia. Contudo, foi possível observar que a modernidade apresenta elementos que se correlacionam e favorecem o desenvolvimento do TAG. Porém, uma vez instalado, há possibilidades de tratamento, que são oferecidas por profissionais especializados. Por fim, acredita-se que a compreensão do contexto atual, apresentada em partes pelo estudo, possa resultar também em medidas de combate e enfrentamento do transtorno.

**Palavras-chave:** Consumo. Modernidade. Transtorno de Ansiedade Generalizada

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Saúde pelo IAMSPE. Mestre em Psicologia pela UFMG. Especialista em Neuropsicologia pela FACINTER. Graduada em Psicologia pela FSA.

## CONDIÇÕES INADEQUADAS DE EXISTÊNCIA E VAZIO EXISTENCIAL: REFLEXÕES ACERCA DO SUICÍDIO

Barbara Santos Curvelo<sup>1</sup>  
Natalia Nunes Scoralick-Lempke<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[curvelobarbara0@gmail.com](mailto:curvelobarbara0@gmail.com), [natalia.scoralick@fapam.edu.br](mailto:natalia.scoralick@fapam.edu.br)

### RESUMO

O presente estudo bibliográfico tem como objetivo discutir o suicídio a partir do conceito de Vazio Existencial, proposto por Viktor Frankl, considerando as características da sociedade moderna. Foram pesquisados livros e artigos científicos da plataforma Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia e no Google Acadêmico. Os índices de tentativas e suicídios consumados estão cada vez mais altos, tornando-se atualmente um problema de saúde pública no Brasil. Verifica-se que características presentes na modernidade têm afetado a subjetividade das pessoas, de modo a contribuir com esse aumento das taxas de autoextermínio. A lógica do imediatismo e do prazer temporário contribuem para que o ser humano experiencie o desespero, levando-o ao que a logoterapia denomina de Vazio Existencial. Quando o sentido na vida não é encontrado, quando de alguma forma o sujeito não consegue encontrar significado em suas vivências de forma a tornar sua existência algo único e singular, o suicídio pode se tornar uma possibilidade, uma maneira desesperadora para aliviar o sofrimento. Conclui-se que a modernidade propicia experiências muito solitárias e patológicas, contribuindo para o vazio existencial. Entretanto, mesmo em um contexto tão adverso, é possível encontrar o sentido da vida, pois este deve ser buscado no próprio indivíduo e não no meio ao qual se encontra tão adoecido. Assim, estratégias que orientem a busca pelo sentido da vida podem contribuir como um fator preventivo ao suicídio.

**Palavras-chave:** Vazio Existencial; Sentido da Vida; Suicídio.

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia Social pela PUC Minas. Graduada em Psicologia pela PUC Minas.

# FRAGILIDADES DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO DE PORTE E POSSE DE ARMAS

Karem Pereira Martins<sup>1</sup>  
Alessandra Duarte de Oliveira<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[karenmartins.km@gmail.com](mailto:karenmartins.km@gmail.com), [alessandra.oliveira@fapam.edu.br](mailto:alessandra.oliveira@fapam.edu.br)

## RESUMO

Este trabalho trata das fragilidades da Avaliação Psicológica (AP) e da atuação do profissional psicólogo no contexto de porte e posse de armas de fogo no Brasil. Realizou-se uma revisão teórica da literatura com base em artigos e materiais que em seu título e/ou corpo fizessem referência à avaliação psicológica para porte e/ou posse de armas. Diante da escassez de material relacionado ao tema, optou-se pela pesquisa de palavras-chave com maior abrangência e sem limitações quanto ao período de publicação. Para abordar a temática, o estudo inicialmente desenvolveu o conceito de avaliação psicológica e traçou um breve percurso histórico; em seguida, traçou a função, contribuição e limitações da avaliação psicológica no contexto de porte e posse de armas de fogo. Posteriormente, investigou as limitações ligadas ao desempenho do profissional psicólogo frente a tal atuação. Considera-se que, até então, são escassas as pesquisas referentes à avaliação psicológica voltada para o contexto de porte/posse de armas de fogo, apontando uma temática que ainda demanda maior aprofundamento por meio de pesquisas científicas.

**Palavras-chave:** Avaliação Psicológica. Limitações da Avaliações Psicológica. Porte de armas. Posse de armas. Psicólogo na Prática da Avaliação Psicológica.

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Administração pela UNA. Especialista em Avaliação e Diagnóstico Psicológico pela PUC Minas. Graduada em Psicologia pela PUC Minas.

## (INTER)SUBJETIVIDADE NA SOCIEDADE HIPERMODERNA: CONTRIBUIÇÕES DE VIKTOR FRANKL E MAURICE MERLEAU-PONTY

Gustavo de Castro Oliveira<sup>1</sup>  
Ana Cláudia Bernardes Guimarães<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[gustavo.castro66@hotmail.com](mailto:gustavo.castro66@hotmail.com), [anaclaudia.guimaraes@fapam.edu.br](mailto:anaclaudia.guimaraes@fapam.edu.br)

### RESUMO

A sociedade contemporânea tem se transformado cada vez mais em função do consumo e do desenvolvimento de tecnologias, que gera impactos tanto positivos quanto negativos na vida subjetiva e social. Nesta perspectiva, o presente trabalho busca, mediante ensaio teórico, compreender a sociedade contemporânea, partindo das teorizações de Gilles Lipovetsky e reflexões à luz de Viktor Frankl e Maurice Merleau-Ponty. Como resultado, apreendeu-se que a hipermodernidade, marcada pelo individualismo, busca pelo sucesso, culto ao corpo “perfeito”, fragilidade e superficialidade das relações, contribui para vivências de vazio existencial; o corpo precisa ser compreendido para além da materialidade, sendo uma expressão de integralidade do ser-no-mundo; a ética das relações coincide com o autocuidado e é alicerçada na cooperação e compromisso com o contexto social. Por fim, evidenciou-se a importância da consideração acerca da corporeidade no processo psicoterápico como forma de acesso à sabedoria corporal, bem como contribuições do posicionamento do psicólogo de modo a favorecer a ética da intersubjetividade como fundamento da realização pessoal-interpessoal.

**Palavras-chave:** Consumismo. Fenomenologia. Hipermodernidade. Intersubjetividade

---

<sup>1</sup> Graduado em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia pela UFMG. Especialista em Psicologia Clínica pela FEAD. Graduação em Psicologia pela UFMG.

## OS BENEFÍCIOS DA CINOTERAPIA NO ÂMBITO DA SAÚDE MENTAL

Poliana Lara de Paiva Pereira<sup>1</sup>  
Natália Nunes Scoralick-Lempke<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[polianalara@gmail.com](mailto:polianalara@gmail.com), [natalia.scoralick@fapam.edu.br](mailto:natalia.scoralick@fapam.edu.br)

### RESUMO

O presente artigo analisou os benefícios da Cinoterapia no âmbito da saúde mental. Trata-se de uma modalidade da Terapia Assistida por Animais (TAA) que utiliza o cão como instrumento. Realizou-se um estudo bibliográfico tendo como objetivos específicos compreender os pontos positivos e negativos da Cinoterapia, bem como em quais contextos pode ser utilizada. Além disso, buscou-se elucidar como essa modalidade terapêutica pode ser aliada às intervenções no âmbito da Psicologia. Verificou-se que a Cinoterapia é uma técnica inovadora que visa estimular o desenvolvimento humano e incentivar a relação homem e cão, contribuindo para a saúde física, cognitiva, social e funcional, necessárias para o desenvolvimento biopsicossocial saudável. Em relação aos benefícios da Cinoterapia para a saúde mental, fica evidente que a referida técnica traz consigo aspectos importantes de humanização, promoção e recuperação à saúde, propiciando uma descontração dos ambientes, minimizando a pressão cotidiana. Também constitui uma ferramenta facilitadora da comunicação e das relações entre os profissionais, praticantes e seus familiares. Conclui-se que a Cinoterapia apresenta benefícios no tratamento de patologias diversas e comportamentos indesejáveis. O campo de estudo ainda é recente e mais investigações são necessárias para a ampliação das intervenções.

**Palavras-chave:** Cinoterapia. Psicologia. Terapia Assistida por Animais

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela UFMG. Mestre em Psicologia pela UFJF. Graduada em Psicologia pela UFJF.

# OS IMPACTOS DA CONTEMPORANEIDADE NA VIDA HUMANA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA

Larissa Sebastiana Ribeiro Morato<sup>1</sup>  
Ana Luiza Brandão Leal Oliveira<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[larissasebastiana17@gmail.com](mailto:larissasebastiana17@gmail.com), [analuiza.brandao@fapam.edu.br](mailto:analuiza.brandao@fapam.edu.br)

## RESUMO

A sociedade contemporânea passou e vem passando por diversas transformações que afetam a vida das pessoas. Nesse sentido, o presente artigo visa discutir os principais impactos dos fenômenos contemporâneos nas vivências e relações interpessoais, bem como as contribuições da Psicologia frente à essas questões. Para isso, a metodologia utilizada consistiu-se na revisão bibliográfica de materiais já publicados sobre o tema em livros, revistas e artigos acessados em bases virtuais científicas. Os resultados demonstram que alguns aspectos da realidade atual como o materialismo, o hedonismo, o consumismo, o individualismo e o niilismo fazem com que os seres humanos se sintam inseguros e esvaziados de sentido. Além disso, as pressões que a sociedade coloca na vida das pessoas pode tornar difícil a manutenção do funcionamento mental e físico em equilíbrio. Todas essas questões interferem na subjetividade dos indivíduos fazendo com que os efeitos disso na prática de trabalho do profissional psicólogo sejam manifestados por meio das inúmeras demandas. Sendo assim, faz-se importante que a atuação dos profissionais de Psicologia possibilite uma escuta acolhedora frente aos sofrimentos que lhes são apresentados, não apenas nos consultórios clínicos, mas em qualquer contexto de trabalho que possibilite a ação desse profissional.

**Palavras-chave:** Contemporaneidade. Desafios da Psicologia. Pós-modernidade. Psicologia clínica.

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia pela UFSJ. Especialista em Gestão de Pessoas pela PUC Minas. Graduada em Psicologia Integral pela UFSJ.

# SAÚDE MENTAL DE CUIDADORES DE IDOSOS: UM ENSAIO TEÓRICO COM BASE NO EXISTENCIALISMO

Beatriz Lelis Nogueira Vaz<sup>1</sup>  
Natália Nunes Scoralick Lempke<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[beatrizlnvaz@gmail.com](mailto:beatrizlnvaz@gmail.com), [natalia.scoralick@fapam.edu.br](mailto:natalia.scoralick@fapam.edu.br)

## RESUMO

A figura do cuidador de idosos, seja ele formal ou informal, surge com frequência no cotidiano dos brasileiros em decorrência do envelhecimento populacional. O cuidado é uma tarefa que exige muita atenção e dedicação, o que pode afetar a saúde de quem cuida. Entretanto, o significado atribuído ao cuidado pode servir como um fator de proteção para a saúde do cuidador. Considerando o exposto, o presente artigo buscou evidenciar os aspectos que ocasionam o adoecimento mental de cuidadores de idosos, analisando o sentido do cuidado e seus impactos na saúde, bem como discutir e divulgar o adoecimento mental em cuidadores de idosos em uma perspectiva profilática. Foi realizado um estudo teórico de cunho exploratório, analisando-se artigos científicos e livros. Observou-se uma carência de materiais científicos de Psicologia acerca da saúde mental de cuidadores de idosos. É evidente que o cuidado pode acarretar sobrecarga física, mental e emocional no sujeito, uma vez que a atividade requer cuidado intenso e prolongado. Conclui-se que a reflexão por parte do cuidador acerca do sentido do cuidado pode agir como fator de prevenção de doenças, especialmente o estresse. Ressalta-se a importância de que mais estudos sobre o tema sejam realizados, sobretudo para a identificação de estratégias que possam contribuir para a saúde do cuidador.

**Palavras-chave:** Adoecimento. Cuidado. Cuidador. Idosos. Saúde Mental.

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela UFMG. Mestre em Psicologia pela UFJF. Graduada em Psicologia pela UFJF.

# SAÚDE MENTAL DOS TÉCNICOS DE ENFERMAGEM QUE ATUAM EM INSTITUIÇÕES HOSPITALARES

Natália Kele Faria e Silva<sup>1</sup>  
Alessandra Duarte de Oliveira<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[nataliakelefs@gmail.com](mailto:nataliakelefs@gmail.com), [alessandra.oliveira@fapam.edu.br](mailto:alessandra.oliveira@fapam.edu.br)

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo pesquisar sobre o adoecimento mental dos técnicos de enfermagem que atuam em instituições hospitalares, analisar quais são as principais causas que influenciam este adoecimento e compreender alguns fatores que levam ao mesmo. Foi realizada uma revisão teórica da literatura, tendo como embasamento materiais já elaborados, constituídos, principalmente, de livros e artigos científicos. Nota-se a importância da discussão sobre este tema, uma vez que muitos profissionais técnicos de enfermagem enfrentam fatores e atividades estressantes no ambiente de trabalho, ocasionando, assim, desgastes físicos e psíquicos e possibilitando o adoecimento mental destes profissionais.

**Palavras-chave:** Adoecimento. Enfermagem. Hospital. Saúde. Trabalho.

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Administração pela UNA. Especialista em Avaliação e Diagnóstico Psicológico pela PUC Minas. Graduada em Psicologia pela PUC Minas.

## SENTIDO DA VIDA E O PACIENTE TERMINAL EM CUIDADOS PALIATIVOS

Amanda D'Assumpção Oliveira Vilas Boas<sup>1</sup>  
Ana Cláudia Bernardes Guimarães<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[vilasboas.a@hotmail.com](mailto:vilasboas.a@hotmail.com), [anaclaudia.guimaraes@fapam.edu.br](mailto:anaclaudia.guimaraes@fapam.edu.br)

### RESUMO

Tendo em vista o campo de atuação da Psicologia em Cuidados Paliativos, o objetivo geral desta pesquisa é compreender a relação entre sentido da vida e a terminalidade humana, fundamentado pela Logoteoria de Viktor Emil Frankl. Essa pesquisa foi baseada na metodologia bibliográfica exploratória como forma de coleta de dados e, posteriormente, realizada a análise de conteúdo destes dados. As seguintes categorias foram abordadas no decorrer do trabalho: 1) Processo de morrer: sofrimento, autonomia e espiritualidade. Percebeu-se que o sofrimento permeia o processo de morrer do paciente desde o diagnóstico de doença terminal, da percepção de sua própria finitude e do sentimento de perda de autonomia. A espiritualidade é vista como forma de enfrentamento da doença. 2) Intervenções terapêuticas em Cuidados Paliativos: cuidar da integralidade do ser e o papel da Psicologia. Essa categoria caracteriza-se pelo empenho dos profissionais em compreender o ser humano integralmente, favorecendo qualidade de vida e trabalhando questões emocionais que possam auxiliar o paciente durante a terminalidade. Conclui-se que, ainda em condição de terminalidade, é possível que o paciente terminal encontre sentido da vida. Por fim, considerar a espiritualidade como forma de enfrentamento do processo de morrer e o ser humano em sua integralidade é um fator essencial para compreendê-lo em todas as suas esferas.

**Palavras-chave:** Palavras-chave: Cuidados Paliativos. Espiritualidade. Paciente Terminal. Sentido da vida. Viktor Frankl.

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Psicologia pela UFMG. Especialista em Psicologia Clínica pela FEAD. Graduação em Psicologia pela UFMG.

## SENTIDO DA VIDA NA VELHICE: RELATO DE UMA INTERVENÇÃO COM FOCO NA PSICOLOGIA POSITIVA

Jéssica Aparecida Araujo<sup>1</sup>  
Natália Nunes Scoralick Lempke<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[jessicaaparaujo@gmail.com](mailto:jessicaaparaujo@gmail.com), [natalia.scoralick@fapam.edu.br](mailto:natalia.scoralick@fapam.edu.br)

### RESUMO

O envelhecimento populacional tem despertado a atenção de pesquisadores acerca dos cuidados a serem ofertados para uma melhor experiência de vida na velhice. A presença de sentido pode ser um importante fator de promoção da saúde, contribuindo para que os idosos lidem de forma mais positiva com as perdas potenciais que ocorrem nessa fase. O Sentido da Vida, como postulado por Viktor Frankl, faz parte dos questionamentos existenciais e constitui uma busca constante do ser humano, podendo ser alterado em função dos desafios do envelhecimento. Considerando o exposto, foi realizado um estudo de caso com o objetivo de analisar os impactos de uma intervenção com foco no sentido da vida, elaborada a partir dos pressupostos da Psicologia Positiva. Oito idosos participaram das atividades, que incluíram técnicas de dinâmica de grupo e rodas de conversa, com duração de aproximadamente duas horas. O registro das atividades serviu como fonte de dados para análise qualitativa da intervenção. Observou-se que os idosos participaram ativamente das atividades, demonstrando interesse e envolvimento. Eles puderam refletir sobre suas vivências, identificando muitos aspectos positivos que contribuíram para a atribuição de às suas vidas. Considerando o aumento do número de idosos e o fato de que muitos deles se sentem incapazes e inúteis, mais intervenções sobre o sentido da vida devem ser realizadas, bem como outras investigações que corroborem a eficácia de atividades como as apresentadas.

**Palavras-chave:** Envelhecimento Saudável. Psicologia Positiva. Sentido da Vida.

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutora em Psicologia pela UFMG. Mestre em Psicologia pela UFJF. Graduada em Psicologia pela UFJF.

# TERAPIA PSICODÉLICA NO TRATAMENTO DE TRANSTORNOS MENTAIS RESISTENTES

Ana Cláudia Drumond de Araújo Lima<sup>1</sup>  
Eunaihara Ligia Lira Marques<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

[ninhalima@gmail.com](mailto:ninhalima@gmail.com), [eunaihara.marques@fapam.edu.br](mailto:eunaihara.marques@fapam.edu.br)

## RESUMO

Este artigo visa trazer à tona a discussão sobre os possíveis efeitos da Terapia Psicodélica, ou seja, do uso de substâncias psicoativas no tratamento de alguns transtornos mentais resistentes. Para isso, buscou-se tais compreensões a partir da literatura no contexto nacional e internacional. Ressalta-se que há uma escassez de estudos e para entender o motivo deste desprovimento de material científico em uma área de tantas possibilidades, foi necessário realizar um levantamento do contexto histórico da proibição do uso destas substâncias. Assim, observou-se que esta proibição não ocorreu necessariamente, devido a pesquisas científicas que comprovassem algum efeito nocivo à saúde física ou mental, mas por razões adversas como interesses políticos, financeiros e até mesmo práticas discriminatórias, que desencorajaram e retardaram, por décadas, pesquisas acadêmicas nesta área tão promissora. Entretanto, estudos atuais sugerem que os efeitos destas drogas na terapia psicodélica podem mudar a mente, alterando as atividades cerebrais e impulsionando novas conexões na estrutura organizacional do cérebro, oportunizando efeitos positivos em transtornos mentais que não respondiam satisfatoriamente a terapias convencionais. Entretanto, efeitos negativos também podem surgir. Dessa maneira, seria necessário o uso adequado destas substâncias, por profissionais capacitados, e em ambientes controlados.

**Palavras-chave:** Substâncias psicoativas. Terapia psicodélica. Transtornos mentais resistentes.

---

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Saúde pelo IAMSPE. Mestre em Psicologia pela UFMG. Especialista em Neuropsicologia pela FACINTER. Graduada em Psicologia pela FSA.

# APOIO



# REALIZAÇÃO



Visite o site:  
[www.fapam.edu.br](http://www.fapam.edu.br)